

**MÔNICA DA SILVA CRUZ
RAYANNA MENDONÇA MARTINS BECKMAN
(ORGS)**

DISCURSOS, LÍNGUA(GENS) E SUBJETIVIDADES



EDUFMA

**DISCURSOS,
LÍNGUA(GENS) E
SUBJETIVIDADES**



Universidade Federal do Maranhão

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



SIBI
SISTEMA INTEGRADO
DE BIBLIOTECAS

Sistema Integrado de Bibliotecas

Diretor Prof. Dr. César Augusto Castro



EDUFMA

Editora da UFMA

Coordenadora Irenilma Cadête Lima

Conselho Editorial Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Profa. Dra. Jussara Danielle Martins Aires
Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra. Rosângela Fernandes Lucena Batista
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

**MÔNICA DA SILVA CRUZ
RAYANNA MENDONÇA MARTINS BECKMAN
(ORGS)**

DISCURSOS, LÍNGUA(GENS) E SUBJETIVIDADES

SÃO LUÍS



EDUFMA

2025

© 2025 EDUFMA - Todos os direitos reservados

Projeto gráfico, diagramação e capa	<i>Francisco Batista Freire Filho</i>
Revisão	<i>Mônica da Silva Cruz</i> <i>Rayanna Mendonça Martins Beckman</i>
Ilustrações:	<i>Copilot a partir de rascunho 10/08/2025</i>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Discursos, língua(gens) e subjetividades [recurso eletrônico] / Mônica da Silva Cruz
Rayanna, Mendonça Martins Beckman (orgs) — São Luís: EDUFMA, 2025.

204 p.: il.

Modo de acesso: <www.edufma.ufma.br>

ISBN 978-65-5363-497-8

1. Análise de discurso. 2. Linguagens. 3. Subjetividades. I. Cruz, Mônica da Silva.
II. Beckman, Rayanna Mendonça Martins.

CDD 401.41

CDU 81'42

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira CRB 13/418

Editado no Brasil [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

APRESENTAÇÃO

Este E-book é fruto do I Congresso Internacional de Linguagem, Literatura e Discurso (I CILLID), evento realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras-UFMA), em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Linguística Aplicada, que promoveu o II Congresso Nacional de Linguística Aplicada (II CONALA), em dezembro de 2024, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís (MA).

6

O I CILLID foi uma iniciativa de docentes do PGLetras, que o idealizaram como um espaço de discussão e trocas de conhecimentos entre pesquisadores, professores, estudantes e profissionais da área de Letras e outros campos de saber afins. Os congressos buscaram reunir pesquisadores e profissionais interessados em refletir sobre temáticas contemporâneas, inovadoras e relevantes relacionadas aos estudos linguísticos, literários e discursivos, almejando o avanço científico e o fortalecimento das pesquisas acadêmicas, oferecendo amplas atividades científicas e interpessoais.

Assim, o I CILLID e o II CONALA constituíram-se em espaço de formação de estudantes de Graduação e Pós-Graduação, com vistas à integração de novos pesquisadores no universo acadêmico. Os dois eventos proporcionaram uma oportunidade ímpar à comunidade acadêmica de São Luís (MA) e de todo o Brasil, pelas trocas com especialistas renomados, partilha de saberes, experiências e atualizações a respeito de tendências e desafios

contemporâneos, em múltiplas áreas de estudos da língua(gem), literatura e discurso.

Este E-book, intitulado “Discursos, Língua(gens) e Subjetividades”, propõe ao público interessado trabalhos originados das comunicações orais e dos simpósios fechados, especialmente referentes ao eixo de pesquisas ligadas ao discurso. Sob perspectivas diversas, os textos que compõem este livro foram selecionados por especialistas cujo olhar foi fundamental para melhorias dos estudos aqui apresentados. As pesquisas propõem diferentes enfoques teóricos, conceituais e metodológicos sobre o campo da linguagem, para discussões de temas caros ao nosso presente, como a circulação de discursos eivados de intolerância e a constituição de subjetividades operada pelas tecnologias de comunicação.

É neste cenário que convidamos os leitores e as leitoras a prestigiarem cada um dos capítulos deste livro.

MÔNICA DA SILVA CRUZ

PREFÁCIO

A linguagem abalizada por potentes mecanismos de comunicação instantânea, mostra-se como lugar de conflito, de negociação e de resistência, de intensas disputas de sentido. Nesse contexto, esta coletânea reúne estudos que se voltam para análises de discursos que atravessam e constituem nossa experiência contemporânea.

8

Os trabalhos aqui propostos giram em torno de debates de práticas discursivas que operam nas mais diversas esferas da vida social — da mídia à educação, da política às redes digitais. Os capítulos, com suas abordagens teórico-metodológicas específicas, são perspectivas sensíveis e rigorosas de observação dos modos pelos quais os sujeitos são interpelados, construídos e posicionados nas tramas da linguagem.

Inspirada em diversas vertentes da Análise de Discurso, esta coletânea toma como ponto de partida o entendimento de que os sentidos são produzidos historicamente e estão sempre atravessados por ideologias ou por relações de poder. Trata-se, portanto, de pensar o discurso como um campo de embate e de contestação, em que a linguagem não reflete o mundo, mas atua sobre ele, criando realidades, normatizando comportamentos e organizando subjetividades. Nesse percurso, ressoa fortemente a reflexão de Michel Foucault (1976) de que o conhecimento “não é feito para compreender, mas para cortar” — uma afirmação provocadora que nos leva a pensar o saber não como instrumento de pacificação, mas como ferramenta

crítica. Cortar, aqui, tem o sentido de ruptura dos consensos, quebra de verdades instituídas, abrindo frestas nas certezas que pavimentam as formas de dominação. É esse movimento que perpassa os capítulos desta obra: o gesto de contemplar o discurso como lugar onde o poder se exerce, mas também onde ele pode ser problematizado e resistido.

Ao tratar de temas como representação feminina na política, direito à moradia, cuidados sociais, racismo midiático, normatividades nos aplicativos de relacionamento, políticas linguísticas, sistema prisional e a exploração simbólica da cultura regional, esta coletânea se constitui como lugar de análise, questionamento e resistência. Cada capítulo é uma contribuição importante para o campo dos estudos do discurso, e talvez principalmente, uma convocação para um olhar crítico e comprometido com a justiça social.

9

Portanto, mais do que um produto acadêmico, este E-book é um convite à reflexão sobre o papel da linguagem na constituição das subjetividades e na disputa pelos sentidos que organizam nossas formas de viver. Ao leitor e à leitora, propomos uma leitura atenta, implicada e, sobretudo, aberta ao desafio de compreender a linguagem como prática social profundamente atravessada por lutas e poderes — e, por isso mesmo, capaz de transformações.

PROFA. DRA. ILZA GALVÃO CUTRIM

REFERÊNCIA:

FOUCAULT, Michel. *Questions à Michel Foucault sur la géographie*. *Hérodote*, n. 1, p. 7-14, 1976.

SUMÁRIO

“EXISTE POSSIBILIDADE DE UMA
CANDIDATA A PRESIDENTE DA ALEMA”:
UMA INVESTIGAÇÃO DISCURSIVO-CRÍTICA

Ramon de Almeida Miranda (UEMA)

Ana Maria Sá Martins (UEMA)

18

A LUTA FEMININA POR HABITAÇÃO E O
DISCURSO EM NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA EM SÃO LUÍS (MA)

Tayane Cristina Sousa Araujo (UFMA)

Mônica da Silva Cruz (UFMA)

42

CUIDADO EM DISPUTA: DISCURSOS EM TORNO
DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS DO BRASIL

Samia Rafaela Sales Rodrigues (UFMA)

Glória França (UFMA)

61

UM PRETO, TODOS PRETOS, SOMOS PRETOS:
UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS DISCURSIVOS
DE VINCULAÇÃO RACIAL EM NOTÍCIAS NO
SITE UNIVERSO ON-LINE

Fabiana Corrêa da Conceição (UFMA)

86

DISCURSO, CORPO E EXCLUSÃO: EM TORNO
DAS NORMAS DE DESEJO E MASCULINIDADES
NO APLICATIVO GRINDR

Ednan Moreira Pereira (UFMA)

Mônica da Silva Cruz (UFMA)

110

DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA FRANCESA
NA POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL

Rayanna Mendonça Martins Beckman (UFMA)

134

HOMEM x BANDIDO: UMA ANÁLISE
DISCURSIVA SOBRE OS EFEITOS DE SENTIDO
NO FILME *CARANDIRU*

Lienice Virgínia Silva dos Santos Pinto (UFMA)

Thais Ribeiro Santos (UFMA)

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho (UFMA)

157

ANÁLISE SEMIÓTICA DO VIDEOCLÍPE
“AMOR NO SILÊNCIO”

Vitória Ribeiro da Silva Cruz (UEPA)

Francisca Magnólia de Oliveira Rego (UEPA)

178

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

199

INTRODUÇÃO

Esta coletânea resulta de estudos que buscam a compreensão de dinâmicas discursivas, considerando o trabalho com a linguagem, com o linguístico e com os sujeitos.

12

O discurso é objeto abordado a partir de bases epistemológicas distintas, em algumas das quais, a língua é elemento essencial para a produção, a circulação de sentidos, e a constituição de sujeitos. Já as subjetividades se mostram, nas pesquisas aqui apresentadas, como tema urgente de nossa época, tão permeada por práticas discursivas que formam os modos de pensar, agir e sentir dos sujeitos nas mais diversas esferas sociais — como a mídia, a educação, a política e as redes digitais. Essas práticas, às vezes visíveis, outras vezes nem tanto, criam valores e formas de participação social, contribuindo para a construção de subjetividades situadas historicamente.

Nessa linha, os estudos reunidos neste e-book desenvolvem reflexões sobre linguagem e discurso, para compreensão desses processos, que marcam a experiência contemporânea dos sujeitos.

O e-book é composto por oito capítulos, assim organizados: inicialmente, o capítulo intitulado **“EXISTE POSSIBILIDADE DE UMA CANDIDATA A PRESIDENTE DA ALEMA”**: UMA INVESTIGAÇÃO DISCURSIVO-CRÍTICA, de *Ramon de Almeida Miranda e Ana Maria Sá Martins* investiga, em artigos de opinião publicados no jornal *O Estado do Maranhão*, representações discursivas acionadas na construção de sentido nesse gênero,

visando a contribuir para a formação de um posicionamento crítico do sujeito leitor/consumidor. Para tanto, a pesquisa sustenta-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), uma ciência de cunho teórico-metodológico desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough (2001; 2003a).

ALUTA FEMININA POR HABITAÇÃO E O DISCURSO EM NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM SÃO LUÍS (MA), escrito por *Tayane Cristina Sousa Araujo e Mônica da Silva Cruz* aborda a participação feminina no protagonismo da luta por moradia digna na cidade, utilizando conceitos de Michel Foucault, para compreender como o discurso sobre essas mulheres circula na mídia jornalística. Filiadas aos estudos discursivos foucaultianos, as autoras analisam verdades produzidas por jornais locais sobre as mulheres em lutas por moradia, na capital maranhense.

CUIDADO EM DISPUTA: DISCURSOS EM TORNO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS DO BRASIL, de *Samia Rafaela Sales Rodrigues e Glória França*, desenvolve análise do Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, documento publicado na página do MDS¹, que orienta a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados, delineando seus principais aspectos conceituais e componentes. As autoras, ao analisarem o sentido de cuidado pela Análise de Discurso materialista, avaliam que o conceito de cuidado

1 Documento oficial intitulado Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, disponível no portal Participa + Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

extrapola os limites de uma definição tranquila, ao ser atravessado por sentidos que refletem disputas ideológicas profundas.

UM PRETO, TODOS PRETOS, SOMOS PRETOS: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS DISCURSIVOS DE VINCULAÇÃO RACIAL EM NOTÍCIAS NO SITE UNIVERSO ONLINE, *Fabiana Corrêa da Conceição* aborda sobre as transformações econômicas e sociais impulsionadas pelos meios de comunicação digitais que abriram espaço para novas formas de uso da linguagem, evidenciando estratégias discursivas que não se restringem ao contexto do racismo, mas que o utilizam como produto de entretenimento, ocultam agentes sociais e particularizam atores midiáticos. A pesquisa, fundamentada na Análise do Discurso Crítica (ADC), examina como essas práticas discursivas são articuladas no portal UOL, destacando o papel das chamadas e imagens em atrair a atenção dos leitores e em moldar identidades sociais.

DISCURSO, CORPO E EXCLUSÃO: EM TORNO DAS NORMAS DE DESEJO E MASCULINIDADES NO APLICATIVO GRINDR, de *Ednan Moreira Pereira e Mônica da Silva Cruz*, aborda os discursos presentes no aplicativo de relacionamento Grindr, destacando como eles refletem e perpetuam normas sociais que privilegiam determinados corpos enquanto marginalizam outros, especialmente homens gordos, afeminados e mais velhos, que enfrentam exclusões evidenciadas pelas dinâmicas de poder presentes nas interações digitais. A pesquisa destaca como as mensagens aparentemente simples nos perfis reproduzem padrões hegemônicos de masculinidade, ressalta a necessidade de analisar tais práticas discursivas e promover um olhar mais inclusivo e crítico sobre os corpos que ocupam esses espaços, especialmente no contexto LGBTQIA+.

DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA FRANCESA NA POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL, elaborado por *Rayanna Mendonça Martins Beckman*, mobiliza conceitos como análise do discurso materialista, política linguística e lugar de enunciação para discutir o atual cenário do ensino de línguas estrangeiras no Brasil, além de investigar quais discursos são mobilizados para determinar as escolhas dos idiomas, a exemplo o inglês e o espanhol, em detrimento de outras línguas, limitando assim, as opções oferecidas nas instituições de ensino e desconsiderando as especificidades regionais. Ademais, a pesquisa destaca o discurso dos professores do Colégio Pedro II, que questionam a hegemonia linguística promovida pela BNCC e reivindicam um ensino plurilíngue mais inclusivo e crítico. O estudo aponta para a necessidade de políticas que promovam o direito de escolha das escolas, além de contribuir para uma educação mais plural e alinhada às realidades sociais e culturais dos alunos.

HOMEM x BANDIDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS EFEITOS DE SENTIDO NO FILME CARANDIRU, um estudo produzido por *Lienice Virgínia Silva dos Santos Pinto, Thais Ribeiro Santos e Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho*, ao desenvolver uma análise acerca do filme *Carandiru*, o estudo avalia de que maneira a dicotomia homem x bandido no filme simplifica as representações dos personagens, reforçando estereótipos e obscurecendo as complexidades raciais, históricas e culturais ligadas à criminalidade e ao sistema prisional. Dessa forma, analisa efeitos de sentido formulados a partir da imagem dos detentos, discutindo, também, a constituição do sujeito oriundo do sistema prisional e seus desdobramentos a partir dessa relação.

A metodologia ancora-se nos estudos de Pêcheux (2014), para o entendimento sobre como os discursos circulam e formam posições sujeito na sociedade; em Althusser (1985), para a compreensão de como as dicotomias sociais são perpetuadas pelos aparelhos ideológicos do Estado por meio de uma ideologia dominante, dentre outros autores. A pesquisa demonstra diversos funcionamentos discursivos sobre o sujeito detento a partir da materialidade fílmica analisada corroborando para o debate em relação à responsabilidade social da mídia em representar com complexidades presentes do sistema carcerário e da criminalidade no Brasil.

ANÁLISE SEMIÓTICA DO VIDEOCLÍPE “AMOR NO SILÊNCIO” tem a autoria de *Vitória Ribeiro da Silva Cruz e Francisca Magnólia de Oliveira Rego*, cuja análise semiótica do videoclipe *Amor no Silêncio* evidencia estratégias que utilizam elementos regionais da Amazônia – como o Rio Negro, a vitória-régia e a canoa – com intuito de construir uma narrativa visual que produza uma identificação emocional imediata com o telespectador, evocando um imaginário idealizado da região. No entanto, ao investigar o uso recorrente desses signos, o estudo mostra que a finalidade não é apenas a de celebrar a cultura amazônica, mas transformá-la em um produto mercadológico, reduzindo sua complexidade a elementos exóticos, para atrair o público e maximizar o retorno financeiro, o que revela a exploração superficial desses símbolos culturais sob uma perspectiva comercial.

Portanto, as pesquisas reunidas neste livro convidam os leitores a um olhar aprofundado sobre os modos como os discursos são construídos, como circulam e como são produzidos os sentidos em diferentes contextos sociais, propondo não apenas a ampliação da compreensão acerca dessas práticas, mas também a provocação de

uma reflexão crítica sobre os mecanismos ideológicos que as atravessam — evidenciando como elas podem reforçar as relações de poder e abrir caminhos para a resistência e a transformação social.

RAYANNA MENDONÇA MARTINS BECKMAN



“EXISTE POSSIBILIDADE DE UMA CANDIDATA A PRESIDENTE DA ALEMA”: UMA INVESTIGAÇÃO DISCURSIVO-CRÍTICA

Ramon de Almeida Miranda (UEMA)¹

Ana Maria Sá Martins (UEMA)²

1 Graduando do Curso de Letras Português/Inglês pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: ramonmirandalm@outlook.com.

2 Professora Doutora Adjunta do Departamento de Letras na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: anamariasapericuma@gmail.com.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este texto é fruto do projeto de pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMA (cota 2023-2024) denominado “O discurso jornalístico de opinião em ambiente digital: abordagem discursivo-crítica”, orientado pela Profa. Dra. Ana Maria Sá Martins, cujo principal objetivo foi investigar, em artigos de opinião publicados no jornal *O Estado do Maranhão*, as representações discursivas acionadas na construção de sentido nesse gênero, visando a contribuir para a formação de um posicionamento crítico do sujeito leitor/consumidor. Destacamos, ainda, que trouxemos um recorte de análise referente ao plano de trabalho de Iniciação Científica nomeado “Artigo de opinião no Jornal O Estado do Maranhão: uma visão discursivo-crítica”, com o propósito de contribuir para os estudos discursivos e para o ensino de Língua Portuguesa no contexto educacional básico.

19

Para tanto, a referente pesquisa sustenta-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC), uma ciência de cunho teórico-metodológico desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough (2001; 2003a). Essa abordagem congrega os estudos da prática e da organização textual do gênero discursivo artigo de opinião, tornando-se de grande valia para este estudo.

Além disso, é essencial enfatizar que este estudo se justifica por entendermos que a discussão sobre a construção do sentido no discurso materializado nesse gênero pode contribuir para o progresso pessoal e social do leitor/consumidor em potencial, visto que quanto mais esclarecidos forem os cidadãos, mais serão capazes de perceber

plenamente quando estão sendo controlados e mais resistentes tornar-se-ão ao processo de dominação (Batista Jr. *et al.*, 2018).

2. ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UMA BREVE INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) é uma abordagem interdisciplinar que surge em 1979, com a publicação do livro *Language and Control* (Linguagem e Controle), de Fowler, Kress, Hodge e Trew, precursores da Linguística Crítica (doravante LC). É somente em um simpósio em Amsterdã, ocorrido em janeiro de 1991, que a ADC se firma como uma rede internacional de estudos que prima pela explanação e reflexão dos fenômenos sociais (Batista Jr. *et al.*, 2018). Por isso dizemos que a ADC tem como característica determinante sua postura emancipatória (Martins, 2009).

Para este trabalho, utilizaremos determinadas categorias presentes nos significados da ADC, a saber: significado acional, significado representacional e significado identificacional. No *significado acional*, daremos ênfase para a categoria *intertextualidade*. Nesse sentido, acentuamos que a intertextualidade é uma categoria de análise complexa e potencialmente fértil, levando em conta a dialogicidade dada em cada texto, ou seja, a articulação de vozes de quem pronuncia o enunciado e as demais vozes articuladas direta ou indiretamente, e que Fairclough (2003a) considera como a presença de elementos atualizados de outro texto em um texto (a citação). Ademais, a partir da intertextualidade é possível investigar as vozes *incluídas* ou *excluídas* nos artigos de opinião, ora relacionadas de forma harmônica, cooperativa, ou tensa, e também é possível refletir sobre “o que

não é dito, mas tomado como dado” (Fairclough, 2003a, p. 40) ao considerar a *pressuposição*.

No que diz respeito ao *significado representacional*, o qual é relacionado ao conceito de discurso como modo de representação de aspectos do mundo, trabalharemos a partir das contribuições da *interdiscursividade* e da *representação de atores sociais*. Para Resende e Ramalho (2006), os diferentes discursos não apenas representam o mundo “concreto”, mas também projetam possibilidades diferentes da “realidade”, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo. Sendo assim, um mesmo texto pode envolver diferentes discursos, e a articulação dele pode realizar-se de diferentes maneiras e ainda nos revelar relações de poder, de lutas sociais e de hegemonia, condicionando, em um contexto de competição, um discurso “protagonista” e um discurso “antagonista”.

O significado representacional também pode ser acessado a partir da *representação de atores sociais*, levando em conta que a maneira como esses atores são representados nos textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Nesse panorama, destacamos três realizações linguísticas que encobrem efeitos de sentido ideológicos com relação aos atores sociais, seguindo os pressupostos de Van Leeuwen (1997):

- a) *nomeação*: os nomes próprios dos atores sociais são citados;
- b) *categorização*: ocorre quando os atores são referidos em termos de uma atividade ou função (*funcionalização*) ou quando são representados por sexo, idade, classe social, religião etc. (*identificação*);
- c) *agregação*: ocorre a quantificação dos atores sociais com dados estatísticos (“80% dos brasileiros”).

Por último, no que tange ao *significado identificaciona*l, destacaremos na análise do artigo de opinião o comprometimento do falante com suas proposições frente às categorias *modalidade* e *avaliação*. Para Fairclough (2003a), a modalidade pode ser entendida como a questão de quanto os indivíduos comprometem-se quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Deste modo, as afirmações e perguntas encontram-se no campo da troca de conhecimento (modalidade *epistêmica*) e as demandas e ofertas encontram-se no campo da troca de atividade (modalidade *deôntica*).

A avaliação, por sua vez, articula-se nos textos por intermédio de *afirmações avaliativas* (que apresentam juízo de valor); de *afirmações com verbos de processo mental afetivo* (tais como “eu detesto isso” e “eu adoro isso”) e de *presunções valorativas* (engatilhadas por marcadores “não ditos”). Para melhor visualização das categorias de análise em ADC que serão utilizadas nesse trabalho, trouxemos o quadro síntese a seguir:

Quadro 1: Categorias analíticas da ADC de Fairclough (2003a)

Significado Acional (ação)	Significado Representacional (discurso)	Significado Identificaciona l (estilo)
Intertextualidade	Interdiscursividade e Representação de atores sociais	Modalidade e Avaliação

Fonte: Adaptado de Resende & Ramalho (2006)

Apesar da distinção dos três aspectos, é importante ressaltar que a análise do discurso deve ser simultânea à realização dos três significados, visto que a análise discursiva leva em consideração o texto em si e seu contexto social. A seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo pode ser classificado como de natureza qualitativa, uma vez que é “fundamentalmente interpretativa” (Creswell, 2007, p. 186) e trabalha na busca da compreensão de significados, valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões (Minayo, 2007). Nesse viés, trabalhamos na investigação analítica das representações discursivas acionadas nos *artigos de opinião* veiculados no jornal *O Estado do Maranhão*, mais especificamente no portal de notícias *Imirante.com*, o qual é uma extensão desse jornal, com o intuito de que o cidadão-analista tenha ferramentas para ler e se posicionar criticamente frente às formas culturais, imagens, narrativas e aos gêneros dominantes (Kellner, 2001).

Posto isso, utilizamos o arcabouço teórico da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001, 2003a) no que tange aos aspectos que compõem a prática e a organização textual do gênero discursivo artigo de opinião. Para operacionalizar as análises desta pesquisa a partir da ADC, investigamos os significados *acional*, *representacional* e *identificacional* articulados nos artigos de opinião, os quais estão atrelados às seguintes categorias analíticas: *intertextualidade* (acional), *interdiscursividade* e *representação de atores sociais* (representacional), *modalidade* e *avaliação* (identificacional).

Desse modo, buscamos identificar a materialização de discursos, ideologias e lutas hegemônicas relacionados à *representação do feminino*, e de que forma esses dispositivos prefiguram a naturalização de práticas sociais desiguais ou não. É partindo desse pressuposto que visamos refletir, sobretudo, acerca dos sentidos e das representações sociais intrínsecas em *quatro* (4) *trechos* do artigo de opinião denominado "Existe possibilidade de uma candidata a presidente da Assembleia", os quais serão apresentados a seguir, acompanhados da investigação discursivo-crítica.

4. "EXISTE POSSIBILIDADE DE UMA CANDIDATA A PRESIDENTE DA ALEMA"

24

O artigo de opinião analisado (A – op1) foi publicado em 28 de novembro de 2022, é nomeado "Existe possibilidade de uma candidata a presidente da Assembleia", pode ser encontrado na seção "Opinião" do site do jornal O Estado do Maranhão (Imirante.com) e recebe assinatura da jornalista/articulista de política Carla Lima. No texto, a articulista discorre sobre a candidatura da então Deputada Estadual Iracema Cristina Vale Lima (PSB) para ocupar o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) e, para além disso, Carla Lima ainda sinaliza uma significativa – e possível – mudança na cultura política do estado do Maranhão.

É primordial destacar, inclusive, que a deputada Iracema Vale está na política partidária há três décadas e foi eleita deputada estadual em 2022 com 104.729 votos, tornando-se a parlamentar mais votada do Maranhão. Eleita em 2012 como prefeita de Urbano

Santos, e reeleita para o mesmo cargo no pleito de 2016, Vale desenvolveu diversos projetos que impactaram positivamente o município, sobretudo nos setores da Agricultura Familiar e da Cultura. No âmbito educacional, recuperou e construiu 40 escolas, além de ter incentivado o esporte com a criação de quadras poliesportivas. A parlamentar também foi destaque ao desenvolver as secretarias de Emprego e Renda, e da Mulher (Maranhão, 2023). Para a análise que buscamos realizar, selecionamos os seguintes excertos:

- (1) “SÃO LUÍS – A bancada feminina na Assembleia Legislativa está maior.”
- (2) “São 12 mulheres que prometem, a partir de 2023, protagonismo na Casa [Assembleia Legislativa do Maranhão/ALEMA] para garantir avanços nas pautas das mulheres, principalmente.”
- (3) “O nome que circula para esta possibilidade é da deputada eleita Iracema Vale (PSB). Ela foi a mais votada nas eleições deste ano e é vista por alguns aliados como um nome forte que possa garantir a unidade que o governador Carlos Brandão (PSB) disse que espera que haja nesta eleição interna da Assembleia.”
- (4) “Com esta proposta veio logo a possibilidade de uma destas *vaga* [vagas], a de presidente, seja de uma mulher. Ou seja, há movimentação clara que mostra a possibilidade de uma candidata a presidente da Assembleia Legislativa.”

(Jornal O Estado do Maranhão, 28 de novembro de 2022)

Após essa apresentação do *corpus*, a investigação discursivo-crítica será amparada nas categorias propostas pela ADC, isto é, o significado acional (*intertextualidade*), o significado representacional (*interdiscursividade* e *representação de atores sociais*) e o significado

identificacional (*modalidade e avaliação*). Logo após a verificação do problema na prática, tecemos reflexões na última seção deste estudo – nas considerações finais –, tendo em vista que toda pesquisa em ADC obedece ao viés crítico e reflexivo.

4.1 SIGNIFICADO ACIONAL: INTERTEXTUALIDADE

26

Para iniciarmos as análises com a categoria *intertextualidade*, que está no bojo do significado acional da Análise de Discurso Crítica faircloughiana, daremos ênfase para o excerto (1). A princípio, vale ressaltar que, ao considerarmos a categoria *intertextualidade*, teremos um leque de vozes presentes ou ausentes, e que materializam significância de forma mais explícita ou implícita.

Com toda sua complexidade ideológica e sociocultural, o trecho (1) evoca a condição da mulher no contexto político e, por conseguinte, sua luta para ocupar espaços de poder e de decisão. Apesar da mulher ser a base da democracia, pois representa 52% do eleitorado brasileiro (TSE, 2023), apresenta uma participação tímida no cenário político, recebendo uma cota de candidatura mínima de 30% por partido³ e ocupando 15% dos cargos eletivos.

De acordo com Avelar (2001), as análises sobre mulheres no mundo político levam em conta o lento processo de mudanças

3 A regra está prevista no artigo 10, parágrafo 3º da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: 11 fev. 2024.

políticas, principalmente no campo dos direitos de cidadania. Nesse sentido, é somente em 24 de fevereiro de 1932 que as mulheres conseguem direito ao voto com o Decreto nº 21.076 do presidente Getúlio Vargas. Antes desse marco tardio, Celina Guimarães Vianna se torna a primeira eleitora do Brasil, em 1927. No ano seguinte, Luíza Alzira Soriano Teixeira se torna a primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina.

Mais tarde, em 1934, é hora de Carlota Pereira de Queiroz fazer história ao conquistar o feito de primeira deputada federal. Esse também é o ano em que temos o nome de Antonieta de Barros, a primeira mulher negra a assumir um mandato eletivo no Brasil e, em 1979, é a vez de Eunice Michelis, primeira mulher a integrar o Senado Federal. Nessa linha temporal das mulheres na luta política, é apenas em 2010, mais de um século após a primeira eleição direta, ocorrida em 1894, que o Brasil elege Dilma Vana Rousseff como primeira mulher Presidente da República.

Nesse panorama, é possível observar que o trecho destacado para análise (*A bancada feminina na Assembleia Legislativa está maior*) evidencia uma tensão discursiva entre duas vozes em conflito. De um lado, há a voz que exclui, sustentada por uma cultura machista hegemônica que, historicamente, marginalizou as mulheres no campo político, limitando seu acesso e sua representatividade institucional. Tal exclusão se manifesta intertextualmente, uma vez que resgata discursos tradicionais que naturalizam a política como um espaço predominantemente masculino, resultando, ao longo do tempo, em um desinteresse feminino pelas questões políticas.

Por outro lado, emerge a voz que anuncia o aumento da participação feminina, sugerindo uma mudança considerável nesse cenário

de exclusão. Essa segunda voz aponta para uma transformação no quadro político, na qual as mulheres começam a ocupar mais espaços de decisão e reivindicam maior representatividade. Dessa forma, a construção discursiva do recorte analisado revela um embate entre a persistência de uma estrutura excludente e a ascensão de novas possibilidades de participação feminina na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA).

O enunciado "*A bancada feminina na Assembleia Legislativa está maior*" também pressupõe que a bancada feminina na ALEMA já foi menos expressiva. A partir disso, podemos inferir que o Brasil ainda é um país com pouca abertura política para mulheres, o que acentua a marginalização e a exclusão desse recorte social na política e ainda intensifica a desigualdade de gênero.

28

A possibilidade de combate à disparidade de gênero é marcada na passagem (2). A enunciadora/autora do artigo de opinião (doravante articulista), utilizando o discurso direto, argumenta que 12 mulheres prometem uma mudança significativa nos direitos sociais e institucionais da mulher. Esse fragmento revela que, em um Estado chefiado majoritariamente pela figura masculina, questões específicas que afetam diretamente as mulheres, como a desigualdade salarial e o combate à violência de gênero, não são plenamente privilegiadas.

Ademais, o excerto (2) sugere que a voz da articulista, a qual se relaciona de forma harmônica com as vozes de mulheres que atuam no cenário parlamentar, também tensiona com a voz de um Estado que negligencia as pautas femininas. Essa ausência estatal aparenta legitimar as desigualdades e violências que persistem na jornada da mulher. Em decorrência disso, Jéssica Moura (2023) pondera que o

Brasil se distancia cada vez mais do 5º objetivo de desenvolvimento sustentável estabelecido pela Agenda 2030 das Nações Unidas: acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas.

Em (3), a articulista chama atenção para o nome da deputada Iracema Vale (PSB), considerando que a parlamentar é colocada no texto como uma das protagonistas da ALEMA e como a deputada estadual mais votada no pleito de 2022. Esse trecho cria uma relação harmônica com a voz do governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), que é marcada pelo discurso indireto (*“[...] a unidade que o governador Carlos Brandão (PSB) disse que espera que haja nesta eleição interna da Assembleia”*). Essa voz textual induz a dizer que a presidência de Vale na ALEMA seguirá as conformidades éticas e políticas e, dessa maneira, contribuirá para descrystalizar as práticas de sub-representação da mulher e impulsionar uma identidade feminina cada vez mais empoderada.

29

Tendo isso em vista, verificamos o abismo de direitos que existe entre homens e mulheres no cenário político em decorrência de vozes, que ao se materializarem nos textos, naturalizam práticas sexistas. Apesar disso, observamos que no último fragmento (4) o texto assume uma perspectiva esperançosa quanto à eleição de uma mulher para chefiar a Assembleia Legislativa do Maranhão. Essa voz trazida ao texto pela enunciadora, através do discurso direto, legitima as potencialidades da mulher em exercer funções sociais de poder e também sugere uma luta contra o apagamento da mulher na política, pois *“há movimentação clara que mostra a possibilidade de uma candidata a presidente da Assembleia Legislativa”*.

4.2 SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL: INTERDISCURSIVIDADE

Diferentes discursos estão relacionados a diferentes posições dos indivíduos no mundo e a diferentes formas de relações entre indivíduos. Desse modo, disputas por poder, dominação, competição, cooperação e desejo de mudança são recursos discursivos que se diferenciam socialmente e que colaboram para observar as lutas de poder no universo ideológico das representações (Bessa, 2007). Nessa perspectiva, destacamos que no artigo de opinião analisado (A – op1), o principal discurso atualizado nos excertos (1), (2), (3) e (4) é o discurso de *emancipação feminina*.

30

Hoje, mais do que nunca, a discussão sobre a presença da mulher no cenário político brasileiro evidencia-nos um processo de segregação e silenciamento dos direitos das mulheres, o que mobiliza ações da sociedade e do poder público para discutir e transformar esse quadro (Freitas, 2020).

O caráter cultural, histórico e político do Brasil é marcado pelo patriarcado⁴, isto é, pelo domínio masculino nos espaços de poder. Esse problema estrutural contribuiu, ao longo do tempo, para construir uma identidade estigmatizada da mulher, limitando seu espaço aos afazeres domésticos, longe de ambientes públicos de atuação. Assim, as barreiras históricas e normativas construídas e reforçadas pela memória social, encarregaram-se de naturalizar no imaginário

4 O patriarcado é compreendido como um sistema social em que homens adultos mantêm o poder primário e predominam em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades (Delphy, 2009).

coletivo a representação da mulher como um ser frágil e incapaz de assumir funções no mercado de trabalho, especialmente em cargos que proporcionam autonomia e poder, como a atuação na liderança política.

Nesse viés, acreditamos que o discurso de emancipação feminina, o qual dialoga com o discurso feminista, posiciona as mulheres como agentes ativos de mudança na perspectiva social e, sobretudo, política. Nessa representação de mundo através do discurso, a identidade da mulher não é cerceada pelos valores dos homens e sua relação de interesse com a política não é secundarizada. Isso pode ser percebido no trecho (2), pois a articulista destaca o engajamento político de 12 parlamentares maranhenses que compreendem os desafios enfrentados cotidianamente pelas mulheres e a necessidade de diminuir esses desafios socialmente construídos por intermédio de políticas públicas.

Além disso, notamos que o discurso evidenciado nos fragmentos mencionados estabelece uma relação de competição com o *discurso patriarcal* e ainda preconiza os direitos de cidadania da mulher. O discurso patriarcal converge diretamente com a *desigualdade de gênero* e, assim, com a falta de democracia, caracterizando a mulher enquanto intrusa no cenário político, historicamente dominado por homens.

A discussão acerca do sistema patriarcal também recai sobre uma das barreiras socioculturais que distancia as mulheres de atuarem como líderes na gestão pública: a violência política de gênero. Esse tipo de violação de direitos pode ser mais sutil que a violência física, porém não é menos doloroso, sendo percebido na desvalorização da capacidade de análise crítica da mulher ou em outras instâncias de

assédio, violência e difamação, por exemplo. Para além disso, não podemos esquecer que esse tipo de aparato silenciador é sistematizado de forma mais acentuada em relação a mulheres negras e indígenas.

Aos poucos, as mulheres têm garantido seus espaços de poder e decisões, rompendo com as práticas do discurso patriarcal e conquistando uma identidade emancipada. Todavia, a representatividade feminina no sistema político brasileiro ainda está distante do que é preconizado pela equidade de gênero, considerando que o Brasil ocupa a posição de 131º em um ranking de 193 países sobre a ocupação de mulheres no parlamento⁵.

Perante isso, é interessante trazer à tona a frase da ativista pelos direitos civis nos Estados Unidos, Marian Wright Edelman: "Você não pode ser aquilo que não pode ver". Ao relacionarmos esse pensamento à perspectiva da inserção e participação da mulher na vida política, percebemos que a quase nula representação feminina em cargos de poder pode indicar um sonho cada vez mais distante da realidade de meninas, adolescentes, jovens e mulheres, uma vez que as referências nos espaços de decisão e prestígio ainda são poucas.

4.3 SIGNIFICADO REPRESENTACIONAL: REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

No que tange à categoria analítica *representação de atores sociais*, lembramos que os modos como os atores sociais são representados

5 Esses dados estão de acordo com o Inter-Parliamentary Union (IPU) de abril de 2023. Disponível em: <https://data.ipu.org/women=-ranking?month-4&year=2023>. Acesso em: 6 fev. 2024.

em textos podem sinalizar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades. Nesta análise, ao levarmos em consideração o excerto (1), observamos que a articulista não cita propriamente os atores sociais, porém adianta a presença e atuação feminina nos eventos e práticas sociais articulados no artigo de opinião (A – op1).

Em (2) e (4), a identificação dos atores sociais, no caso as deputadas da ALEMA, é representada pela expressão “12 mulheres” e pelos substantivos “mulher” e “candidata”. Desse modo, as possíveis futuras presidentes da “Casa” são representadas por *coletivização* e *categorização*. Essa última realização linguística permite que os atores sociais sejam representados por aquilo que, mais ou menos permanentemente, ou inevitavelmente, são.

No excerto (3), a personalização por *nomeação* foi utilizada pela articulista como realização linguística de escolha representacional. De modo geral, é comum que os atores sociais sejam representados por nomeação em artigos de opinião, especialmente ao considerarmos a relevância política de cada um representado no texto, assim como seu papel, cargo que exerce no governo e a que partido os agentes políticos são aliados, como podemos perceber no fragmento (3) “*deputada eleita Iracema Vale (PSB)*”, “*governador Carlos Brandão (PSB)*”.

Chamamos atenção para a menção da deputada Iracema Vale, a qual é enfatizada não somente pelo fato de ter sido eleita como deputada estadual mais votada no Maranhão, mas também por ser uma candidata em potencial para assumir o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA). A figura da deputada é representada como “um forte nome” na liderança política, sendo uma peça essencial para compor o governo de Carlos

Brandão. Essa estratégia produz um efeito ideológico que evidencia a luta social contra a hegemonia de gênero, tendo em vista que a ALEMA foi comandada por homens desde sua fundação em 1835.

Além disso, o Jornal O Estado do Maranhão, aqui representado pela autora no artigo de opinião em análise, ao incluir a parlamentar diretamente no texto através da estratégia de *nomeação*, pode influir na construção da identidade da mesma como "um forte nome". Por outro lado, essa construção discursiva representa uma possibilidade de mudança política a partir da representação de Iracema Vale, bem como de restrição de práticas políticas machistas, misóginas e patriarcais.

34

Também é interessante ressaltar que não utilizar diretamente o nome do ator social pode ser uma estratégia de apagá-lo do texto ou até mesmo de estereotipá-lo. Desse modo, no trecho (3), notamos a utilização do pronome pessoal "ela" para se referir à parlamentar Iracema Vale. No entanto, essa escolha linguística não funciona como um dispositivo depreciativo da figura de Vale, mas sim atua como uma referência anafórica, isto é, que retoma algo registrado anteriormente no texto.

Levando isso em consideração, destacamos que é por intermédio da *nomeação* que o sujeito-leitor terá a quem se dirigir, ou seja, haverá um ponto de referência. A partir disso, será mais viável compreender o tipo de relação social e ideológica estabelecida entre os atores sociais e, da mesma forma, suas atividades.

4.4 SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL: MODALIDADE

Fairclough (2003a) acentua que o processo de envolvimento das pessoas com aquilo que elas dizem é um traço do que elas são. Nesse sentido, as escolhas lexicais e as verbalizações, além de identificar o falante textualmente, também revela o comportamento do enunciatador com suas proposições. De modo geral, a realização linguística clássica da categoria *modalidade* são os *verbos*, *advérbios* (e locuções adverbiais), os *adjetivos*, a *entonação* (afirmativa, interrogativa, etc.) e os *modos verbais* (subjuntivo, indicativo, etc.).

Nesse panorama, nos trechos (1), (2), (3) e (4) do artigo de opinião (A – op1), as trocas de conhecimento são mais frequentes e explícitas, sobretudo as afirmações, não contendo perguntas. Isso significa dizer que a modalidade que prevalece é do tipo *epistêmica*, que prefigura uma troca de conhecimento e grau elevado de veracidade no texto. Em (1), por exemplo, a articulista afirma que “A *bancada feminina na Assembleia Legislativa está maior*”, utilizando o verbo irregular *estar* na terceira pessoa do singular acompanhado do qualificador *maior*.

No excerto (2), “São 12 mulheres que *prometem*, a partir de 2023, protagonismo na Casa para *garantir* avanços nas pautas das mulheres, principalmente”, observamos que os termos destacados são utilizados para construir uma modalização de alta afinidade, considerando, especialmente, os verbos “*prometem*”, na terceira pessoa do plural, e “*garantir*”, no infinitivo.

Nos fragmentos (3) e (4), também evidenciamos uma troca de conhecimento, uma vez que as afirmações são frequentes, como

nos trechos “o nome que circula para esta possibilidade...”, “veio logo a possibilidade...” e “que mostra a possibilidade...”. Esse tipo de troca está no bojo da modalidade *epistêmica* e sinaliza para o comprometimento do enunciador com o que se diz ser verídico. O texto, por ser um artigo de opinião, carrega marcas de perspectivas particulares. Sendo assim, destacamos a modalidade *objetiva*, pois não fica explícito o julgamento da enunciadora: “se o falante projeta seu ponto de vista como universal ou age como veículo para o ponto de vista de um outro indivíduo ou grupo” (Fairclough, 2001, p. 200, Resende e Ramalho, 2006, p. 83).

O recorte (4) também é marcado pela troca de atividade em “seja uma mulher”. O verbo no modo subjuntivo “seja” indica uma condição ou possibilidade de uma mulher comandar um cargo político de relevância e poder. Essa modalização é do tipo *deôntica* e sugere uma mensagem de necessidade e/ou obrigatoriedade, isto é, pressupõe o rompimento de dispositivos patriarcais que segregam as mulheres de ocupar espaços de poder na política, como atuar na presidência da ALEMA, por exemplo.

4.5 SIGNIFICADO IDENTIFICACIONAL: AVALIAÇÃO

No que diz respeito à *avaliação*, a qual tece considerações sobre atitudes e valores, notamos que no recorte (1) a avaliação da articulista sobre as mulheres no cenário político maranhense é marcada pelo sintagma verbal “está maior”. Essa asserção contribui para a construção identificacional das deputadas da ALEMA de forma positiva e empoderadora, assim como é revelado no fragmento

seguinte (2): “São 12 mulheres que prometem, a partir de 2023, protagonismo na Casa para garantir avanços nas pautas das mulheres, principalmente”. Ao utilizar o verbo (ação) *garantir* e o adjetivo (qualificação) *avanços*, a autora do artigo de opinião constrói uma estrutura em que a avaliação é explicitamente afirmada, retomando a ideia de crescimento da presença feminina na política.

Em (3), os juízos de valor são explicitados quando a articulista declara “*a mais votada*”, “*é vista [...] como um nome forte*” e “*possa garantir a unidade*” sobre a identidade da deputada Iracema Vale. Essa avaliação demonstra que a articulista do texto apresenta uma identificação da deputada Iracema Vale como desejável, positiva e relevante, porém individualiza somente um ator social (Vale), excluindo as demais candidatas com possíveis chances de ocupar o cargo de presidente da ALEMA.

37

Na atualização de (4), percebemos a marca de *afirmações avaliativas* da enunciatrice no fragmento “*Ou seja, há movimentação clara que mostra a possibilidade de uma candidata a presidente da Assembleia Legislativa*”. Aqui, chamamos atenção para o adjetivo “clara” e o verbo “mostra”, que está na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo. Dessa maneira, os termos acionados intensificam a ideia de uma mulher ocupando um espaço que lhe foi historicamente negado, reforçando, assim, os sentidos de uma mulher capacitada e obstinada pela mudança nos moldes políticos.

As *presunções avaliativas* do excerto (4), por sua vez, engatilham dizer que a participação feminina na gestão pública tem aumentado, mesmo que timidamente, pois as barreiras socioideológicas ainda existem, e também sugere dizer que a agenda das mulheres, que preconiza a saúde feminina e a equidade, por exemplo, será tratada

com mais atenção, pois haverá cada vez mais mulheres na gestão pública. De modo geral, nos trechos selecionados para análise do artigo de opinião, podemos perceber que a luta por espaços de poder e decisão torna-se uma ação política emancipatória, democrática e isonômica no campo feminino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

38

Neste texto, apresentamos o recorte de análise do estudo intitulado “Artigo de opinião no Jornal O Estado do Maranhão: uma visão discursivo-crítica” (PIBIC/FAPEMA, cota 2023-2024), o qual visou analisar um artigo de opinião publicado no site do Jornal O Estado do Maranhão no bojo discursivo da Análise de Discurso Crítica (ADC), objetivando contribuir para a formação de um posicionamento crítico do sujeito leitor/consumidor, assim como contribuir para o ensino de Língua Portuguesa no contexto da educação básica.

Em meio às análises, observamos nos discursos investigados a manifestação latente de assimetrias de poder, desigualdade de gênero e as raízes do patriarcado. Além disso, verificamos que a presença feminina na política dialoga diretamente com a noção de democracia, que, segundo Touraine (1999), envolve o exercício e o respeito às liberdades, além da proteção dos sujeitos contra a concentração do poder. Nesse sentido, um regime democrático tem o potencial de fortalecer tanto os indivíduos quanto a coletividade, ampliando oportunidades de participação. Assim, a ocupação de espaços políticos pelas mulheres pode ser compreendida como um caminho

significativo para o empoderamento e a emancipação, ainda que diversos desafios e resistências persistam nesse processo.

Esperamos, sobretudo, que esta investigação represente uma contribuição para pesquisadores que investigam o texto, que é uma produção socioculturalmente situada e que implica em valores, práticas, crenças, ideologias e identidades. Também esperamos que este trabalho possa ser útil tanto para uma melhor compreensão no que tange à Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) quanto como material norteador para trabalhos com o discurso e com o ensino de Língua Portuguesa, haja em vista que esta teoria possibilita uma leitura discursivo-crítica do mundo.

6. REFERÊNCIAS

39

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

BATISTA JR., José Ribamar; MELO, Iran Ferreira de; SATO, Denise Tamaê Borges (orgs). **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2018.

BESSA, Décio. **Charges eletrônicas das eleições 2006: uma análise de discurso crítica**. 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Editora UNESP: São Paulo, 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, Trad. 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London; New York: Routledge. 2003a.

FREITAS, Geisa Fróes de. Discurso da mulher política na política dos homens: Resistências, representatividade e empoderamento. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 36, n. 1, p. 117–139, 2020.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da mídia – estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Trad. Ivone Castilho Benedetti, Bauru-SP: EDUSC, 2001.

LIMA, Carla. Existe possibilidade de uma candidata a presidente da Assembleia. **Imirante.com**, São Luís, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/11/28/existe-possibilidade-de-uma-candidata-a-presidente-da-assembleia>. Acesso em: 26 nov. 2023.

MARTINS, Ana Maria Sá. **Representações do feminino**: uma análise discursiva dos perfis jornalísticos de O Estado do Maranhão. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2009.

MOURA, Jéssica. Feminicídio em alta afasta Brasil da igualdade de gênero. **Brasil de Fato**, Direitos Humanos, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/27/feminicidio-em-alta-afasta-brasil-da-igualdade-de-genero>. Acesso em: 15 mar. 2024.

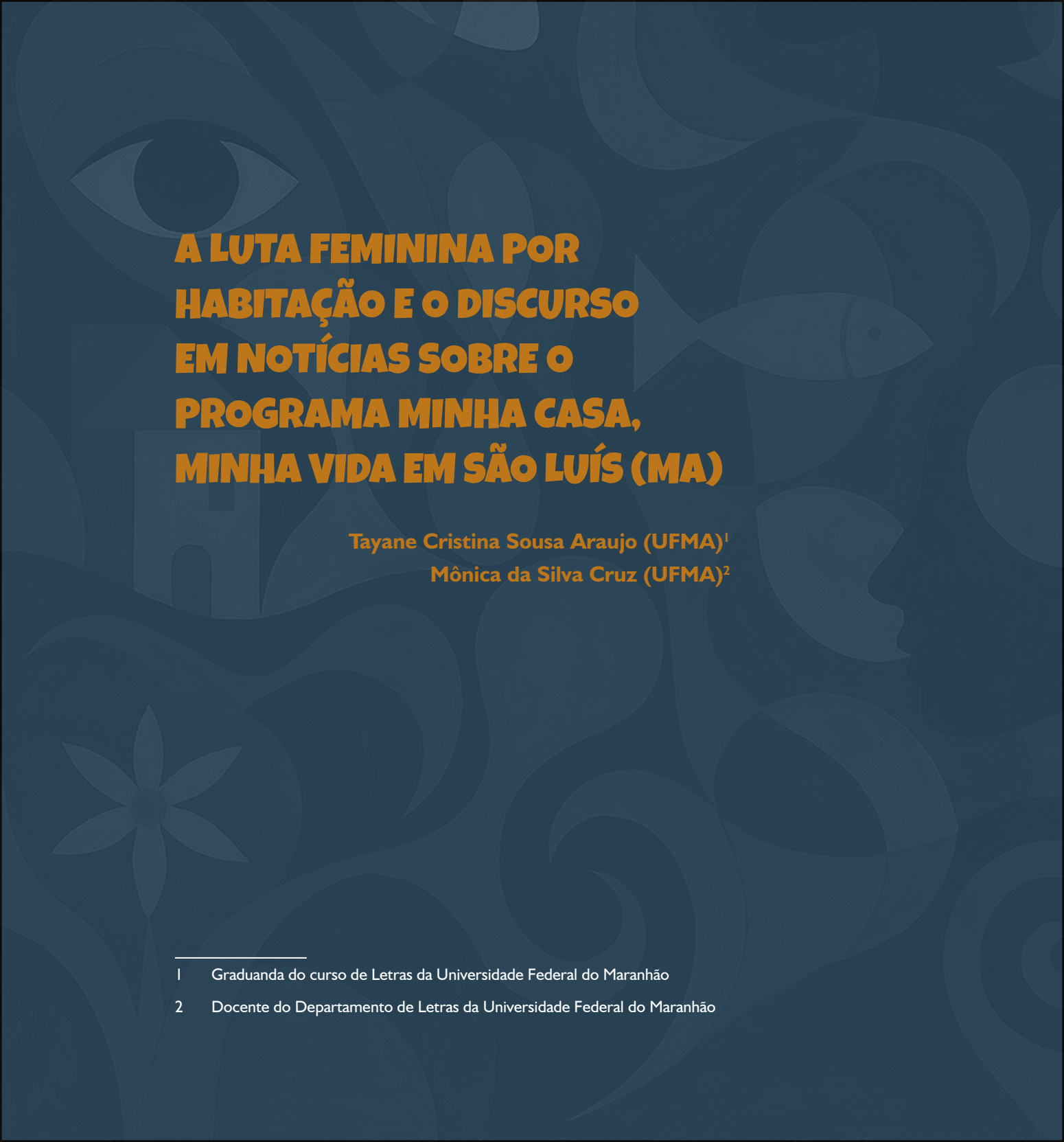
MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad.: E. F. Edel. Petrópolis: Vozes, 1999.

TSE Mulheres. **Justiça Eleitoral**. 2023. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 4 fev. 2024.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: Pedro, E. R. (org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.



A LUTA FEMININA POR HABITAÇÃO E O DISCURSO EM NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA EM SÃO LUÍS (MA)

Tayane Cristina Sousa Araujo (UFMA)¹

Mônica da Silva Cruz (UFMA)²

1 Graduanda do curso de Letras da Universidade Federal do Maranhão

2 Docente do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão

1. INTRODUÇÃO

A moradia irregular em São Luís é um tema que, apesar de ser uma realidade na cidade, envolve diferentes versões, diferentes grupos de pessoas, emergindo daí múltiplos sentidos e entendimentos sobre a situação. Há quem condene as pessoas que ocupam espaços pertencentes a outrem, que as veem como criminosas, e quem entenda que tais pessoas são vítimas de uma sociedade precarizada por injustiças sociais.

Em levantamento de dados para enfrentamento da covid-19, realizado pelo IBGE em 2020, São Luís aparece como a quinta capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados sub-normais, também conhecidos como favelas, invasões, loteamentos, palafitas, assentamentos informais e outras denominações do gênero.

São estruturas habitacionais problemáticas, muitas delas situadas longe do centro urbano, distantes de serviços públicos, sem segurança, e outros serviços essenciais como saúde, saneamento básico ou educação. Esses aglomerados habitacionais nascem da busca de pessoas pelo direito à cidade, à moradia digna, visto que muitas não são assistidas pelo Governo, e por isso, são forçadas a ocupar espaços que se encontram inutilizados socialmente na cidade.

Nos movimentos por habitação tem sido destaque a presença de mulheres. Sua função não se limita apenas à luta por uma causa social, mas se estende a reivindicações como agentes de busca por melhores condições de vida, por igualdade e justiça social. Muitas vezes, elas exercem lideranças informalmente nas comunidades às quais pertencem, organizando famílias e grupos para buscarem seus direitos, como moradia digna, segura e apropriada para o perfil

feminino que a sociedade contemporânea exige. Porém, no campo midiático, muitas vezes se observa um apagamento da potência que as mulheres têm nesse contexto.

Nessa direção, este capítulo tem por objetivo geral analisar a participação feminina no protagonismo da luta por moradia digna na cidade, utilizando conceitos de Michel Foucault para compreender como o discurso sobre essas mulheres circula na mídia jornalística.

Os estudos discursivos de Michel Foucault também subsidiarão a análise de verdades produzidas por jornais locais sobre as mulheres das lutas por moradia em São Luís. Adotamos o conceito de arquivo, na perspectiva de Foucault (2008), para analisarmos o regime de enunciabilidade presente em notícias sobre a luta por habitação na cidade, protagonizada por mulheres.

Para esse fim, buscamos entender o enunciado “na estreiteza e singularidade de sua situação”, assim, observando as “condições de sua existência”, especificando seus limites e estabelecendo suas “correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado” (Foucault, 2008, p.31-33).

Nosso *corpus* se constitui de uma notícia voltada para o Programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em março de 2009, no Governo Lula, que, ao longo de mais de dez anos, atende a população de baixa renda para obtenção de casas em complexos habitacionais.

O Programa, sob gestão do Ministério das Cidades, oferece subsídio e uma taxa de juros bem abaixo do mercado para facilitar a obtenção de moradias populares e conjuntos habitacionais na cidade ou em áreas em outros municípios. De acordo com o site oficial do Governo Brasileiro, mais de seis milhões de pessoas já

foram beneficiadas pelo Programa em todo o Brasil. Para ser elegível à participação no Programa, as famílias precisam preencher alguns critérios sociais e de renda, como não possuir imóvel em seu nome, e se cadastrar no plano estadual de moradia da Prefeitura.

Buscamos compreender, nas narrativas selecionadas neste trabalho, qual a “posição-sujeito” ocupada pelas mulheres figuradas nas narrativas dos jornais analisados? Analisamos quem pode falar dessas mulheres; que instituições são autorizadas a se manifestar no espaço jornalístico; qual o lugar de sujeitos atuantes na luta por moradia nas notícias sobre o PMCMV é dado às mulheres?

O texto está organizado em três etapas. Na primeira delas, discorremos sobre a fundamentação teórica da pesquisa; na segunda, apresentamos o percurso metodológico do estudo e nossas análises realizadas em uma notícia selecionada em um jornal no formato digital, onde encontramos a presença feminina na luta por habitação em São Luís; e por fim, concluímos com os resultados obtidos após a análise dos discursos apresentados no arquivo selecionado.

45

2. TRAJETO TEÓRICO DA PESQUISA

Em sua obra *A Arqueologia do Saber* (2008), o filósofo francês Michel Foucault apresenta estudos que compreendem uma investigação que leva à reflexão de diversos temas, que extrapolam o uso da linguagem, proporcionando assim a construção de um novo pensamento.

A Arqueologia consiste em escavar, deter-se a fundo nos níveis do discurso, para buscar, no dizer, relações de poder que permitem o aparecimento dos enunciados em um dado momento. Dessa forma,

o que se leva em conta na análise de Foucault “[...] Dessa forma, considera-se, na análise arqueológica proposta por Foucault, a articulação entre o que se pensa, o que se diz e o que se faz, em determinada época, tendo em vista que os acontecimentos discursivos são compreendidos pelo autor como eventos históricos (Azevedo, 2013).

Discurso, para o filósofo, é:

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (Foucault, 2008, p.133).

46

Com isso em mente, podemos pensar na forma como o discurso sobre a busca por moradia em São Luís é retratado nos jornais da capital. As notícias sobre ocupações feitas por pessoas marginalizadas socialmente, intituladas de invasões, ocupações, ou mesmo as moradias insalubres conhecidas como palafitas, possuem significados que vão além do que se vê na superfície textual e produzem práticas sociais que reforçam a desigualdade social.

Nesse sentido, a escolha das palavras, as falas mostradas nas notícias dos jornais revelam a presença de diferentes discursos, provocando diferentes sentidos, que mostram o quanto um enunciado está mergulhado em relações de poder, interesses, apagamentos e diferentes posicionamentos políticos e sociais sobre uma questão.

Para Foucault, o discurso é “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e espaço, que definiram

em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT apud FERNANDES, 2013, p. 19). Para o autor, o centro do discurso é o enunciado, o qual se apoia em uma mesma formação discursiva, e à medida que são repetidos, os enunciados constituem o sujeito e se materializam socialmente.

Analisando, por exemplo, a relação da formação discursiva e os diferentes sentidos, podemos avaliar o uso da bandeira do Brasil, recentemente, produzir sentidos diversos. Nos últimos cinco anos, o símbolo nacional tem sido associado a pessoas conservadoras, reprodutoras de falas excludentes, que pregam o bordão “Deus, Pátria e Família”, e a movimentos de ultradireita. Isso só foi possível pelas condições de possibilidades embasadas em um cenário político e social propício à associação da imagem da bandeira a esse discurso conservador.

Para Foucault, é importante analisar como os signos aparecem, quais as condições que proporcionaram seu surgimento. Assim, os efeitos de verdade sobre a bandeira do Brasil atualmente nos fazem colocar em pauta uma questão trazida pelo filósofo (Foucault, 1995, p.31): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar”? É essa pergunta que, na perspectiva foucaultiana, deve permear a análise dos discursos.

Foucault também explica que o sujeito não é a fonte dos discursos; são os discursos que posicionam o sujeito; não o contrário. O filósofo se preocupava em entender como o ser humano tornou-se um objeto de conhecimento, e de que forma o sujeito se construiu socialmente e entende a si próprio a partir dos discursos que partem de diferentes dispositivos.

De acordo com o filósofo, os processos de subjetivação “referem-se ao modo como o próprio homem se compreende como sujeito legítimo de determinado tipo de conhecimento, ou melhor, como o sujeito percebe a si mesmo na relação sujeito – objeto” (Castanheira e Correia, 2012, p.4), ou seja, como o sujeito fala por si. Em contrapartida, as objetivações “dizem respeito ao modo como o sujeito pôde se tornar um objeto para o conhecimento” (idem, p.4). Ou seja, a objetivação diz respeito ao que dizem sobre o sujeito.

Os processos de subjetivação estão associados às relações de poder que permeiam o discurso. O discurso tem o poder de construir o sujeito, estabelecendo papéis e posições sociais. E o que seria poder para Foucault?

48

De acordo com Silva e Machado Júnior (2016, p. 204), o poder, para o filósofo francês, “é um conjunto de forças advindas de todas as relações que compõem os espaços sociais”. Nessa direção, os discursos jornalísticos que serão analisados têm o poder de construir o sujeito mulher, delineando seu papel e posição na sociedade.

O discurso, assim como os sujeitos, é constituído a partir das relações de poder. O sujeito é, sob a ótica foucaultiana, resultado de complexas relações de poder, oriundas de diferentes instâncias que determinam e legitimam verdades. Para Foucault, o sujeito está em processo contínuo de construção, pois ele emerge das relações de poder advindas das tramas da história que forjam o discurso.

O discurso, para Foucault, compõe-se de uma série de enunciados, e para a compreensão do enunciado, faz-se importante estabelecermos o que este não significa para o filósofo. Segundo ele, o enunciado não é uma proposição, uma frase ou um ato de fala, ou seja, não é uma estrutura da linguagem. Segundo Foucault, “trata-se,

antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não”. (Foucault, 2008, p.98)

O enunciado também não existe sozinho, pois precisa de correlação com outros enunciados. É ele que possibilita a existência de uma proposição, frase ou ato de fala. Analisar o enunciado significa analisar as condições de possibilidade de seu surgimento. Logo, numa concepção arqueogenealógica, analisar o enunciado implica analisar o que foi dito e buscar no fundo as regras e condições que possibilitaram que aquilo fosse dito.

Ainda sob a perspectiva da Arqueologia, a concepção de arquivo se faz importante, pois, segundo Foucault (2008, 147), o arquivo é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Nesta pesquisa, o arquivo analisado é o jornalístico, e a partir dele poderemos analisar por que certos sentidos são apagados enquanto outros permanecem nos jornais, quais as regularidades que cercam os dizeres sobre as mulheres nos jornais avaliados.

As mídias jornalísticas, desde as mais tradicionais às mais atuais, estão permeadas por regimes de verdades que proporcionam sentidos e possuem interesses políticos, sociais, econômicos e culturais. Dessa forma, como veremos, um jornal ligado a interesses políticos dará mais ênfase e espaço para discursos vindos do poder público, enquanto outro, mais desprendido desses interesses, priorizará a quem busca por moradia digna para expressar como se sente em relação a essa busca, os desafios e situações que enfrenta. É importante pensarmos também no papel da mídia jornalística na produção de efeitos de verdade. Segundo Gregolin (2020, p. 77),

“a mídia representa, talvez, o principal dispositivo de agenciamento das subjetividades na atualidade”.

Assim, os jornais formam subjetividades e possibilitam a construção de sujeitos, pois invadem nosso cotidiano, tanto de forma impressa quanto, hoje, principalmente, de forma virtual. Eles podem mostrar além do que é visto, possibilitam ouvir o que não pode ser dito.

Ainda de acordo com Gregolin, “grande parte de nós tem a ilusão de ser verdadeiro tudo o que é publicado” (Gregolin, 2020, p. 79), assim, o que é publicado em um jornal “de renome” social é facilmente entendido como uma verdade pelos leitores, que podem não ter consciência da rede de poderes que sustentam uma notícia sobre a entrega de casas em um residencial para mulheres empobrecidas.

A pesquisadora defende ainda que “existem falsas notícias, que se fazem parecer como verdades, pois usam textos que parecem fiáveis, e que contam com apagamentos, esquecimentos e negação de realidades” (Gregolin, 2020, p. 80).

Assim, lutas e resistência de alguns grupos sociais são apagadas, pois, como veremos nas notícias analisadas, o Governo, o discurso da “moradia digna”, e a vulnerabilidade das mulheres, sob o domínio do texto jornalístico, são expostos em um espaço discursivo onde elas são objetivadas como sofredoras, que estão à espera da dignidade, que só pode lhes ser proporcionada através da ajuda governamental, apesar de sabermos que o acesso à moradia é um dever do Estado.

Ao falar sobre processo de subjetivação produzido em jornais, é relevante fazermos uma discussão sobre a condição feminina nesses textos. Nesse ponto, citamos Simone de Beauvoir (2009), em sua icônica obra “O Segundo Sexo”. Segundo a autora, sem significação

própria, a mulher é formada por “aquilo que o homem decide que seja” (Beauvoir, 2009, p.16).

A mulher seria, de acordo com Beauvoir, produto das instituições “fálicas”, ou seja, dominadas por homens. De Beauvoir também é a afirmação de que “o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo” (Beauvoir, 2009, p.70), e isso não diz respeito necessariamente ao corpo físico, mas à construção social do sexo anatômico, ou seja, ao gênero. Esse corpo construído socialmente “não é uma coisa, é uma situação” (Beauvoir, 2009, p.67).

Homens e mulheres são muito mais do que apenas a anatomia de seus corpos, pois são produtos de sua realidade social. As desigualdades impostas às mulheres dizem muito sobre por que muitas são chefes de família, provedoras da casa e responsáveis pela criação dos filhos, e as que são maioria vivendo em moradias inadequadas no Brasil. Conforme dados da Fundação João Pinheiro (FJP), publicados em 2021, 60% dos casos de moradia irregular são ocupados por mulheres, o que totaliza 15 milhões de moradias inadequadas.

No PMCMV, existem duas categorias em que as mulheres são prioridade na aquisição das moradias: mulheres chefes de família e mulheres em situação de violência doméstica. Isso só mostra que existe de fato uma demanda significativa delas como sujeitos atuantes na luta pelo direito à cidade e à moradia.

Dessa forma, o Programa surge como uma esperança para muitas mulheres na conquista pela moradia digna, uma habitação estruturada, para saírem de habitações subnormais e vulneráveis. Investigar a presença delas no arquivo mídia se mostra essencial para entendermos quem são essas mulheres, de que forma são objetivadas, como se subjetivam, como se veem nessa luta.

3. ANÁLISE DA NOTÍCIA

O método de análise da pesquisa pautou-se na “técnica” arqueológica proposta nos estudos de Michel Foucault (2008), segundo a qual os discursos se formam e se dispersam, mas podem ser (re) unidos por meio de uma análise que visa o jogo de relações que os une. A arqueologia visa entender, por meio dos discursos produzidos em lugares outros, em lugares não oficiais, as relações que engendram as verdades de uma época.

Os critérios de elegibilidade do corpus foram os seguintes: (i) sites de jornais que circulam há bastante tempo na cidade (na modalidade online), e que têm, pela tradição temporal, credibilidade por parte dos leitores na cidade; (ii) notícias que destacavam discursos de mulheres sobre a busca por habitação, para entender de que forma elas se subjetivam e se veem nesse processo e, também, de que modo os jornais constroem seu discurso sobre essas mulheres.

Sendo assim, buscamos em sites de jornais, com tradição temporal em São Luís (MA), notícias com foco em palavras-chave como moradia, habitação, Minha Casa, Minha Vida e programa habitacional. O nosso marco temporal foi notícias veiculadas a partir de 2020, levando em conta o levantamento para enfrentamento do Coronavírus feito pelo IBGE.

Acessamos sites de jornais que circulam há bastante tempo na cidade (não só no formato impresso, mas na modalidade online, também), e que possuem, por sua tradição temporal, uma credibilidade por parte dos leitores na cidade. O *corpus* do trabalho se concentrou em uma notícia encontrada em um jornal bastante conhecidos na cidade, que intitulamos “Jornal A” por questões éticas,

para não expor o veículo informativo, mesmo a notícia da plataforma digital sendo de domínio público.

A matéria jornalística citada é intitulada “A alegria de quem saiu das palafitas para um apartamento no Residencial José Chagas”, do ano de 2020, e aborda o fato de 256 famílias, que viviam em barracos improvisados (conhecidos como palafitas), terem sido contempladas com unidades de apartamento, pertencentes ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica, política pública que é executada pelo Governo do Maranhão.

A matéria já inicia com o relato da diarista Sandra Maria Neves, de 42 anos, que segundo a notícia, se mostrou-se surpresa quando foi avisada pelo marido que havia sido contemplada pelo programa. “Foi uma emoção tão grande. Eu jamais imaginava que ia ganhar” (JORNAL A, 2020).

Analisando-se essa fala, arqueologicamente, temos um enunciado, que, para fazer sentido, deve ser lido levando-se em consideração que todo enunciado existe em relação a outros acontecimentos. Assim, a fala da entrevistada leva a outras verdades, como o subentendido do quanto a assistência do Governo não é acessível a todos, pois Sandra, ao citar o advérbio de negação “jamais”, atualiza uma informação importante em seu dizer que é a dificuldade ao acesso a essas moradias, pois a demanda é enorme, tendo em vista que a cada ano, o número de famílias empobrecidas no Brasil só cresce (principalmente após a pandemia do Coronavírus).

Sandra e o marido, assim como as 256 famílias citadas na notícia, viviam em palafitas insalubres em comunidades como Ilhinha, Portelinha e Vila Jumento, localidades com falta de saneamento básico, segurança e outros serviços essenciais para o bem viver.

Não é citado na matéria há quanto tempo eles viviam ali, mas é provável que fosse uma situação de longos anos. A notícia do Jornal A dá destaque para a diarista falar sobre como era difícil a sua vida, morando em uma palafita na comunidade Portelinha, dando um certo protagonismo para ela no texto, pois mesmo diagnosticada com câncer, ela e o marido “desafiavam a lei da gravidade vivendo em uma palafita na comunidade Portelinha, alternativa encontrada pelo casal para se evitar gastos com o aluguel de um imóvel” (JORNAL A, 2020).

Aqui, percebemos que o jornal não explica que o fato de morar em uma moradia irregular se dava pela falta de condições financeiras do casal, e faz parecer ao leitor que havia como se fosse uma opção escolhida por marido e esposa para não gastar com o aluguel de um imóvel. É compreensível que ninguém simplesmente escolha uma estrutura irregular e insalubre como uma palafita, pois como a própria matéria enfatiza, Sandra e o marido “desafiavam a lei da gravidade”, correndo riscos diariamente, morando em uma palafita, em uma comunidade com uma série de precariedades.

O jornal continua enfatizando como era difícil a vida de Sandra e as 256 famílias, que viviam na insegurança, e também eram “obrigados a conviver com estigmas e preconceitos sociais” (JORNAL A, 2020). De acordo com a diarista: “A gente passou por muita dificuldade, sofriamos muita humilhação, éramos discriminados pelas pessoas porque a gente morava lá”. (JORNAL A, 2020).

Nesse ponto, percebemos o quanto a “alternativa do casal de não pagar um aluguel” tinha um preço alto para eles: preconceito, discriminação (que ainda ficam mais latentes quando vemos, pela foto da diarista na matéria jornalística, que ela é uma mulher negra), além da insegurança física do casal e também estrutural da palafita.

O jornal trata de enfatizar o quanto a vida dessa mulher era extremamente difícil, e dá espaço para ela falar sobre sua vivência enquanto habitante de uma estrutura irregular e traz à tona um problema que é a discriminação espacial, produzida pela falta de assistência do Estado a certas localidades da cidade.

Sabemos que é comum que, no centro da cidade, encontremos os principais serviços públicos, e é no Centro que o indivíduo pode “resolver tudo”: ter acesso a bancos, escolas, órgãos jurídicos, hospitais etc. Em contrapartida, temos a periferia, que fica mais afastada do Centro, mas que ainda consegue, de certa forma, ofertar acesso a produtos e serviços ali.

O secretário de Cidades, da SECID, é ouvido na reportagem e afirma: essa entrega implicará na extinção das palafitas da área, e também na urbanização da região. Isso representa dignidade e melhoria da vida de milhares de pessoas” (JORNAL A, 2020).

A palavra “extinção”, como um enunciado, tem uma memória, associa-se a outros enunciados e entra em um jogo de sentidos que reforça a ideia de que, para o poder público, é importante eliminar as palafitas, pois estas interditam a urbanização da cidade, tornando-a disforme.

Essa extinção propiciará dignidade para a vida das famílias contempladas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. De um ponto de vista estético, as palafitas são construções que não são vistas de forma positiva pela sociedade, o que só mostra o quanto de fato, morar em uma estrutura dessas causa discriminação e preconceito, como Sandra havia mencionado anteriormente.

Outra palavra que merece uma reflexão, neste trabalho, é “dignidade”, principalmente na expressão “moradia digna”. Esse sintagma

também se faz presente na notícia jornalística, pois somente agora, com as contemplações feitas pelo Programa, Sandra e as demais pessoas teriam uma vida realmente “apropriada”, em uma habitação adequada, e isso só foi possível com a intervenção do Governo.

Porém, um questionamento que fica é “onde estava o Governo para possibilitar essa moradia digna para Sandra nos anos em que ela viveu em uma palafita”? Que assistência à mulher recebeu ao longo dos anos? Ela teve facilidade para se inserir nas políticas públicas proporcionadas pelo Governo?

Ponto interessante a se notar ainda é que há o discurso de alguém do poder público para formalizar o feito realizado pelo Governo, de dar dignidade à Sandra e sua família. Porém, na notícia, o protagonismo é da diarista, que teve espaço para falar das dificuldades que vivia, não só em relação à moradia, mas também em relação à sua saúde.

Essa matéria, portanto, como enunciado, revela que o problema da moradia acontece entrelaçado a problemas gerados pela ausência do Estado. Assim, ao escavarmos o dizer da matéria, fica patente que problemas como falta de assistência médica, falta de planejamento urbano e problemas econômicos estão evidenciados nas camadas mais profundas da fala de Sandra. A entrevistada ocupa, em seus enunciados, o lugar dos sujeitos excluídos, segregados e alijados do processo de cidadania que o Estado deve propor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como norte teórico-metodológico os estudos discursivos foucaultianos, analisamos algumas redes de sentidos que estabelecem

o processo de objetivação/ subjetivação das mulheres que lutam por habitação em São Luís, e assim destacamos alguns pontos a seguir:

A mídia jornalística dá espaço para que os órgãos públicos possam enaltecer sua atuação “assistencialista”, e levando em conta que a notícia analisada circulou no período da pandemia do Coronavírus, isso produz efeitos de verdade que engrandecem a atuação do Governo em um momento tão difícil para a humanidade.

A construção textual-discursiva da notícia se mostra de uma forma como se as mulheres beneficiadas pelos programas habitacionais já fossem “conhecidas” pela sociedade. É uma mulher pobre, que morava em habitações irregulares e que foi contemplada com um Programa do Governo.

57

Mesmo quando a mulher se expressa um pouco sobre sua vida e sobrevivência nas moradias irregulares, percebe-se que seu discurso pode ser tolhido, no sentido de silenciar suas dificuldades reais e adotar uma fala que enalteça o Governo, de forma a humanizá-lo, a mostrá-lo como um parceiro das famílias desamparadas, mas é importante lembrar que é muito provável que, até serem beneficiadas, foram anos de lutas diárias.

É importante erguer a voz das mulheres na mídia jornalística para conscientizar quem lê sobre a problemática da habitação em São Luís, problemática esta que é a realidade de muitas mulheres em nossa cidade

Buscamos responder às perguntas que norteiam a investigação de que forma a mulher aparece na mídia jornalística em notícias sobre a luta por moradia em São Luís. Quais discursos se repetem? Quais as relações de poder se estabelecem no processo de subjetivação

dessa mulher? Como ela se torna um sujeito nesse discurso que circula? Quais as verdades produzidas por esses jornais sobre ela?

Chegamos às seguintes reflexões: a) identificamos que, em muitos casos, a mulher sequer aparece nas notícias, e esse apagamento também pode dizer muito sobre esse sujeito. Isso vai de encontro aos dados de pesquisas que mostram que a maioria das moradias irregulares no Brasil é ocupada por mulheres. Onde estão elas sendo retratadas nessas importantes fontes de informação que são os jornais, em São Luís?

Esta pesquisa ainda pode se expandir e muitos outros dados ainda podem ser analisados, sistematizados para elaboração de políticas públicas que auxiliem nas questões habitacionais em São Luís, visando o protagonismo feminino, e a composição de um arquivo de notícias relacionadas a essas questões, com enfoque no protagonismo social e político dessas mulheres, que, como vimos, é muitas vezes tolhido em seu discurso.

5. REFERÊNCIAS

A alegria de quem saiu das palafitas para um apartamento no Residencial José Chagas. Disponível em: jornalpequeno.com.br/2020/08/16/a-alegria-de-quem-saiu-das-palafitas-para-um-apartamento-no-residencial-jose-chagas/. Acesso em: 02 de fevereiro de 2024.

AZEVEDO, Sara Dionísio Rodrigues de. **Formação discursiva e o discurso em Michel Foucault.** In. *Revistas Eletrônicas Filogenese*. Vol. 6, n° 2, 2013, p.148-162.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo II: A experiência vivida.**

2ª ed, 1967. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2023.

CASTANHEIRA, Marcela Alves de Araújo França; CORREIA, Adriano. **A constituição do sujeito em Michel Foucault:**

práticas de sujeição e práticas de subjetivação. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia – UFG. Disponível em: SBPC <http://www.sbpnet.org.br>. Acesso em 7 de maio de 2023.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias.** 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (p. 231-249).

GREGOLIN, Maria do Rosário. Língua (gens), mídia (s) e poder sob a ótica discursiva foucaultiana. In: Revista Heterotópica, v. 2, n. 1, jan.– jul. 2020.

Programa Minha Casa, Minha Vida. <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/materias/programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

São Luís é a quinta capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados. G1 Maranhão. 19 maio.

A LUTA FEMININA POR HABITAÇÃO E O DISCURSO EM NOTÍCIAS SOBRE O PROGRAMA
MINHA CASA, MINHA VIDA EM SÃO LUÍS (MA)

2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/05/19/sao-luis-e-a-5a-capital-brasileira-com-maior-percentual-de-habitacao-em-aglomerados.ghtml>. Acesso em 12 de abril de 2023.

CUIDADO EM DISPUTA: DISCURSOS EM TORNO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS DO BRASIL

Samia Rafaela Sales Rodrigues (UFMA)¹

Glória França (UFMA)²

-
- 1 Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Letras – PGLETRAS – da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Projeto de pesquisa financiado pelo Edital universal do CNPq (2024), processo número 404078/2023-0, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em discursos, interseccionalidades e subjetivações (CNPq). E-mail: samia.rafaela@discente.ufma.br.
 - 2 Professora adjunta no Departamento de Letras/UFMA e no Programa de Pós-Graduação em Letras/UFMA Bacabal. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPq). E-mail: gloria.franca@ufma.br.

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Cuidados do Brasil, delineada no Marco Conceitual de 2023, de acordo com o que se formula no marco, é um avanço significativo na tentativa de reconhecer o cuidado como direito e prática fundamental no tecido social brasileiro. Esse marco foi desenvolvido a partir das discussões do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI-Cuidados), instituído em março de 2023 e coordenado pela Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), juntamente com a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados do Ministério das Mulheres. O documento, publicado na página do MDS³, orienta a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados, delineando seus principais aspectos conceituais e componentes. Contudo, ao analisarmos o sentido de cuidado pelas lentes da Análise de Discurso materialista, é possível perceber que ele vai além de uma definição simples, sendo atravessado por múltiplos sentidos que refletem disputas ideológicas profundas.

O sentido de cuidado no documento não é estático nem consensual, ele se constrói a partir de tensões entre diferentes sujeitos e contextos sociais, refletindo a complexidade da prática do cuidado no Brasil. Enquanto prática cotidiana, o cuidado se apresenta como

3 Documento oficial intitulado Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil, disponível no portal Participa + Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

uma responsabilidade tanto individual quanto coletiva, envolvendo não apenas o Estado, mas também a família e a sociedade. A perspectiva de que o cuidado deve ser compartilhado entre esses diferentes agentes gera uma multiplicidade de sentidos sobre o que significa cuidar, quem deve cuidar e quais os limites dessa responsabilidade.

Sabe-se que, historicamente, a responsabilidade pela provisão e organização dos cuidados esteve principalmente nas mãos das mulheres. Nesse sentido, o Marco destaca a recente incorporação do tema cuidado ao campo das políticas públicas no país, havendo, portanto, uma centralização da responsabilidade na família e nas redes comunitárias, enquanto o Estado se apresenta como coadjuvante nessa trama. Essa questão é ressaltada no documento quando alude que:

A construção de uma política integral e integrada de cuidados passa a ser, pela primeira vez no Brasil, um objetivo nomeadamente público a partir de 2023, quando são criadas, nas estruturas do governo federal, a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SNCF/MDS) e a Secretaria Nacional de Autonomia Econômica e Políticas de Cuidados localizada no Ministério das Mulheres (SENAEC/Mulheres) (MARCO CONCEITUAL DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS, 2023).

Percebe-se, a partir disso, que os diferentes sentidos atribuídos ao cuidado projetam contradições, como o paradoxo entre a universalidade do direito ao cuidado e a particularidade das necessidades de diferentes grupos. A análise discursiva permite visualizar essas contradições e como elas são apresentadas no documento,

evidenciando que o sentido de cuidado construído é, ao mesmo tempo, inclusivo e excludente, universal e particular. Nesse sentido, como afirma Orlandi (2017, p. 40), “o sentido de uma palavra, uma expressão [...] não existe em si mesmo, mas é determinado pelas oposições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual são produzidas (isto é, reproduzidas)”. A construção de uma política integral e integrada de cuidados, anunciada pela primeira vez como objetivo público em 2023, materializa essas tensões, uma vez que as diferentes visões sobre o cuidado, suas responsabilidades e suas dimensões são fruto de disputas ideológicas subjacentes à formulação da política e como elas influenciam a definição de quem deve ser cuidado e de que forma esse cuidado deve ser prestado, que envolvem tanto o Estado quanto a sociedade civil.

A construção dos sentidos de cuidado projetados, como vimos, é atravessada por disputas ideológicas e tensões entre diferentes sujeitos e contextos. Nesse viés, os conceitos de memória discursiva e interdiscurso, centrais à abordagem materialista, oferecem uma chave de leitura para entender como o cuidado não surge de um vazio, mas é imerso em práticas e discursos históricos. Esses elementos discursivos anteriores moldam os significados atribuídos ao cuidado, influenciando a forma como ele é compreendido e incorporado na política pública. Como Orlandi (2017) afirma:

[...] Para que uma palavra tenha sentido é preciso que ela faça sentido (efeito do já-dito, do interdiscurso. A isso que chamamos de historicidade na análise de discurso. Chamamos de efeito de pré-construído, a impressão do sentido lá que deriva do já-dito, do interdiscurso e que faz com que ao dizer já haja um efeito de já dito sustentando todo o dizer. (Orlandi, 2017, p. 18).

Esse processo de construção discursiva é permeado por diferentes vozes, que dialogam (e, muitas vezes, se chocam) com as experiências de quem cuida e de quem recebe o cuidado. O desafio, então, é como conciliar esses diferentes discursos sem que o cuidado se perca em uma definição homogênea, capaz de abranger as desigualdades regionais, de gênero e de classe que permeiam a sociedade brasileira.

A disputa pelo sentido de cuidado, portanto, materializa as contradições sócio-históricas de nossa formação social, ancorada em desigualdades de classe, mas também de gênero e de raça, conforme tem sido descrito nos trabalhos de França (2024). Quem define o que é cuidado, como ele deve ser realizado e quem deve ser responsável por ele, está, de certa forma, delimitando as fronteiras do direito, da cidadania e da justiça social. O Marco Conceitual, ao apresentar essas contradições, não só textualiza a complexidade do cuidado no Brasil, mas também convoca para um debate essencial sobre como transformar essas disputas em uma política pública que, de fato, promova a dignidade e os direitos de todos os cidadãos.⁴

Ao analisar um documento político, a AD considera a construção do discurso como um processo que envolve múltiplos sujeitos, contextos e condições históricas. Nesse caso, o cuidado no Marco não é simplesmente definido, mas construído ao longo de um jogo

4 Em dezembro de 2024, a Política Nacional de Cuidados (PNC) foi oficialmente aprovada, após anos de discussões e mobilizações históricas, incluindo a atuação de movimentos sociais que se dedicaram à reivindicação de políticas públicas que assegurassem o cuidado como um direito fundamental. A aprovação da PNC representa um marco importante, mas também a continuidade de um processo de luta e articulação que tem se intensificado ao longo das últimas décadas.

de sentidos que reflete disputas ideológicas entre diferentes grupos (governo, sociedade, famílias, trabalhadores etc.). Sob esse olhar, as escolhas lexicais, os silêncios e as articulações discursivas no documento podem reforçar ou desafiar estruturas de poder, como as relações de gênero e classe, que estão intimamente ligadas ao cuidado.

Sobre isso, a noção de “memória discursiva”, que indica como discursos passados e consolidados determinam a construção de novos significados projetados, é de grande relevância. No caso da PNC, o sentido de cuidado é reconfigurado, mas ainda dialoga com significados anteriores, como a ideia do cuidado como uma responsabilidade privada, frequentemente ligada às mulheres e ao espaço doméstico. Ao analisar como esses sentidos se atualizam e se confrontam dentro do documento, é possível pôr em pauta as tensões políticas e ideológicas que compõem a formulação das políticas públicas.

Portanto, esta análise não se limita a interpretar o que está expresso de maneira explícita no documento, mas se aprofunda nas relações de poder que essas palavras e sentidos encarnam, trazendo à tona as disputas que envolvem os direitos sociais e as responsabilidades do Estado, da sociedade e das famílias.

2. CUIDADO: SENTIDOS E DISPUTAS DISCURSIVAS

O sentido de cuidado no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados é apresentado de forma fluida e ambígua, materializando as tensões que envolvem a própria prática de cuidar na sociedade brasileira. Tradicionalmente associado à esfera doméstica

e feminilizada, o cuidado é ressignificado pelo documento, sendo apresentado como um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade. No entanto, essa multiplicidade de sentidos gera disputas discursivas, pois diferentes grupos sociais e políticos têm interesses diversos sobre como o cuidado deve ser conceituado, praticado e regulamentado.

No contexto do interdiscurso, o cuidado se insere em um campo de significações históricas e ideológicas, que não apenas moldam as definições atuais, mas também refletem um jogo de poder sobre quem deve assumir as responsabilidades envolvidas. Para o Estado, a universalização do cuidado é um desafio complexo, que precisa ser abordado em sua totalidade, sem negligenciar as especificidades de cada região ou grupo social. Por outro lado, a posição-sujeito familiarista de cuidado ainda persiste, reivindicando a centralidade da família na prestação desse serviço, o que reforça um modelo de cuidados segmentado e desigual.

Além disso, o sentido de cuidado também se articula com debates sobre gênero, raça e classe social. O cuidado é, frequentemente, considerado uma extensão do trabalho doméstico não remunerado, historicamente realizado por mulheres. Assim, sua incorporação como um direito social é marcada por um embate ideológico que envolve, simultaneamente, a valorização e a crítica desse tipo de trabalho.

O Marco Conceitual, ao tentar legitimar a ideia de cuidado como uma obrigação coletiva, enfrenta resistência por parte daqueles que ainda enxergam o cuidado como algo que pertence exclusivamente ao espaço privado e à esfera da responsabilidade familiar. Pesquisa da plataforma *Elas Trabalham*, divulgada pela *Revista Marie Claire* em

maio de 2024, mostra que quase metade das brasileiras bancam custos essenciais do lar, mesmo ganhando menos que os homens, e que 47,2% conhecem mulheres na família que foram impedidas de trabalhar fora pelo marido ou outro membro familiar do gênero masculino. No Brasil, 73,4% das mulheres começaram a realizar tarefas domésticas e de cuidado antes dos 14 anos, mas apenas 9,4% consideram que começaram a trabalhar neste período.

Esse seria um demonstrativo de que há um imaginário dominante que não projeta a essas funções desempenhadas o sentido de trabalho. Essa disputa discursiva sobre o cuidado materializa as contradições que perpassam a construção da Política Nacional de Cuidados. O cuidado, enquanto algo que deveria unir e garantir direitos a todos, fragmenta-se em diversas versões que carregam consigo diferentes modelos de sociedade, diferentes visões sobre o papel do Estado, da família e da sociedade civil, e, principalmente, diferentes percepções sobre quem deve ser o sujeito do cuidado e quem deve ser o seu destinatário.

3. A POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS E A MEMÓRIA DISCURSIVA

Neste tópico, será abordada a construção dos sentidos de cuidado no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, a partir da análise de sua memória discursiva e da interação com pressões externas que determinam sua formulação. Inicialmente, será explorada a memória discursiva, evidenciando como as práticas de cuidado são moldadas por discursos históricos, muitas vezes enraizados em modelos patriarcais e privatistas, e como o Marco Conceitual propõe

uma redefinição desse cuidado, expandindo suas responsabilidades para o Estado, sociedade e mercado. Em seguida, o interdiscurso será analisado, destacando as tensões entre discursos neoliberais, feministas e de direitos humanos, que influenciam a construção do cuidado e a articulação do papel de diferentes atores sociais. Por fim, será abordado o “diamante dos cuidados”, ilustrando as disputas ideológicas sobre a responsabilidade compartilhada no cuidado.

3.1 A MEMÓRIA DISCURSIVA NO MARCO CONCEITUAL E DISCURSOS EM TENSÃO

A memória discursiva é fundamental para entender como os sentidos de cuidado são construídos no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados. Isso, porque as práticas de cuidado não surgem em um vácuo, mas são moldadas por uma longa trajetória de discursos históricos que ainda ecoam nas formulações contemporâneas, na medida em que “[...] Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito).” (ORLANDI, 2015). Tradicionalmente, o cuidado foi concebido como uma prática doméstica e intimamente ligada ao trabalho não remunerado, geralmente feminizado, e de responsabilidade individual. Essas concepções, provenientes de uma memória discursiva enraizada em um modelo patriarcal e privatista, continuam a influenciar o entendimento atual sobre o cuidado, mesmo quando se tenta reconfigurá-lo como um direito social e uma responsabilidade coletiva.

O Marco Conceitual, ao redefinir o cuidado como algo que envolve o Estado, a sociedade e a família, propõe uma ruptura com o modelo anterior. Ao que diz:

O cuidado é não apenas um trabalho, mas também uma necessidade de todas as pessoas, central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da economia e das sociedades. Todas as pessoas necessitam de cuidados ao longo de suas vidas ainda que, em alguns momentos ou em condições específicas, nas quais é menor a sua autonomia e maior a sua dependência [5], essas necessidades sejam mais intensas e/ou mais complexas. Em algumas situações, inclusive, as pessoas não podem prescindir do cuidado realizado por terceiros/as, por ele ser fundamental para o seu bem-estar, ou, no limite, para a sua própria sobrevivência. É o caso, por exemplo, dos bebês, que dependem integralmente do cuidado ofertado por outras pessoas, ou de pessoas idosas e pessoas com deficiência que, em determinadas condições, podem necessitar de assistência, auxílio e apoios para realizar tanto as atividades básicas da vida diária (ex. tomar banho, vestir-se, alimentar-se etc.), quanto às atividades entendidas como instrumentais (ex. gerenciar recursos, fazer compras, sair de casa etc.).

A forma como esse cuidado é ofertado nas sociedades é bastante variável. Em cada sociedade e em diferentes etapas históricas, estabelece-se uma organização social dos cuidados específica, que produz, organiza e distribui os cuidados, e que tem componentes sociais, econômicos, culturais e políticos. A conformação dessa organização social dos cuidados congrega e responsabiliza um amplo conjunto de atores sociais e instituições pela sua provisão, em especial as famílias, comunidades, Estado, mercado/empresas,

tal como pode ser visualizado pela figura 1 reconhecida na literatura como “diamante dos cuidados” (MARCO CONCEITUAL DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS, 2023).

O fragmento do Marco Conceitual destaca o cuidado como fundamental para a vida humana, apresentando-o como uma necessidade universal que varia conforme as condições de autonomia e dependência de cada indivíduo. A formulação “[...] central para a sustentabilidade da vida humana, assim como para o funcionamento da economia e das sociedades” já textualiza o diálogo entre o cuidado como prática social e sua inserção no sistema econômico. Essa escolha lexical reflete um esforço em expandir o entendimento do cuidado para além do trabalho doméstico e informal, conectando-o à sustentabilidade coletiva.

71

No entanto, ao afirmar que “a conformação dessa organização social dos cuidados congrega e responsabiliza um amplo conjunto de atores sociais e instituições”, o texto sugere uma redistribuição do cuidado entre Estado, famílias, comunidades e mercado, mas sem romper completamente com modelos históricos que centralizam essa função nas famílias. Essa abordagem revela a persistência de uma memória discursiva, na qual as famílias permanecem o pilar central, enquanto os outros atores surgem mais como complementos do que como agentes principais.

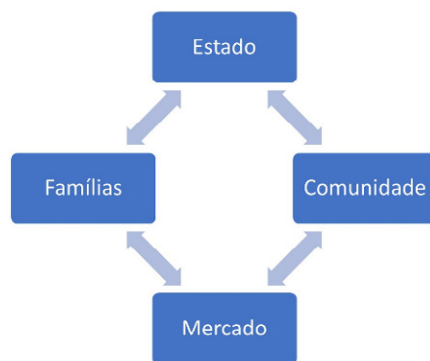
Além disso, a passagem que menciona “[...] estabelece-se uma organização social dos cuidados específica, que produz, organiza e distribui os cuidados” materializa como as práticas do passado são reformuladas no presente, sem necessariamente romper com as bases culturais e políticas anteriores. Esse entrelaçamento de discursos configura o que a AD identifica como interdiscurso: a coexistência e a

tensão entre discursos neoliberais — que associam a responsabilidade do cuidado à esfera privada e ao empreendedorismo individual —, feministas — que denunciam a sobrecarga histórica das mulheres —, de direitos humanos — ao destacar o cuidado como um direito social — e comunitários — ao valorizar formas coletivas e locais de cuidado.

O “diamante dos cuidados” ilustra a organização social do cuidado, envolvendo os atores principais: Estado, comunidade, famílias e mercado. Isso evidencia o esforço do documento em propor uma abordagem integradora, ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de articular os papéis desses diferentes agentes. Sua estrutura gráfica reforça como o cuidado, mesmo com suas nuances, busca um equilíbrio entre elementos históricos e demandas contemporâneas, promovendo diálogo entre modelos tradicionais e novas formas de organização. A atualização de sentidos ocorre, mas de maneira que preserva traços ideológicos pré-existentes. Observemos o “diamante dos cuidados”:

72

Figura 1 – Diamante dos Cuidados do Marco
Conceitual da Política Nacional de Cuidados



Fonte: Portal Participa + Brasil

O conceito de Diamante de Cuidados foi formulado por Razavi (2007) e posteriormente utilizado por diversos estudos de políticas públicas e economia do cuidado, inclusive o Marco em análise. Trata-se de uma representação gráfica que sintetiza os quatro principais agentes envolvidos na provisão do cuidado em uma sociedade, ou seja, uma forma de pensar o arranjo institucional para prover cuidados, especialmente para aqueles que precisam de cuidados de maneira intensiva, como crianças e pessoas idosas, que envolve Estado, mercado, famílias e setor sem fins lucrativos. Como mostra a imagem a seguir:

Figura 2 – Diamante de Cuidados de Ravazi (2007)

73



Fonte: Blog Cuidemos

Em retomada à imagem presente no Marco, observa-se que alguns aspectos se alteram. A sua disposição circular dos elementos e as setas bidirecionais sugerem, à primeira vista, uma estrutura cooperativa e integrada entre os quatro polos. No entanto, ao observarmos o funcionamento da imagem em relação ao discurso sobre os cuidados — sobretudo os cuidados sociais —, emerge um gesto de interpretação que permite visualizar a imagem como um dispositivo de deslocamento da responsabilidade.

Esse funcionamento gráfico pode ser interpretado como uma metáfora da passagem do cuidado como uma responsabilidade incômoda — na qual nenhuma das instâncias parece se responsabilizar plenamente pela tarefa, transferindo-a *ad infinitum*. A estrutura circular das setas sustenta um efeito de sentido de não compromisso: se todos são responsáveis, ninguém é de fato responsabilizado. É nesse ponto que o discurso do cuidado, ao ser distribuído graficamente entre essas instâncias, pode diluir a responsabilização do Estado, por exemplo, ou escamotear os efeitos da precarização imposta às famílias.

Importa lembrar, sobre isso, pesquisa realizada pelo IBGE (2019) que constata que as mulheres gastam em média 21 horas semanais na atividade de cuidado, já homens dedicam 11 horas, quase metade do tempo. Isso implica que, em contextos como o brasileiro, o trabalho de cuidado é majoritariamente realizado pelas famílias, sendo as mulheres, em sua maioria, as principais responsáveis por essas atividades. Em certos casos, esse cuidado é privatizado por meio da contratação de outras mulheres, como trabalhadoras domésticas, ou pela aquisição de serviços especializados, como creches e instituições destinadas a pessoas idosas. Em outros, especialmente

entre as camadas populares, o cuidado depende exclusivamente do trabalho não remunerado de mulheres no interior das relações familiares — mães, avós e filhas, que sustentam cotidianamente esse sistema invisibilizado e desigual.

Esse gesto de interpretação se ancora na memória discursiva das políticas sociais no Brasil, em que o Estado historicamente se esquivava da responsabilização direta pelo cuidado, deslocando essa função para as famílias — e, em particular, para as mulheres. A exemplo disso, tem-se programas como o Bolsa Família, que, embora seja uma das mais relevantes políticas de transferência de renda da história recente do Brasil, reforça a responsabilização das mulheres pelo cuidado e pela gestão da pobreza no âmbito doméstico de diversas formas. Isso se dá, principalmente, pela centralidade das mulheres como titulares preferenciais do benefício, ou seja, são elas, majoritariamente, as responsáveis legais pela recepção e administração dos recursos. A página do MDS vai ao encontro disso, ao divulgar que:

75

Em março, mês dedicado à celebração do Dia Internacional da Mulher, o Programa Bolsa Família reforça seu papel fundamental no combate à pobreza e pela autonomia feminina no Brasil. Dos 20,89 milhões de famílias beneficiadas, 17,4 milhões (83,4%) são chefiadas por mulheres. O impacto do programa se estende ainda mais, com 31.933.700 milhões de mulheres (58,1%) entre os beneficiários totais, o que representa um importante apoio para a segurança alimentar e o bem-estar das famílias brasileiras.⁵ (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO

5 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Mulheres são protagonistas do Bolsa Família, com 83,4% dos benefícios em seus nomes. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/>

E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME).

Esse excerto do site oficial do governo brasileiro evidencia a centralidade das mulheres⁶ nas políticas de transferência de renda ao afirmar que 83,4% das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família são chefiadas por mulheres. Esse dado projeta posições-sujeito que, por um lado, reafirmam a responsabilização feminina pela gestão da pobreza e do cuidado no âmbito doméstico, reforçando a naturalização da divisão sexual do trabalho. Por outro lado, o discurso também atribui um certo grau de autonomia às mulheres, ao reconhecê-las como protagonistas no combate à pobreza e na garantia da segurança alimentar. Essa ambivalência revela o funcionamento contraditório do discurso: ao mesmo tempo que empodera, sobrecarrega; ao mesmo tempo que reconhece, delega.

Ademais, a forma como esse dado é mobilizado — ainda mais vinculado ao mês de março e ao Dia Internacional da Mulher — atua como um gesto de celebração que naturaliza o lugar das mulheres como cuidadoras e gestoras da pobreza. O Estado se vale do

pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nomes#:~:text=Mulheres%20s%C3%A3o%20protagonistas%20do%20Bolsa,Fam%C3%ADlia%20e%20Combate%20%C3%A0%20Fome.

- 6 A presença exclusiva de mulheres na imagem oficial comemorativa dos 20 anos do Programa Bolsa Família chama a atenção para a construção imagética da figura feminina como principal destinatária e gestora das políticas de transferência de renda. Embora não seja possível aprofundar essa análise neste trabalho, pretende-se, em estudos futuros, explorar os efeitos de sentido produzidos por esse gesto imagético.

reconhecimento público desse protagonismo sem necessariamente assumir seu próprio papel estrutural no cuidado social, como garantir creches, apoio à maternidade, serviços de saúde, lazer, tempo livre etc. Ou seja, o dado de que 83,4% das famílias são chefiadas por mulheres pode ser lido como um índice do aprofundamento da feminização da pobreza, em que as mulheres, particularmente as negras e periféricas, são colocadas como a linha de frente da sustentação familiar — muitas vezes sem a contrapartida de políticas públicas que redistribuam o cuidado de maneira justa.

Outro aspecto importante a ser considerado são as condições para o recebimento do benefício, como o acompanhamento médico e a matrícula escolar das crianças, que representam, na prática, tarefas relacionadas ao trabalho de cuidado. Se, em sua maioria, são as mulheres que recebem o auxílio, consequentemente, são elas também que acabam assumindo essas responsabilidades, atuando como mediadoras da cidadania para os membros da família. Nesse sentido, as mulheres são mais uma vez impelidas a desempenhar esse papel, muitas vezes sem alternativas claras para escapar desse ciclo. Isso sugere que quebrar o ciclo de desigualdade e de sobrecarga no trabalho de cuidado se torna um desafio persistente e difícil.

Essa estratégia discursiva é sustentada por uma lógica de invisibilização do trabalho de cuidado, compreendido como uma tarefa naturalizada e desprovida de valor produtivo, como analisa Silvia Federici (2019). Ao denunciar a forma como o capitalismo se apropriou do trabalho reprodutivo — aquele que sustenta a vida cotidiana, como cuidar, alimentar, limpar — sem reconhecê-lo como trabalho, Federici explicita o modo como o cuidado foi privatizado e atribuído às mulheres, sobretudo às mulheres racializadas e empobrecidas. Assim, o

funcionamento discursivo do diagrama analisado reproduz essa lógica de diluição da responsabilidade institucional, ao apresentar o cuidado como uma tarefa coletivizada de modo abstrato, escamoteando as hierarquias de poder e os marcadores sociais que condicionam quem de fato cuida — e quem pode se eximir de fazê-lo.

A forma visual aparentemente “neutra” carrega um efeito ideológico: o apagamento de hierarquias. Estado, famílias, comunidade e mercado são colocados no mesmo plano, como se todos tivessem iguais condições materiais e simbólicas para agir no campo do cuidado. Assim, a imagem pode ser lida como um apagamento da assimetria de poder entre esses sujeitos históricos.

3.2 AS PRESSÕES EXTERNAS NA CONSTRUÇÃO DO CUIDADO

Como um segundo gesto descritivo, aqui iremos analisar os modos pelos quais o Marco Conceitual é atravessado por influências externas e por discursos conflitantes que atuam sobre a construção do cuidado no Brasil. Discursos neoliberais, que defendem a privatização e a responsabilidade individual pelo cuidado; feministas, que reivindicam a valorização e a universalização do trabalho de cuidado; de direitos humanos, que pressionam pela garantia de direitos universais e pela inclusão de todos nas políticas de cuidado; e de políticas públicas, que articulam o cuidado como uma responsabilidade estatal, interagem diretamente na formulação do cuidado. Essas diferentes influências materializam pressões ideológicas que competem pela definição do papel do Estado e da sociedade na assistência e no suporte a quem necessita de cuidados, tanto para

reafirmar a importância do cuidado como direito fundamental quanto para questionar as limitações impostas por uma abordagem neoliberal ou por falhas nas políticas públicas existentes.

O neoliberalismo, como afirma Thierry Guilbert (2020), tende a minimizar o papel do Estado em áreas sociais essenciais, como o cuidado, promovendo a ideia de que essas responsabilidades devem ser delegadas à esfera privada, seja à família ou ao mercado. Esse efeito é produzido pela repetição e pela circulação hegemônica dos enunciados, a partir de instâncias políticas e midiáticas alinhadas com os blocos de poder econômico. O modelo neoliberal reduz o cuidado a um serviço que deve ser gerido individualmente, com uma forte ênfase na “autonomia” e na “responsabilidade” pessoal, mesmo em questões que envolvem a vida de milhões de pessoas. Por conseguinte, ao enfraquecer as políticas públicas de proteção social, desloca a responsabilidade pelo cuidado de direitos coletivos para a esfera privada, desconsiderando as desigualdades estruturais que envolvem essa responsabilidade.

Nesse sentido, o Estado é cada vez mais visto como um “mediador” que oferece soluções paliativas, mas não assume sua obrigação de garantir direitos essenciais. O discurso neoliberal, como descrito, alinha-se à ideia de que a “autonomia familiar” deve prevalecer sobre a ação do Estado, levando à naturalização da sobrecarga de trabalho sobre as mulheres, que historicamente têm sido as responsáveis pelo cuidado.

É, por isso, crucial destacar que o movimento feminista, especialmente as abordagens feministas decoloniais, têm desafiado diretamente esse paradigma neoliberal. Para autoras como Silvia Federici, apesar de hoje [parecer] “ser uma assistência pessoal, alheia ao capital” (2021, p. 153), o cuidado deve ser entendido não como

uma responsabilidade individual ou privada, mas como um direito social coletivo, essencial para a construção de uma sociedade justa. Nesse viés, argumenta-se que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado não pode ser naturalizada como parte do papel da mulher na sociedade. O trabalho de cuidado é, pois, parte integrante da construção de uma sociedade mais igualitária e deve ser tratado com a mesma seriedade que qualquer outro tipo de trabalho.⁷

Essa desconstrução do cuidado enquanto uma responsabilidade exclusivamente privada é central para o debate em torno das políticas públicas de cuidado. Isso, pois esse tipo de discurso textualiza-se, por vezes, sob forma de pré-construídos não formulados no Marco, especialmente quando se reconhece a importância da “autonomia” e da “responsabilidade” familiar, ao mesmo tempo que se tenta ampliar a rede de cuidados públicos. Em paralelo, o discurso feminista, que busca visibilizar o trabalho de cuidado como um direito social e uma função coletiva, pressiona para que o Estado assuma mais claramente sua responsabilidade nesse campo, quebrando o vínculo entre cuidado e esfera privada.

Esses diferentes discursos competem e coexistem, gerando tensões no texto do Marco Conceitual. A tentativa de conciliar diferentes visões sobre o cuidado — como uma obrigação coletiva e um

7 Ailton Krenak (2019), ao defender a reaproximação com os saberes tradicionais e a noção de interconectividade entre os seres e a natureza, também nos oferece uma chave de leitura para compreender o cuidado não apenas como uma obrigação social, mas como uma responsabilidade coletiva que nos vincula uns aos outros e ao nosso entorno. Em outras palavras, ao olhar para o cuidado como uma prática ligada à justiça social e aos direitos humanos, algo se articula também com as propostas de luta por direitos fundamentais.

direito individual — é um dos maiores desafios enfrentados pelo documento, que tenta integrar essas múltiplas perspectivas, ao mesmo tempo que preserva uma base política que, em última instância, busca construir uma política pública que seja justa, equitativa e inclusiva para todos os cidadãos.

4. DISPUTAS IDEOLÓGICAS E DISCURSIVAS EM TORNO DO CUIDADO

O conceito de cuidado no Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados é marcado por uma disputa ideológica entre modelos que variam de um cuidado universal, com a responsabilidade do Estado, a modelos privatizados e individualizados, nos quais a família assume o papel principal. O marco busca equilibrar essas tensões, promovendo o cuidado como direito social e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a sociedade e as famílias, mas ainda reflete a dificuldade de consenso sobre a função do Estado nesse processo.

A responsabilidade sobre o cuidado também gera disputas, com um destaque para o papel do Estado, especialmente diante das desigualdades regionais e sociais, mas sendo questionada pelos discursos neoliberais, que defendem a internalização do custo do cuidado pelas famílias. Tudo isso em um contexto que o Marco chama de “crise dos cuidados”, que concerne ao desequilíbrio no cuidado que resulta de fatores demográficos e sociais interligados. Quanto a isso, o envelhecimento acelerado da população, associado à “feminização” desse envelhecimento, cria uma demanda crescente por cuidados. Paralelamente, a oferta familiar de cuidado tem diminuído devido a mudanças significativas, como o aumento da participação das

mulheres no mercado de trabalho e a redução no tamanho das famílias. Isso sobrecarrega tanto o sistema público quanto privado, exigindo novas estratégias que equilibrem as demandas de cuidado com as transformações socioeconômicas e demográficas.

Sendo assim, a “sociedade dos cuidados” representa um novo paradigma de desenvolvimento econômico, social e ambiental, no qual o cuidado ocupa uma posição central na vida e nas políticas públicas, visando assegurar o direito humano ao cuidado, que abrange o direito a cuidar, ser cuidado e praticar o autocuidado. Baseada na corresponsabilização, na sustentabilidade da vida e na garantia do direito ao cuidado, a abordagem integra perspectivas de gênero, interseccionalidade e interculturalidade. Ela reconhece, dessa maneira, o cuidado como uma função social e um bem público, essencial para promover equidade e sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados revela uma multiplicidade de sentidos para o cuidado, atravessados por disputas ideológicas e discursivas. A dificuldade de definir o cuidado de forma unívoca materializa as tensões entre diferentes modelos de assistência – do público ao privado – e os papéis atribuídos ao Estado, à família e à sociedade. Essas ambiguidades geram desafios significativos para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades de uma população diversificada e desigual.

As múltiplas visões sobre o cuidado não significam apenas diferentes concepções ideológicas, mas também disputas sobre a responsabilidade pela oferta de serviços de cuidado. O conflito entre a

necessidade de um modelo universal de acesso e a crescente influência de discursos neoliberais, que questionam o papel do Estado, dificulta a construção de um sentido único e de políticas consistentes.

O desafio da definição do cuidado está, portanto, intimamente relacionado à necessidade de uma análise mais aprofundada das disputas discursivas que marcam o campo da saúde e do bem-estar social no Brasil. Considerando as diversas vozes e pressões externas que compõem esse debate, é crucial que as políticas públicas sejam formuladas com sensibilidade às desigualdades e particularidades sociais e regionais. A construção de uma Política Nacional de Cuidados eficaz requer, ainda, uma atenção cuidadosa aos discursos hegemônicos e às lutas políticas que disputam o significado e a aplicação do cuidado.

83

Este trabalho abre portas para futuras análises mais detalhadas, que podem examinar como essas disputas discursivas se projetam em outras políticas públicas no Brasil, aprofundando a compreensão das relações entre ideologia, discurso e prática política. Ademais, é essencial investigar como a memória discursiva e o interdiscurso podem ser usados para repensar as práticas de cuidado, desafiando modelos que não atendem às necessidades reais da população e propondo um cuidado que seja, de fato, direito e responsabilidade de todos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Marco conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>.

Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Cuidados**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 05 jan. 2025.

CESTARI, Mariana J.; CHAVES, Tyara Veriato; FRANÇA, Glória. **Todo mundo fala pretuguês, principalmente quem não fala**. Conexão Letras, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaolettras/article/view/132808>. Acesso em: 15 dez. 2025.

FONTANA, Mônica G. Zoppi; CESTARI, Mariana Jafet; “Cara de empregada doméstica”: Discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil”. In: RUA [online]. 2014, Edição Especial - ISSN 1413-2109/e-ISSN 2179-9911. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>

FRANÇA, Glória. **Gênero, raça e colonização: brasilidades em discurso**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2023..

_____. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na**

mídia. São Paulo: Editora Unicamp, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso.** In: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. P. Introdução às ciências da linguagem. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. **Discurso em análise:** sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

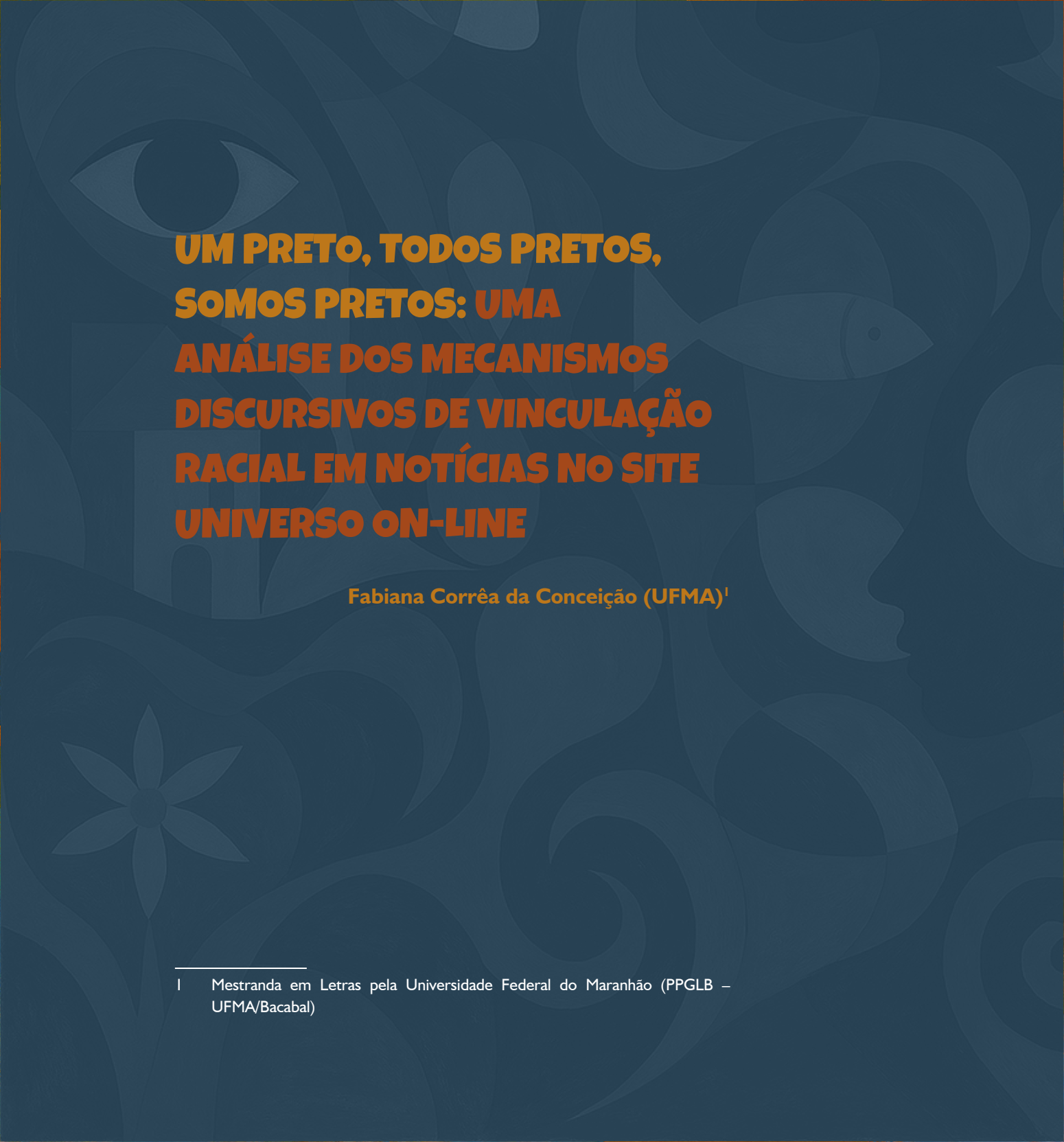
PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução: Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Análise automática do discurso** (1969). Tradução: Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

SILVA, Sororidade em Pauta. “Ser mulher, nascer mãe e dialogar com Silvia Federici”. *Carta Capital*, 26 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/ser-mulher-nascer-mae-e-dialogar-com-silvia-federici/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.



UM PRETO, TODOS PRETOS, SOMOS PRETOS: UMA ANÁLISE DOS MECANISMOS DISCURSIVOS DE VINCULAÇÃO RACIAL EM NOTÍCIAS NO SITE UNIVERSO ON-LINE

Fabiana Corrêa da Conceição (UFMA)^I

^I Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (PPGLB – UFMA/Bacabal)

1. INTRODUÇÃO

Os espaços midiáticos se tornaram meios eficazes para divulgar informações e facilitar a comunicação entre os indivíduos em uma esfera global, de maneira rápida e interativa. Contudo, como em quaisquer recursos sociais, as redes sociais têm seus pontos positivos e negativos. É usada de forma consciente como veículo de informação, promovendo conhecimento confiável e fomentando reflexões. No entanto, um grande problema reside no fato de que um fator contrário a isso se espalha como um vírus nos dispositivos e nas conexões das pessoas: o racismo muitas vezes silenciado na mídia. Além disso, com o advento da modernidade, os meios de comunicação ganharam mais destaques por aqueles que os utilizam. Dessa forma, percebe-se o poder que esses meios podem exercer perante o seu público.

As pessoas utilizam as mídias não só como uma forma de entretenimento ou ferramenta de trabalho, mas também para criar novas redes e se inserir no contexto globalizado. Mesmo restritos à tela de um dispositivo, os usuários não deixam de lado suas crenças e valores ao se conectarem ao ambiente virtual. O que antes era discutido apenas em reuniões familiares e conversas entre amigos, atualmente é apresentado nas redes como algo natural. Da mesma forma que o racismo sempre esteve presente no discurso, nas práticas cotidianas e na história das civilizações, ele continua sendo praticado nas plataformas virtuais, pois, mesmo quando denunciado, muitas vezes permanece na impunidade.

Nessa pesquisa, o principal objetivo foi analisar de que maneira o discurso ideológico do referido tema é abordado no espaço do

jornal Universo Online, o UOL, apresentando as estratégias por ele utilizadas e compreender a apropriação dos discursos em determinados contextos, além disso, o campo do estudo escolhido para realizar essa análise foi a Análise de Discurso Crítica (ADC) que faz estudos críticos da linguagem enquanto prática social. A análise teórica dar-se-á a partir dos postulados de Batista Jr (2018), Vieira (2018) dentre outros, em interface com os estudos raciais: Santos (2003) e Munanga (2004). Essa investigação foi realizada a partir de análises qualitativas do corpus (manchetes exibidas pelo UOL) e como o discurso opera de maneira particularizada em cada reportagem, sendo ainda uma pesquisa de caráter descritivo e que se ancora numa metodologia de modo dedutivo. Dessa maneira, conclui-se que o endereço utiliza muitas vezes de recursos que o isenta, tratando o racismo como mero produto do capitalismo, a fim de buscar consumidores para o seu negócio.

2. O DISCURSO DA MÍDIA É ALÉM DO VERBAL?

Neste artigo científico, faz-se necessário destacar o papel crucial da mídia na construção e perpetuação de narrativas ideológicas que moldam as percepções da sociedade. Desde sua origem, a mídia tem servido como veículo para promover e manter a hegemonia de certos grupos elitizados, silenciando e marginalizando outros. Esse processo visa assegurar a manutenção do poder e privilégios das classes dominantes, enquanto suprime qualquer forma de resistência ou organização por parte das classes menos privilegiadas.

No Brasil, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental ao reforçar uma imagem negativa dos negros, retratando-os como submissos, passivos e subalternos, sem oportunidades de ascensão social. Essa representação contribui diretamente para a manutenção do racismo estrutural e para a perpetuação de uma ordem social injusta. Para Thompson (2002, p.19) os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais que são significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem.

Dessa forma, para compreender e desconstruir as narrativas, é essencial realizar uma análise linguística que vá além do discurso imediato, investigando as raízes históricas e sociais dessas representações. Isso permite questionar a suposta “democracia racial” brasileira, que, na realidade, oculta profundas desigualdades e injustiças. Assim, os discursos midiáticos que reforçam estereótipos e preconceitos são reflexos dessa ideologia dominante, influenciando e moldando as percepções e atitudes da sociedade em relação aos negros, pois a linguagem utilizada pela mídia desempenha um papel fundamental na construção dessas narrativas, e é por meio dela que se pode identificar e desafiar os discursos que perpetuam a marginalização e a exclusão social.

Portanto, ao analisar as narrativas midiáticas e suas implicações, é crucial reconhecer que a mídia não é apenas um espelho da realidade, mas também um agente ativo na construção e manutenção das desigualdades sociais. Através da linguagem e da forma como os grupos são representados, ela reforça estereótipos que moldam as percepções coletivas e perpetuam o racismo estrutural. Nesse sentido, a desconstrução dessas narrativas é um passo essencial

para a transformação social, pois ao questionarmos e desafiarmos as imagens e os discursos dominantes, abrimos espaço para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde todas as vozes possam ser ouvidas e valorizadas, sem a imposição de uma visão única e distorcida.

2.1 RACISMO NA CONTEMPORANEIDADE

Atualmente as questões relacionadas ao racismo vêm sendo divulgadas com mais intensidade por meio das redes de comunicação, expondo os acontecimentos e seus detalhes. Infelizmente, ainda é possível observar a ocorrência de crimes raciais, esse ato que possui como uma de suas consequências os transtornos psicológicos, pois essas situações muitas vezes ficam marcadas na memória dos afetados. Munanga (2004) afirma que:

Racismo é a ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos raciais humanos. É um conjunto de ideias e imagens vinculadas a grupos humanos, baseadas na existência de raças superiores e inferiores. O racismo individualizado manifesta-se por práticas discriminatórias de indivíduos contra outros indivíduos [...] (Munanga, 2004, p. 8).

Percebe-se a inferiorização que alguns grupos sociais sofrem, pode-se citar os negros, uma vez que existe a relação de superioridade desde séculos passados no que diz respeito a essa raça. No entanto, o preconceito racial ainda continua enraizado na sociedade brasileira. Dessa forma, existe a hierarquização dos indivíduos em função de suas origens. O racismo molda uma sociedade que se assenta na existência da desigualdade.

Embora atualmente existam políticas públicas relacionadas à questão racial, esse tema, por muito tempo, esteve restrito devido à limitação da aplicabilidade de políticas antirracistas que punissem ou valorizassem a cultura negra. Em vista disso, foram criados alguns recursos em políticas redistributivas para combater os fatores de discriminação. Essa atitude de discriminação é enraizada pela sociedade que corrompe as gerações futuras com o seu tom de ódio. Lopes (2005) afirma que:

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (Lopes, 2005, p. 188).

91

Por isso, a sociedade continua repassando as atitudes de preconceito, já que ainda pode-se perceber que a descriminalização continua bastante presente no dia a dia. A influência causada por determinados indivíduos na sociedade espalha, através do racismo, a disseminação de ideias voltados para a inferiorização dos negros. Dessa forma, ainda é possível observar a divulgação de comentários negativos em vários ambientes sociais, que vão desde a escola até o ambiente de serviço.

Levando em consideração esses aspectos, uma das principais atitudes que deve ser usada diz respeito à conscientização dos cidadãos, pois a propagação de ideias negativas e de inferiorização podem causar influências no pensamento de outras pessoas. Todos esses fatores colaboram para que o preconceito ainda esteja presente

na sociedade contemporânea, dado que apesar dos séculos de escravidão sofridos até hoje há muitos empecilhos. Dessa forma, há a necessidade de criar formas de combate ao racismo.

Nessa perspectiva, Santos (2003, p. 86) declara que:

Discriminamos os negros, mas resistimos a reconhecer a discriminação racial que praticamos contra esse grupo racial, [...] o racismo está no outro bairro, na outra empresa, na outra universidade, na outra cidade, no outro estado, em outro país, entre outros, menos em nós mesmos. Nós, por mais que os dados estatísticos oficiais e não oficiais nos indiquem abismais desigualdades entre negros e brancos, achamos que não temos nada a ver com isso, pois a maioria absoluta dos brasileiros só vê o racismo dos outros e nos outros, nunca neles mesmos.

92

Observa-se que o racismo acontece em diferentes situações, no entanto, muitos não se deparam com as suas próprias atitudes em relação a essa temática. Apontam e falam da discriminação ocorridas, mas não existe uma própria auto avaliação das questões raciais. Por isso, veladamente é posta uma falsa democracia, que coloca a racismo com um baixo índice de ocorrência. Dessa forma, é necessária a criação e desenvolvimento das alternativas para erradicar a discriminação racial.

A elaboração dessa questão não pode ser colocada apenas no papel, mas principalmente na prática, tendo como princípio a necessidade da diminuição do racismo na contemporaneidade, para combater a exclusão social, em um projeto de sociedade democrática e pluralista.

A inferiorização das pessoas negras relaciona-se com as ideias voltadas para o discurso de segregação racial. À vista disso, apesar

de algumas propostas governamentais, ainda é visível no dia a dia atos contra essa raça. No Brasil, não ocorreram grandes alterações no decorrer do tempo, apenas se mudou a forma dos atos preconceituosos; a escravidão foi abolida, no entanto, a inferiorização a que os negros são submetidos mostra a desvalorização social que é vista desde o tempo da colonização. Pode-se dizer que a discriminação racial ainda é perpetuada na contemporaneidade.

Para além de um retorno a ações de caráter de identidade racial, a trajetória brasileira atual apresenta uma inflexão nas ações e nos órgãos de enfrentamento da desigualdade social. Ela explana a importância de que as desigualdades raciais compõem a linha estratégica da desigualdade social no país, e não apenas uma obra de trajetórias históricas e discriminações aglomeradas.

93

Sendo assim, é importante destacar que:

[...] as manifestações de preconceito e discriminação raciais [...] são expressões puras e simples de mecanismos que mantiveram, literalmente, o passado no presente, preservando a desigualdade racial ao estilo da que imperava no regime de castas (Fernandes, 2007, p. 122).

Dessa forma, percebe-se que o racismo ainda é muito perpetuado, necessitando da junção de diferentes partes da população brasileira, ajudando na função primordial de romper com o ciclo de preconceito contra os negros. A ininterrupção da contínua luta para uma igualdade é essencial levando em consideração o desenvolvimento de uma sociedade justa. Sendo assim, há a indignação de que se pensem e efetuem políticas das atuações afirmativas como complemento indispensável na contemporaneidade.

Sendo assim, observa-se uma sociedade de contradições que ao apresentar as suas dificuldades e saber que elas estão explicitamente vistas no cotidiano, não procuram efetivar as devidas atitudes, tendo como objetivo a convivência harmônica e igualdade social. Dessa forma, há avanço, mas também nasce um mecanismo que consiste em uma forte tendência para a sua supressão. À vista disso, a sociedade brasileira passou por mudanças significativas em relação ao debate público sobre o tema racial, como também ações voltadas para o desenvolvimento e aplicabilidade das políticas públicas no que diz respeito a essa temática. A questão racial se destacou em diferentes segmentos para a reflexão dos movimentos sociais até as mudanças em dimensão federal.

94

Essas novas modificações sociais marcaram uma nova etapa no enfrentamento do tema racial no país, tendo como intuito criar um patamar de igualdade, colocando determinadas minorias historicamente discriminadas para serem tratadas de forma respeitável. Sendo assim a construção das políticas públicas possibilita uma contribuição para a sociedade que caminha gradualmente rumo à igualdade.

Portanto, o assunto voltado para a igualdade racial se afirmou no Brasil no desenvolvimento de uma reflexão e debate sobre a questão social. O envolvimento dessa relação foi organizado e discutido por meio do constante reconhecimento do racismo como forma de gerar e disseminar hierarquização social e a mobilidade social dos negros, combatendo assim intensos obstáculos à distribuição da igualdade de oportunidades e direitos. Sendo assim, intensificaram as análises no que diz respeito à desigualdade racial no país, expandindo a compreensão e entendimento dos processos discriminatórios de cunho racial.

3. O DISCURSO MIDIÁTICO DO SITE UNIVERSO ONLINE SOBRE RACISMO

Em primeiro lugar, descreve-se o site que serviu como corpus desta pesquisa. O Universo Online, popularmente conhecido por UOL, é um site brasileiro de notícias, entretenimento e produtos e é de responsabilidade do Grupo Folha. Sua fundação ocorre nos anos finais do século XX, de modo que o portal se consolida como um dos veículos eletrônicos mais visitados e lidos no país.

As análises a seguir foram feitas a partir da leitura minuciosa e crítica de cada manchete do Universo Online, buscando analisar e reconhecer assim os mecanismos utilizados pelo endereço para noticiar sobre o preconceito racial e os agentes causadores ou recebedores de tais práticas.

95

Imagem 1 – Comercial da Perdigão.



Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/11/27/propaganda-perdigao-acusada-racismo.htm>

O enunciado (1) é a reprodução da chamada de uma notícia, que leva o seguinte título: “Comercial natalino da Perdigão é acusado de racismo na web; veja o vídeo”. A notícia também recebe a etiqueta “Polêmica”. Tal léxico é utilizado como forma do próprio site se colocar à margem do conteúdo da discussão, de maneira que a notícia passe a ser vista pelos leitores apenas como mais um “produto” sob rótulo, que tudo ali vinculado, foi produzido por terceiros e o site é somente alguém que reproduzirá o ocorrido. Contudo, essa marca textual não pode ser confundida com imparcialidade, uma vez que incluir com o conteúdo que a compõe, evidencia uma atitude da publicação de fazer efetivamente do conteúdo abordado uma polêmica.

96

Abaixo do título, uma imagem retirada do comercial citado é usada para ilustrar a matéria. Propositadamente, o responsável pela publicação escolheu um *frame* em que uma mulher branca (personagem do comercial) é o foco, e atrás dela a família negra que teria recebido uma doação de Natal, como é dito na legenda da imagem: “*Família negra do comercial da Perdigão recebe doação de brancos: polêmica na web*”. Novamente a publicação usa de léxicos para inflar uma discussão sobre racismo. Chama a atenção a denominação “família negra”. Outras construções poderiam ter sido usadas, por exemplo, “família pobre”, “família humilde”, “família necessitada”, enfatizando características realmente importantes para contexto do comercial, etc., no entanto, essa denominação, ao mesmo tempo em que é uma tentativa de amenizar e abstrair a referência a uma família constituída de pessoas negras, é usada como oposição a “brancos”, forjando uma oposição já na própria cor das pessoas envolvidas. Nessa perspectiva, Vieira (2018) ainda acrescenta que

Se o discurso é um dos momentos das práticas sociais - outros momentos são relações que revelam o poder, as crenças, os valores, os rituais das instituições -; se o discurso é um elemento social e histórico, a ADC constitui ferramenta essencial no trabalho de revelar as condições de produção que caracterizam esse discurso para evidenciar seu caráter ideológico (Vieira, 2018, p. 57).

Por fim, retomando ao título, o uso do léxico “acusado” é de certa forma mais um mecanismo de evasão da publicação quanto à discussão, deixando para o leitor a responsabilidade de julgar a existência de racismo ou não. Trata-se, como se viu, de uma falsa imparcialidade, visto que houve a sugestão de diversos elementos para punir de antemão a empresa do comercial e transformar o tema do racismo em um mero produto rotulado de polêmica. Percebe-se, dessa forma, que a publicação não visa realizar nenhuma denúncia, não pretende oferecer nem uma posição crítica ao leitor, mas sim alimentar a discussão que já havia se desenvolvido, fato que fica mais evidente pelo uso escancarado do nome da empresa na própria chamada da notícia.

Os mecanismos de evasão utilizados pelo *Universo Online* evidenciam que o racismo ainda é um assunto “para ser tratado no pessoal”, isto é, individualmente. Também, as oposições forjadas pela publicação são o sinal de que o racismo ainda é tratado na base do “é isto ou aquilo”. Ora, o racismo só poderá se tornar assunto superado quando as pessoas mesmas que o combatem tomarem as discussões pelo lado da humanidade, pelo lado da universalidade.

Na imagem 2, há uma notícia que recebe a seguinte chamada: “Maria Júlia Coutinho volta a ser alvo de comentários racistas no Facebook”; e é seguida de um *print* de uma publicação na rede social

Facebook, na qual teriam ocorrido comentários racistas por parte de internautas. Primeiramente, há a menção, pelo uso do léxico “volta”, a outro acontecimento semelhante ao descrito. Isso, de certa maneira, já fornece um tom repetitivo à notícia, como se não tivesse importância singular.

Imagem 2 – Comentários racistas à Maria Júlia Coutinho

UOL tv e famosos

ÚLTIMAS - BLOGS E COLUNAS - NOVELAS - QUEM DEU O QUE FALAR - REALITY SHOWS - SÉRIES

Maria Julia Coutinho volta a ser alvo de comentários racistas no Facebook

Do UOL, em São Paulo 03/07/2015 | 06h11

Reprodução/Facebook



Fonte: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/07/03/maria-julia-coutinho-e-alvo-de-racismo-na-pagina-do-jn-no-facebook.htm>

Nos comentários, Maria Júlia é identificada ou destacada, visto que aqueles que teriam feito comentários racistas são generalizados por meio do léxico “Facebook”. Deixa-se de lado a empresa à qual ela é afiliada, o que pode ser justificado como uma tentativa de minimizar a representação da apresentadora tanto em relação à empresa quanto em relação ao programa jornalístico do qual ela participa, uma forma de isolá-la como única atingida pelo ocorrido. Há, então, uma evidente particularização da vítima de racismo, como se o próprio racismo fosse proporcionalmente objetivo à pessoa e não à sua cor e ao contexto no qual ela está inserida, e diante disso:

Os meios de massa, aliados à internet [...] tornam-se um cenário de disputa de sentidos e de construção de consenso social. Para além de informação e de suas versões, dos dados e de sua interpretação e do entretenimento veiculado pela mídia, imagem e prestígio social são elaborados e reelaborados e têm impacto no processo social. [...] nesses últimos anos recorrer à mídia como fonte de informação e de expressão de ideias e sentimentos é contingência da qual não se pode escapar (Martins, 2018, p. 162-163).

99

O uso da construção “comentários racistas” evidencia também uma forma de evasão, de maneira que o crime de racismo é diluído no léxico “comentários”, como se o caso se limitasse somente a meros comentários numa rede social. Com isso, não se observa um tratamento real no discurso, afinal:

O discurso é momento de realidade, assim como o poder e também as relações e práticas sociais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais. A interação entre discurso e outros momentos da realidade dá-se de forma dialética. Assim como o discurso

interioriza outros momentos, também é interiorizado por eles, sem que se possa dizer que uns se reduzem aos outros (Martins, 2018, p. 162).

Mais uma vez, percebe-se o uso de mecanismos discursivos que visam velar o racismo para os leitores de notícias, fazendo com que qualquer manifestação parta sempre do privado, da opinião pessoal de cada um. Assim, pode-se concluir que a vítima de racismo tende a ser generalizada quando deveria ser nomeada; ou particularizada objetivamente, quando deveria ser lembrada junto aos elementos que fazem parte do contexto onde ocorreram as manifestações racistas. Esse mecanismo, como se vê, é amplamente usado no discurso midiático, no qual a transformação do racismo em mero produto de informação a ser consumido faz dos sujeitos bonecos a serem manipulados de acordo com a interpretação dos leitores.

Imagem 3 – Entrevista com Jair Bolsonaro



Fonte: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/07/03/maria-julia-coutinho-e-alvo-de-racismo-na-pagina-do-jn-no-facebook.htm>

Na imagem 3, há o seguinte título para a chamada: “O racismo é uma coisa rara no Brasil”: diz Bolsonaro em entrevista a Luciana Gimenez. Para ilustrar a publicação, uma imagem da referida entrevista é utilizada. Primeiro, observa-se o uso da expressão citada como sendo principal no enunciado, de modo que o leitor a leia imediatamente, e posteriormente, o seu autor. Corroborando sobre isso, Martins (2018) pontua que o discurso:

Torna-se instrumento eficaz e privilegiado para o exame do discurso construído e propagado pela mídia. Firmada também em sua perspectiva transdisciplinar, ajuda a lançar luz sobre fenômenos sociais complexos [...] que tem sido profundamente impactados pelas mudanças trazidas pela modernidade tardia (Martins, 2018, p. 163).

101

Mais uma vez, o *Universo Online* volta a utilizar o discurso sobre racismo como um produto midiático, produzindo polêmicas como forma de atrair visitantes. Segundo, há uma tentativa de tornar particular o sujeito da ação, ou ator social, visto que o léxico “Bolsonaro” poderia ter sido utilizado junto ao léxico “Presidente” e até mesmo substituído por “Presidente da República”.

É de se supor que o *Universo Online* considera a declaração dada pelo Presidente como não sendo institucional. Contudo, a entrevista foi realizada no Palácio do Planalto, uma estrutura institucional do governo; o próprio presidente estava ali trabalhando e não descansando ou tirando férias. Desse modo, tanto a declaração quanto o sujeito que a faz são minimizados pela publicação. Evidencia-se que a temática do racismo não recebe o tratamento adequado que deveria receber dos veículos jornalísticos, principalmente os que

desenvolvem as suas atividades na internet, um espaço de pluralidade de pensamento, de contínua manifestação de ideias, as quais poderiam ser utilizadas em favor de um debate sério a respeito da prática do racismo que ainda ocorre na sociedade brasileira.

Os mecanismos discursivos observados no exercício jornalístico do site *Universo Online* ao tratar pautas sobre o racismo contribuem, de certa forma, para uma espécie de racismo velado, no qual os atores que o praticam e que o sofrem são distorcidos ao ponto de o leitor não dispor de critérios que possibilitem uma visão crítica do assunto, para julgar a sua pertinência, a sua seriedade e o papel disso para a defesa dos direitos sociais dos negros. Quer dizer, o racismo como é abordado pela mídia *online* não se encaixa na dinâmica social do país, de maneira que se tem constantemente uma falsa consciência da discussão, como se fosse algo alheio ao dia a dia de qualquer brasileiro, que não existisse efetivamente.

Enunciados como os analisados nesta pesquisa fazem parte diariamente da pauta da mídia *online*, com o uso abusivo do sensacionalismo jornalístico. Percebe-se que não há uma real preocupação em preparar os seus leitores para a construção de um debate democrático e que aborde sobre a realidade de fato, e não sobre opiniões construídas artificialmente por editores que desejam uma única coisa: criar impacto. Segundo Martins (2018, p. 159), “a mídia tem papel central na maioria dos países capitalistas na modernidade tardia. Nela deságuam expectativas e demandas que movimentam a sociedade”. Tais expectativas, como se viu, são pautadas nos interesses dos grupos que controlam a opinião pública. A maioria dos interesses dos leitores são deixados em segundo plano, ou ainda, mascarados. “Tal conjuntura caracteriza essas sociedades como

midia-cêntricas, ou seja, como aquelas em que a mídia tem relevância central na construção do consenso político” (Martins, 2018, p. 159).

Na imagem que será analisada a seguir, a notícia publicada tem o seguinte título: “Professor de colégio da Unicamp é alvo de racismo e homofobia”. Percebe-se o mecanismo discursivo já citado na análise do enunciado (2), do qual o veículo jornalístico *online* se utiliza para minimizar os atores da ação. Dessa vez, o sujeito que sofre o racismo é generalizado pelo léxico “professor”, seguido de léxicos especificativos “de colégio da Unicamp”. Assim, os elementos que fazem o entorno do ocorrido estão presentes, mas o próprio sujeito é anulado pela publicação.

Imagem 4 – Entrevista com Jair Bolsonaro

103



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/09/professor-de-colegio-da-unicamp-e-alvo-de-racismo-e-homofobia.shtml>

Continuando a análise nessa direção, outro ponto que se evidencia no título da notícia, na falta do ator social que recebe a prática do preconceito racial, também é a ocultação do sujeito que pratica o racismo, ou seja, que é agente primário da situação. Desse modo, a começar pela chamada da publicação, os reais envolvidos são transformados em elementos secundários.

Abaixo do título, segue uma continuação do enunciado: “Escola técnica lamenta o incidente, ocorrido na última quarta (19)”. Essa pequena nota, na ordem de hierarquia da publicação, seria equivalente a um subtítulo. Percebe-se novamente que não há a presença de nenhum sujeito primário, de modo que a preocupação mais visível é a própria manifestação de pesar da instituição. Da mesma forma que no título são o “racismo” e a “homofobia” quem fazem o professor “alvo”, numa clara tentativa de evasão e generalização, usa-se o léxico “incidente”, que não é nomeado ou descrito. É claro, nesta análise o foco são as chamadas das notícias, um lugar de espaço curto, no qual os editores têm poucas palavras para colocarem uma notícia. No entanto, é nítido o quanto ocorrem generalizações e evasões do real acontecimento para se criar polêmica ou curiosidade. Novamente a temática do racismo transformada em produto midiático. Para Martins (2018),

Como os textos são curtos, em geral, pequenos parágrafos não se prestam a argumentações mais elaboradas. Ainda assim, notamos seu uso, mas sobretudo, a opinião pura e simples, seja por meio de elogio, mais raro, ou de crítica contundente, o aspecto mais corrente. (Martins, 2018, p. 174)

Imagem 5 – Entrevista com Jair Bolsonaro



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/09/professor-de-colegio-da-unicamp-e-alvo-de-racismo-e-homofobia.shtml>

Observa-se ainda que a aproximação dos meios de comunicação de massa com população em geral é cada vez mais próxima. O *Universo Online*, como se observou, não dá a devida visibilidade à notícia, nem a reproduz de maneira livre de mecanismos ludibriosos, que finge chamar o leitor para fazer uma reflexão de caso, leva o visitante do próprio site a isentar-se de qualquer manifestação crítica, ficando somente no campo de ataques sensacionalistas ou de opiniões vazias de conteúdo da realidade.

Finalmente, o enunciado (5), uma notícia publicada na categoria "TV e famosos, tem o seguinte título: "Naiara Azevedo desabafa após ser acusada de racismo por fala no 'Encontro'". Destaca-se de início o uso do léxico "desabafa", novamente um mecanismo

discursivo que transforma a temática discutida, no caso, o racismo, em um mero produto midiático. Assim, o leitor é convidado, desde o começo, a se envolver em uma fofoca, em mais uma discussão envolvendo famosos, e não a debater um assunto sério, que envolve seres humanos reais, que sofrem todos os dias com a discriminação racial. Batista Jr (2018) diz que “os textos são modificados em razão da introdução de mudanças, como o acesso a novas tecnologias, discursos ou conhecimentos”. (Batista Jr., 2018, p. 10)

Ainda no título, usam-se os léxicos “acusada” e “fala”. O primeiro revela a tentativa da publicação de evitar que se confunda a discussão em questão com qualquer juízo de valor. Quer dizer, nem se fala quem a acusou, muito menos se coloca a acusação. O segundo tem a pretensão de generalizar o ocorrido. Houve uma “fala”, nada mais. A partir disso, o leitor que necessita procurar a fala e realizar uma valoração do conteúdo desta. Em outras palavras, o leitor está inserido em um teatro midiático, com personagens totalmente artificiais e falas manipuladas para servir aos donos do espetáculo.

A publicação faz referência a um acontecimento que teria ocorrido em um programa televisivo e que teria recebido o julgamento negativo do público na internet. Também, é ilustrada por uma imagem da citada falando no referido programa. Dessa forma, outro mecanismo discursivo é revelado. O sujeito da ação, ao contrário de outros enunciados, é focalizado e nomeado, mas, como já evidenciado, a serviço da função da notícia na alimentação de uma polêmica.

Fairclough (1995 *apud* Martins, 2018, p. 162) observa que a linguagem contemporânea usada na mídia se move entre dois pares de tensão. O primeiro seria o que se tem observado com frequência nos enunciados analisados do site *Universo Online*, que é a tensão entre

informação e entretenimento. O segundo polo de tensão ocorre entre o âmbito público e privado. Algo que também é observado, porém como um mecanismo que geralmente se joga em direção ao leitor, de modo a fazê-lo juiz dos fatos apresentados a ele, por meio da notícia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas e sociais provocadas pelos meios de comunicação digitais abriram espaço para novas formas de utilização da linguagem. Esta pesquisa identificou diversos recursos linguísticos presentes em publicações relacionadas a diferentes temas, evidenciando que tais recursos não se limitam ao contexto do racismo. Dentre eles: embalamento do racismo como produto de entretenimento; ocultação dos sujeitos agentes; particularização dos atores, quando estes são também produtos midiáticos; imprecisão do léxico, suscitando a curiosidade e o clique, entre outros.

O racismo como uma grande problemática deste século não pode ter os seus atores sociais ocultados. Nesse caminho, buscou-se nesta análise a perspectiva da ADC quanto à constituição do sujeito. De acordo com Vieira e Macedo (2018, p. 62), é essencial que haja uma preocupação “com a continuidade das ordens do discurso, com a mudança que o sujeito ocupa nelas, e com o que acontece nos textos específicos”. Nessa linha, esta pesquisa não ficou apenas na superfície do texto, mas buscou a interdiscursividade, ou seja, a relação dos enunciados com outros discursos, principalmente com aqueles nos quais os sujeitos tendem a ser neutralizados.

Os discursos do site UOL foram analisados de acordo com a maneira como as notícias foram apresentadas. Além disso, foram

identificadas as estratégias utilizadas pelo portal para influenciar os leitores, com ênfase nas chamadas e, principalmente, nas imagens. Estas, muitas vezes, destacam o personagem central da notícia, chamando mais atenção. Também foi observada a forma como o nome do personagem é tratado e evidenciado, criando uma ênfase adicional. Por fim, foi possível compreender a relação complicada e muitas vezes descaracterizada entre o discurso e as práticas sociais reais, trazendo à luz os atores que sofrem e atuam sobre tais discursos e vice-versa, de modo que todas as análises incorporaram a responsabilidade da discussão e da temática para a comunidade em geral e também para a produção científica.

108

Diante disso, ao destacar figuras centrais por meio de chamadas impactantes e imagens sugestivas, a mídia não apenas atrai a atenção dos leitores, mas também reforça estereótipos e molda identidades sociais. Essas práticas ressaltam a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel da mídia na formação de opiniões e na reprodução de discursos que podem marginalizar determinados grupos. Portanto, é fundamental que tanto a sociedade quanto a comunidade acadêmica se empenhem em analisar e questionar essas representações, promovendo uma compreensão mais justa e equitativa das diversas identidades presentes na sociedade.

5. REFERÊNCIAS

BATISTA JR., José Ribamar Lopes, 1980. **Análise de Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. 1 Ed. São Paulo: Parábola, 2018

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**.

In: Superando o racismo na escola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. 2005

MARTINS, André Ricardo Nunes. Análise do discurso da mídia.

In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes. SATO, Denise Tamaê Borges. MELO, Iran Ferreira de. (Orgs). **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1 Ed. São Paulo: Parábola, 2018

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem Conceitual das**

noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação afirmativa e mérito individual**. In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs.) **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

THOMPSON, John B Brookshire. **A Mídia e a Modernidade**.

Uma teoria social da Mídia. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

VIEIRA, Josenia Antunes. MACEDO, Denise Silva. **Conceitos-chave em análise do discurso crítica**. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes. SATO, Denise Tamaê Borges. 2018

DISCURSO, CORPO E EXCLUSÃO: EM TORNO DAS NORMAS DE DESEJO E MASCULINIDADES NO APLICATIVO GRINDR

Ednan Moreira Pereira (UFMA)¹

Mônica da Silva Cruz (UFMA)²

1 Graduando do curso de Letras Português-Francês da UFMA – E-mail: moreira.ednan@discente.ufma.br

2 Professora Associada do Departamento de Letras da UFMA e da Pós-Graduação em Letras(PGLetras)- UFMA. E-mail: monica.silva@ufma.br

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *heterotopia*, desenvolvido por Foucault (2013), refere-se a espaços que têm uma existência paralela, mas que, ao mesmo tempo, ressonam ou refutam a ordem social dominante. Esses espaços são, portanto, simultaneamente “iguais” e “diferentes”, funcionando de maneira distinta das normas e convenções sociais comuns, mas sincronicamente interagindo com elas. Gregolin (2015) propõe, à vista disso, uma leitura da *web* como um espaço heterotópico onde vários mundos são articulados em um mesmo espaço. A *web*, como espaço heterotópico, agrega diferentes mundos e realidades sobrepostas, o que se aplica diretamente ao funcionamento dos aplicativos de encontros.

|||

Nesse contexto, a heterotopia se manifesta na forma como esses aplicativos possibilitam encontros os quais, muito possivelmente, não ocorreriam no mundo não virtual (seja por barreiras sociais, culturais ou até mesmo geográficas). Esses espaços não são completamente desvinculados das normas sociais do plano físico, pois também estabelecem padrões de exclusão, hierarquização e desejo que refletem (e/ou reforçam) estruturas pré-existentes.

Especificamente no caso do Grindr, aplicativo voltado para homens gays, bissexuais e queer, essa heterotopia se intensifica mais pela maneira como o aplicativo organiza o desejo e a interação com base em categorias manifestas no próprio discurso dos perfis. O Grindr funciona como um espaço onde discursos normativos sobre corpo, raça, masculinidade e performatividade da sexualidade são negociados e, muitas vezes, reproduzidos de forma muito mais contundente que no espaço não virtual. O aplicativo constitui, portanto,

uma realidade onde as regras da interação pretendem ser outras, mas que, paradoxalmente, reafirmam estruturas hegemônicas do mundo off-line.

Esta pesquisa surge a partir de uma experimentação pessoal – como usuário – no aplicativo Grindr, plataforma canalizada para o público LGBTQIA+³, especificamente para homens que almejam se relacionarem sexualmente com outros homens. (Miskolci, 2014). A hipótese deste trabalho é que o aplicativo, embora tenha a perspectiva de promover a conexão e encontros entre os seus usuários, contribui, também (e de forma bastante frequente) para a difusão e intensificação de normas de exclusão baseadas – fortemente no(s) perfil(is) de alguns usuários – em padrões de corpo, idade, masculinidades e outros marcadores sociais.

Ao experienciar o Grindr, percebemos que alguns discursos presentes nos perfis de alguns consumidores do aplicativo se caracterizam não unicamente como meras preferências individuais, mas em práticas discursivas que ecoam normas sociais e culturais, as quais marginalizam, muitas vezes, os corpos e comportamentos considerados fora do(s) padrão(ões), e que, historicamente, foram construídas a partir de verdades que os consideram como corpos “anormais”. (Foucault, 2001).

Inclusive, conforme aponta Miskolci (2017b, p. 47):

3 LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa causa. A sigla demonstra a luta por mais igualdade e respeito à diversidade. Cada letra representa um grupo de pessoas (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais, Curioso, Assexuais, Aliados, Pansexuais, Polissexuais, Familiares, 2-espíritos e Kink).

As normas sociais não escolhem sujeitos, elas se impõem a todos e todas, mesmo àqueles e àquelas que jamais conseguiram atendê-las, daí, nessa perspectiva, se dissolve o paradoxo aparente de mulheres machistas, gays homofóbicos ou negros racistas. Afinal, ideais coletivos moldam todos nós, e eles se fazem valer por normas e convenções culturais que deveriam ser nosso alvo crítico em busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ou seja, ao deparar-me com comentários como “não curto gordos, nada contra”, “novinhos têm preferência” ou “não curto afeminados, nem chama”, pudemos perceber que a plataforma contribui para uma hierarquização entre os próprios usuários que, longe de serem preferências aleatórias, estão profundamente enraizadas em normas de desejo (sociais) estruturadas por relações de poder. (Foucault, 1995).

O Grindr – criado em 2009 por Joel Simkhai – é um aplicativo de relacionamento que utiliza a geolocalização para facilitar os encontros em tempo real entre os seus membros e tem como principal público homens que se conectam/relacionam com outros. A plataforma, como sua própria descrição indica, “é o melhor aplicativo social móvel grátis para gays, bissexuais e homossexuais se encontrarem”. (GRINDR, 2020). É um aplicativo que pode ser instalado em aparelhos móveis, portadores da tecnologia *Global Positioning System* (GPS), contribuindo para a localização em tempo real de usuários próximos e, principalmente, para o(s) encontro(s) medindo a distância em que um sujeito se encontra em relação ao seu interlocutor. Além disso, com milhões de usuários conectados em todo o mundo, a ferramenta tanto age como um programa de/para interação social, como também um espaço onde os discursos presentes, de alguma

forma, refletem hierarquias e desigualdades sociais no sentido de uma normalização discursiva. (Foucault, 2004).

O *locus*⁴ desta pesquisa está concentrado na cidade de São Luís, no Maranhão, onde o aplicativo tornou-se uma arena em que diferentes discursos sobre corpos masculinos são articulados e, principalmente, observados a partir das práticas que dialogam com contextos históricos mais amplos, em que certos corpos são celebrados, enquanto outros, infelizmente, são visivelmente rejeitados. Essa rejeição representa grupos frequentemente marginalizados pela sociedade, sobretudo em plataformas digitais, por serem atravessadas por diferentes formas de preconceito, que neste trabalho serão abordadas, como a gordofobia⁵, o etarismo⁶ e a afeminofobia⁷.

O problema central desta pesquisa é compreender de que maneira os discursos presentes no Grindr podem contribuir, significativamente, para reforçar normas de exclusão que moldam as experiências de desejo dentro da comunidade LGBTQIA+? Pode-se considerar, portanto, que esta pergunta é essencialmente relevante

4 *Locus* é uma palavra derivada do latim, que significa “lugar”, “posição” ou “local” onde o pesquisador busca o conhecimento.

5 Gordofobia é o termo utilizado acerca da desvalorização, estigmatização e hostilização de pessoas gordas e seus corpos. Tal discriminação leva à exclusão social e, conseqüentemente, nega acessibilidade às pessoas gordas.

6 O termo etarismo consiste no preconceito, na intolerância, na discriminação contra pessoas com idade avançada.

7 Os meninos afeminados são encarados como proto-gays e para esses meninos exigir que se identifiquem com a masculinidade pode gerar sua não identificação e seu apagamento, tendo em vista que sofrem a afeminofobia, ou seja, o preconceito contra o feminino no corpo masculino (Sedgwick, 1991).

em um contexto em que as plataformas digitais desempenham um papel crucial – e cada vez maior – na mediação das relações interpessoais e na construção de subjetividades.

Grohmann (2016) atenta para o caráter conflituoso tanto deste aplicativo como de outros de natureza semelhante. A autora reforça que o Grindr funciona como um microcosmo social que não somente reflete normas sociais, como contribui para reproduzi-las (muitas vezes e de forma ainda mais intensa) devido à natureza sorrateira e anônima presentes nos perfis, e nas interações digitais entre seus usuários.

Teoricamente, este estudo se apoia especialmente nas contribuições de Foucault (1987) – para analisarmos discursos presentes nos perfis de alguns usuários no Grindr – entre outros autores contemporâneos que discutem questões de masculinidade, gênero e exclusão digital. Ao abordar tais questões, o objetivo deste trabalho é contribuir com reflexões mais amplas sobre os impactos das normas sociais na comunidade LGBTQIA+ em espaços digitais.

Ao contrário de tentar observar o Grindr apenas como uma ferramenta prática para interação social entre homens que buscam conexões com outros homens, este estudo propõe vê-lo, também, como um espaço de poder e disputa, no qual a inclusão e/ou a exclusão são negociadas a partir dos discursos que são espelhados – e muitas vezes exacerbados – em preconceitos estruturais. (Foucault, 2004). Deste modo, a pesquisa contribui e dá voz às experiências de exclusão vividas por muitos usuários, tendo os seus corpos marginalizados por quem “detém” o poder, e contribui, também, na conscientização entre os membros do aplicativo a fim de promover um debate mais crítico sobre a forma como normas de desejo são verdadeiramente construídas, moldadas e reproduzidas na sociedade.

2. SOBRE OS DISCURSOS QUE MARCAM CORPOS: QUEM PODE SER DESEJADO?

Michel Foucault é uma referência importante para este trabalho, especialmente por sua compreensão do poder como uma rede descentralizada que permeia as relações sociais. Para o autor, o poder não é imposto de cima para baixo, mas é exercido em práticas cotidianas que moldam os comportamentos, os discursos e as normas sociais. (Foucault, 1987).

Foucault (1976) argumenta que o corpo é um dos principais alvos do poder, sendo constantemente regulado por discursos que definem quais corpos são aceitáveis e quais devem ser excluídos ou disciplinados. Em sua visão, o poder não se manifesta apenas de forma repressiva, mas atua produtivamente ao estabelecer padrões que os sujeitos internalizam e reproduzem em suas práticas cotidianas.

No caso das preferências expostas em aplicativos de encontros, a recusa de determinados corpos não ocorre de maneira natural, mas resulta de um sistema mais amplo de normalização, no qual a magreza é valorizada como ideal e a gordura é estigmatizada. Como aponta Foucault (1984), os discursos não apenas descrevem a realidade, mas a constroem, reforçando hierarquias corporais e delimitando quem pode ocupar determinados espaços de desejo e pertencimento.

No contexto do Grindr, por exemplo, essas dinâmicas de poder aparecem nas interações entre os usuários, especificamente na descrições “sobre mim” declaradas nos perfis desses membros, onde as preferências pessoais revelam, na verdade, normas sociais

hegemônicas que valorizam certos corpos e excluem, veementemente, outros.

O conceito de discurso, de Foucault (1979), também é essencial para esta análise, pois nos permite compreender os enunciados selecionados no aplicativo como práticas sociais que constroem a realidade. Assim, as declarações feitas nos perfis dos usuários não são meras declarações, mas parte de um sistema enunciativo que determina padrões de masculinidade e que define o que pode ou não ser desejado. Esse processo de exclusão é, portanto, particularmente evidente nos discursos que marginalizam corpos considerados, por muitos, desviantes, como os de homens gordos, mais velhos e com alguns traços de feminilidade.

No âmbito das discussões sobre gênero, Butler (1990) propõe o conceito de performatividade, demonstrando como os corpos são regulados por normas sociais que estabelecem quem pode ser desejado ou o que pode ou não ser visível (Butler, 1990). Complementando essa teoria, Connel (1995) auxilia na discussão da masculinidade hegemônica como um sistema que hierarquiza corpos masculinos, enquanto Bourdieu (1989) revela como essas preferências pessoais são construídas socialmente e estão, frequentemente, mascarando práticas discriminatórias. Essas abordagens fornecem, portanto, as bases para compreender como os discursos no Grindr perpetuam discursos de exclusão que reproduzem, diariamente, ideais corporais que impactam (n)a vivência de muitos homens.

3. ANÁLISE DOS DISCURSOS NOS PERFIS DE ALGUNS USUÁRIOS NO GRINDR

Os pormenores desta análise são bastante significativos para o estudo do discurso e desperta-nos um interesse pessoal, pois a vivência diária e frequente com homens cis homossexuais (com e sem vestígios de feminilidade), homens gordos e homens mais velhos, certamente, é a mola impulsional que nos faz querer encarar uma discussão tão munida de preconceito e, ainda, com caráter tão discriminatório na sociedade, especialmente dentro da comunidade LGBTQIA+.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, caracterizada pela investigação aprofundada e interpretativa dos fenômenos discursivos e sociais. Optamos pela observação enquanto pesquisadores, afastando-nos do papel de participantes, sem interagir, portanto, diretamente com os perfis analisados. Assim, buscamos a análise dos discursos presentes nas biografias e interações públicas dos usuários, sem que o pesquisador influencie ativamente as dinâmicas do ambiente estudado (Gil, 2007). Ademais, a observação empregada constitui-se em uma análise de dados tanto imagéticos como verbais presentes no(s) perfil(s) desse(s) usuário(s).

Este estudo, portanto, ao focar nos discursos presentes na biografia (descrito no perfil como “sobre mim”) de alguns membros da plataforma, busca compreender a maneira pela qual as dinâmicas de desejo moldam as relações e como operam dentro do aplicativo, contribuindo, muitas vezes, para a rejeição de certos corpos e no reflexo das normas idealizadas socialmente.

Para a seleção de dados, foram observados e registrados – através da captura feita no celular, por “print” – enunciados retirados de

alguns perfis de usuários do aplicativo na cidade de São Luís, no Maranhão. O recorte geográfico é essencial neste trabalho tanto para que se estabeleça o *locus* do estudo, como para que se compreenda o contexto social e cultural em específico, permitindo uma análise mais delimitada das particularidades regionais. O procedimento metodológico envolveu acessar o aplicativo como pesquisador, com um perfil criado, exclusivamente, para fins de observação, a fim de selecionarmos enunciados de exclusão mobilizados nesse espaço digital.

A escolha e a seleção dos perfis seguiram critérios os quais foram definidos e estabelecidos previamente: analisar os perfis, sobretudo coletar as descrições e/ou declarações relacionadas às preferências ou exclusões baseadas em atributos tanto físicos (peso, aparência) como identitários (idade, masculinidade). Ao acessar o aplicativo, categorizamos discursos em que as normas de exclusão eram mais recorrentes: os que inferiorizavam o homem gay afeminado, os que marginalizavam os corpos gordos e, principalmente, os que negligenciavam os perfis que tinham características físicas mais velhas e não normatizados.

Inclusive, faz-se necessário discorrer que a seleção foi feita em três áreas específicas da cidade (área Itaqui-Bacanga, Região Central de São Luís e nas regiões consideradas como área nobre do município: Renascença, Calhau e Península), garantindo que os dados coletados pudessem representar a diversidade de discursos encontrados no aplicativo.

Após a experiência como pesquisador, foram selecionadas 200 imagens “prints” dos perfis desses usuários. Os discursos observados foram classificados e sobretudo organizados em categorias que correspondiam às práticas sociais que inferiorizavam alguns usuários.

Os critérios de categorização basearam-se, portanto, nos marcadores sociais que orientam, muitas vezes, as preferências e as rejeições expressas veementemente nos perfis desses membros. Foram criadas três categorias principais (peso, idade, comportamento) a fim de compreender os sentidos atribuídos pelos usuários e as relações de poder subjacentes a esses enunciados.

Este procedimento metodológico de análise tem como fundamento essencial a teoria do discurso de Foucault (2002), que considera os enunciados como práticas discursivas que refletem e sustentam as relações de poder. A análise buscou, portanto, interpretar de que maneira os discursos observados nos perfis do Grindr constroem sentido que reforçam e perpetuam normas (o que ele também classifica como “verdades”) sociais excludentes.

120

Logo, pode-se compreender que, ao afirmarem em suas biografias (“sobre mim”) que não curtem gordos, por exemplo, o sujeito não está apenas expressando uma preferência individual, mas contribuindo – e talvez nem intencionalmente – para a reprodução de um discurso social que marginaliza o(s) corpo(s) os quais não correspondem aos ideais de um padrão de magreza.

Nesse âmbito, Foucault (1976) argumenta que o poder opera por meio de discursos que não apenas normatizam comportamentos, mas também produzem subjetividades e regulam os corpos. A escolha do método de abordagem qualitativa se justifica, portanto, a partir da flexibilidade e da capacidade de capturar nuances, o que se torna essencial para pesquisas sobre recursos digitais.

Entretanto, faz-se necessário reconhecer os limites éticos da investigação. Ao acessarmos o Grindr, estabelecemos critérios essenciais para garantir a confidencialidade e o anonimato dos perfis

analisados. É interessante destacar, inclusive, que não foram registradas informações que permitissem a identificação dos usuários, e os dados coletados foram tratados de forma ética, respeitando a privacidade dos indivíduos. Esse cuidado visa assegurar que a pesquisa contribua para o debate acadêmico, mas não para a violação dos direitos dos participantes do aplicativo de forma indireta.

4. O CORPO IDEALIZADO E A EXCLUSÃO DO REAL

Os resultados obtidos neste trabalho refletem, certamente, no impacto das normas sociais na construção do desejo e na exclusão de corpos considerados fora do padrão defendidas por Foucault. O autor, ao tratar da relação de poder e discurso explica, em sua teoria, que o poder está manifestado na sociedade de forma descentralizada, regulando comportamentos e moldando subjetividades. (Foucault, 1979).

121

No contexto do aplicativo Grindr, os discursos, por sua vez, operam de maneira insidiosa reforçando ideias de masculinidade e criando uma hierarquização dos corpos entre os seus usuários. Esses enunciados, portanto, funcionam como práticas de exclusão que definem quem pode ou quem não pode ser visto e desejado e, ao mesmo tempo, marginalizam corpos que não se alinham ao ideal hegemônico como reproduzem práticas que os discriminam.

Ao delimitarmos mais esta pesquisa, podemos perceber que a exclusão dos corpos de homens gordos, por exemplo, no Grindr, ressoa a obsessão contemporânea por corpos magros e definidos, profundamente enraizadas por normas sociais e culturais. A exemplo, Assmann (1995, p. 73) acrescenta que “o corpo parece

ajustável ao que precisa e chama a atenção também para os que ficaram sendo (re)produzidos pela mídia”, como se estes resistissem a uma padronização corporal ainda muito presente na contemporaneidade. O autor reforça que, na verdade, vivemos uma ditadura do corpo perfeito, ideal, sobre o corpo que é, realmente, possível e viável em uma sociedade com uma miscigenação tão variada e mutável como a nossa.

A esse respeito, Bruhns (1989, p. 43) acrescenta:

Vivemos dentro de uma tradição cultural na qual nosso corpo sofre uma série de repressões através de preconceitos, normas sociais etc., sofrendo com isso uma rigidez postural. A cultura dita normas em relação ao corpo. A mais simples observação em torno de nós poderá demonstrar que o corpo humano é afetado pela religião, pela profissão, pelo grupo familiar, pela classe social e outros intervenientes sociais e culturais. Ao corpo se aplicam também crenças e sentimentos que estejam na base da nossa vida social. Podemos então, pôr em evidência a ligação entre a industrialização, o desenvolvimento do lazer e o tipo de atividades corporais praticado na nossa civilização atual. A antropologia que se preocupa em buscar como cada cultura molda a personalidade dos indivíduos, consciente ou inconscientemente, através de suas instituições e modelos que lhes propõe, deve nos interessar muito no plano das nossas preocupações educativas.

Dessa maneira, o corpo é, na sociedade, um capital simbólico que pode ser valorizado e desvalorizado dependendo das normas sociais que o circundam. (Bordieu, 1989). No Grindr, os discursos atribuídos aos homens gordos como “não curto ursos”, ou “gordos nem chamem, questões de tesão mesmo”, legitimam como corpos

considerados fora dos padrões idealizados estão numa posição como os indesejáveis dentro do aplicativo.

Pode-se perceber, inclusive, que essa rejeição não é apenas uma expressão de gosto pessoal dos usuários (o que até pode confundir e parecer natural para muitos), mas um reatualização das pressões culturais que se perpetuam quando associadas à magreza. Essa dinâmica alimenta um ciclo de exclusão, em que os homens gordos têm suas identidades constantemente negadas em um espaço onde deveriam ser inseridos.

A partir desta abordagem, ao pensarmos nas descrições de alguns perfis dos usuários no Grindr, podemos nos apoiar essencialmente para este comentário, em um conceito de Goffman (2016, p. 14), cuja definição descrita nesses perfis é “uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados”. Nesta perspectiva, compreendemos como os usuários da plataforma atuam em seus perfis a fim de performarem uma boa impressão em quem os observa. Partindo dessa concepção, no próximo parágrafo, debatemos por que a noção naturalizada de ser homem é pautada, também, pela virilidade e distante de quaisquer traços de feminilidade. (Harrouche, 2013).

Para Connell (1995), existe uma narrativa que é convencional sobre a construção das masculinidades. Nessa narrativa, toda cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens. Desse modo, percebemos que desde muito cedo os homens sofrem pressões sociais para que sejam distintos das mulheres e que se afastem, inclusive, de quaisquer comportamentos ditos como traços do feminino.

Nesse sentido, usuários, dentro do aplicativo Grindr, com características comportamentais femininas, são vistos como párias da

heteronormatividade, que se configuram como distantes do padrão hegemônico de masculinidade o qual é proposto por Kimmel (1998).

Acerca desse pensamento, o autor afirma que, no caso dos “homens com traços de feminilidade (afeminados), o discurso de exclusão em aplicativos como o Grindr de que “não curto afinados, nada contra”, “discretos têm preferências” ou “afeminados caem fora”, contribuem, também, para as normas de gênero que privilegiam a masculinidade discreta e, em contrapartida, rejeitam quaisquer expressões de “afeminilidade” (Kimmel, 1998).

A autora Butler (1990) argumenta que o gênero é performativo e que, portanto, pode ser construído por meio das repetidas práticas discursivas que reiteram normas sociais, ou seja, essas práticas dentro do aplicativo Grindr – associadas a um desvio dessas normas – é o que resulta na exclusão de usuários (homens) que não performam a masculinidade de maneira tradicional idealizada.

Essas expressões acumam os membros que não se encaixam nesses comportamentos idealizados, agridem e fazem com que alguns usuários percam as suas identidades e, principalmente, os tornam produtos de uma sociedade hegemônica (tradicional). Mas, apesar disso, nas palavras de Butler (2015, p. 55):

[...] se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como um traço feliz, mas acidental desse homem, também é possível falar de um “homem” com um atributo feminino, qualquer que seja, mas continuar a preservar a integridade do gênero.

E é essa perspectiva que, inquestionavelmente, deve ser levada em consideração, visto que a exclusão de homens afinados dentro

do Grindr não é somente individual, mas reforça uma estrutura de poder que legitima a masculinidade tóxica (padronizada), enquanto marginaliza expressões de gênero mais fluidas (afeminados).

Como último resultado obtido para discussão deste trabalho, incluímos um debate sucinto acerca de alguns comentários que marginalizam e inferiorizam homens mais velhos dentro do aplicativo Grindr (etarismo), o que reforça negativamente o impacto da discriminação baseada em idade e que contribui, de forma direta, para privilegiar os discursos que naturalizam, apenas, a juventude como padrão de valor social e de poder.

Foucault (1979) ressalta, portanto, que o poder, neste sentido, opera por meio das normas que regulam o comportamento e estabelecem o que deve ser ou não socialmente aceitável (que não é o caso do homem mais velho, considerado como sujeito pelo qual não se deve sentir desejo).

Discursos como “acima dos 40 anos, nem tentem, pois, é block (bloqueio do usuário)”, “velhos nem tentem” e “procuro novinhos”, evidenciam como os homens mais velhos estão em uma posição desfavorável em relação aos mais jovens e, principalmente, como esses corpos estão posicionados como os fora do tempo idealizado, tornando-os invisíveis e impossibilitados de serem desejados nos espaços digitais.

Ser LGBTQIA+ em uma sociedade tão homofóbica e com preconceitos ainda arraigados como a nossa, brasileira, faz com que esses indivíduos, em muitas situações, sintam-se com medo de vivenciar suas sexualidades, principalmente na velhice, e por diversificados fatores. Mucida (2004) afirma que as novas dinâmicas sociais modernas implicam em uma perda de status social para os

mais velhos, especificamente em aplicativos como o Grindr, o que se configura como a reclusão e exclusão da participação desta população na sociedade vigente.

O preconceito que é destinado ao desejo sexual por pessoas que estão envelhecendo é, ainda, muito presente na contemporaneidade – o que contribui de forma negativa para a perpetuação de intolerâncias e, especialmente, possibilita que este usuário tenha o receio de encarar a exposição num aplicativo tão discriminatório (e pontuo, aqui, o aplicativo que permite que o usuário se comporte de forma tão preconceituosa a partir dos seus comentários em perfis) como o Grindr.

Além das questões descritas acima, precisamos ressaltar que:

126

O preconceito na terceira idade LGBT ele é muito presente, muito obvio, e ele é presente, inclusive, dentro da própria comunidade de LGBT. É uma comunidade que, apesar de todas as evoluções políticas que teve, ela sente uma insegurança muito grande por conta de todo o histórico de repressão e de opressão, e ela tem um problema grave de autoestima. Isso significa que o medo de envelhecer é muito mais pesado dentro da comunidade LGBT, por conta do medo da solidão. O que acarreta, indiretamente, esse afastamento das pessoas LGBT's, quase até o esquecimento. (Trevisan, 2019, s/p).

Essa exclusão advinda de ideologias impostas na sociedade e, principalmente, dentro da comunidade LGBTQIA+ torna e reforça uma narrativa de que a idade é, até o momento, sinônimo de decadência que nega aos homens mais velhos a possibilidade de serem vistos como desejáveis ou relevantes. O impacto vai além do aplicativo Grindr, contribuindo para a marginalização social desses

usuários e também para a precariedade de suas existências em outros contextos na contemporaneidade.

Para ilustrar os discursos de exclusão e as normas de desejo presentes nos perfis de alguns membros analisados no aplicativo, organizamos uma tabela que evidencia as falas mais recorrentes dos usuários, o que se configura na marginalização e discriminação entre os próprios desfrutadores. A estrutura abaixo permite, portanto, visualizar de forma clara e direta como os corpos fora dos padrões idealizados socialmente – corpo gordo, afeminados, mais velhos e outros não normativos – são posicionados dentro dessas interações.

Para cada categoria na tabela abaixo, foram registrados exemplos de discursos coletados diretamente dos perfis, tais como frases de preferência explícita (“magros têm preferência”) ou exclusão direta (“velhos, nem tentem!”). Em seguida, foi realizada uma síntese desses enunciados, com base em referenciais teóricos de Michel Foucault (1987), Butler (2015) e Bourdieu (1989).

Fig. 1: Tabela para organização de dados coletados

Categoria	Discurso	Análise	Perfil do usuário no aplicativo Grindr
Homem gordo	“Magros têm preferência”.	Desvalorização do corpo gordo como reflexo de padrões culturais.	
Homem afeminado	“Afeminados passem longe”	Rejeição da feminilidade em favor da masculinidade tóxica.	
Homem velhos	“Não curto +30, nem tente!”	Invisibilidade geracional e perpetuação do etarismo.	
Outros não normativos	“Discreto afim no sigilo”	Preservação do anonimato entre os usuários, contribuindo na perpetuação e “liberdade” de normas sociais.	

Fonte: Tabela organizada pelos autores. Discursos de usuários captados publicamente no aplicativo Grindr, no período de 15/06/2024 a 30/12/2024.

A primeira coluna da tabela acima está destinada às categorias discursivas que selecionamos para análise, a segunda e a terceira coluna da tabela estão presentes os discursos coletados nos perfis de alguns membros do aplicativo, e a última coluna da tabela está destinada à inserção de fotos e/ou imagens dos perfis analisados (editadas para garantir o anonimato dos usuários), com o objetivo de ilustrar visualmente os discursos coletados e contextualizar as sínteses realizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar os discursos presentes no aplicativo de relacionamento Grindr e como eles refletem e perpetuam normas (verdades) sociais que privilegiam determinados corpos, enquanto marginalizam e discriminam outros menos favorecidos dentro da plataforma. A partir da perspectiva teórica de Foucault e outros autores, foi possível observar como os discursos presentes nos perfis de alguns usuários, o que aparentemente soa como frases simples, reproduzem uma dinâmica de poder e reforçam padrões hegemônicos de masculinidade.

Os resultados discutidos neste trabalho nos mostram que os perfis de homens vulneráveis ao desejo (homens gordos, afeminados, mais velhos entre outros não normativos), estão, frequentemente, enfrentando exclusões evidenciadas na força das normas sociais no ambiente digital. Deste modo, esta pesquisa reforça a importância de problematizar as práticas discursivas nesses ambientes, buscando compreender de que maneira elas afetam os indivíduos e perpetuam desigualdades. Estudar o Grindr, portanto, é investigar os limites

e possibilidades das relações humanas, especificamente voltadas ao público LGBTQIA+, em um espaço mediado por tecnologia, onde as normas de desejo se tornam, portanto, tanto ferramentas de conexão quanto de exclusão.

Este texto, como reforçado anteriormente, nasceu de uma inquietação profundamente pessoal, enraizada nas experiências vividas no aplicativo Grindr (como usuário). Esta pesquisa se transforma em um esforço acadêmico para observar os mecanismos de exclusão que atravessam esses espaços. Nosso objetivo, enquanto pesquisadores, não é apenas problematizar os discursos que perpetuam as normas de desejo excludentes dentro do Grindr, mas abrir caminhos para discussões que promovam um olhar mais inclusivo, humano e crítico sobre os corpos que ocupam – e (r)existem – nesses espaços.

130

6. REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. **Paradigmas educacionais e corporeidade**. 3. ed. Piracicaba: Editora da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), 1995

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 1989.

BRUHNS, H. **Conversando sobre o corpo**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1989.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith; TROUBLE, **Gender**. Feminism and the Subversion of Identity. *Gender trouble*, v. 3, n. 1, p. 3-17, 1990.

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In H. L. Dreyfus & P. Rabinow, Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1976.

_____. **História da loucura na idade clássica** (6ª reimpr.). São Paulo: Ed. Perspectiva. 1979.

_____. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise** (Ditos & Escritos I, 2ª ed.). Rio de Janeiro. 1984.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

_____. **Ética, sexualidade, política** (Ditos & Escritos V, 2ª ed.). Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Foucault** (pp. 459-463). Dt. Taschenbuch-Verlag, 2001.

_____. **Archaeology of Knowledge** (2nd ed.). Routledge. 2002. <https://doi.org/10.4324/9780203604168>

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Über Techniken der Bewältigung beschädigter Identität**. Springer Fachmedien Wiesbaden, 2016.

GREGOLIN, M. R. V. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **MOARA–Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** ISSN: 0104-0944, v. 1, n. 43, p. 06-25, 2015.

GRINDR. **Romance na era de Covid**. 2020. Disponível em: <https://www.grindr.com/covid/#chat>. Acesso em 11 de janeiro de 2024.

GROHMANN, R. **Não sou/ não curto**: sentidos circulantes nos discursos de apresentação do aplicativo Grindr. In: Sessões do Imaginário, v. 21, n. 35. Porto Alegre, 2016, pp. 70-79.

HARROUCHE, H. Controle supervisorio de DES usando a propriedade de invariância positiva. Em: **3ª Conferência Internacional sobre Sistemas e Controle**. IEEE, 2013. p. 780-785.

KIMMEL, M. S. **Produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998. Disponível em: <https://cutt.ly/Ed9wXgE>. Acesso em: 12 jan. 2025.

MISKOLCI, R. San Francisco e a nova economia do desejo. **Revista Lua Nova**, 91, 269-295. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452014000100010>. Acesso em 11 de janeiro de 2024.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. – 3. Ed. rev. e ampl. – Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017b. – (Série Cadernos da Diversidade; 6).

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice.**
Autêntica Editora, 2004.

TREVISAN, J. S. **LGBT+60: Corpos que resistem #EP5,**
Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FEIA_WATipQ. Acesso em 13.01.2025.

DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA FRANCESA NA POLÍTICA LINGUÍSTICA NO BRASIL

Rayanna Mendonça Martins Beckman (UFMA)¹

¹ Mestranda em Letras, membro do GEPEDIS/ CNPq, E-mail: rayanna.beckman@discente.ufma.br

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho baseia-se no campo da Análise do Discurso materialista (Pêcheux, 1975) e (Orlandi, 1999/2001), da Semântica da Enunciação (Guimarães 2002/2005), que consideram a historicidade constitutiva dos enunciados, sendo fundamental para entendê-los como acontecimentos que envolvem quatro fatores – sujeito, língua, temporalidade e o real.

Além disso, a pesquisa apoia-se no conceito de Política Linguística como uma ação provida do Estado sobre a língua, sendo assim, políticas que de modo mais explícito operam como a forma intervencionista nas relações e representações dos sujeitos falantes com as línguas (Sturza, 2009); passando a ter reordenamento em seus estudos no Brasil, a partir de sua estreita relação com a Análise do Discurso materialista de Michel Pêcheux.

Este texto, portanto, traduz apenas um recorte de uma pesquisa, com o objetivo de analisar as medidas de intervenção, por exemplo, de órgãos oficiais ligados ao Estado, que foram pensadas sob uma ótica de possíveis melhorias nas ações governamentais no decorrer da história do ensino de idiomas. Ações estas que, ao pensar no processo de inclusão de línguas estrangeiras (LE) no currículo escolar brasileiro, apoiam-se em discursos que abordam a relevância dos aspectos linguístico-culturais como justificativa para o estudo de idiomas diversos em nosso país, e não somente uma única língua contemporânea.

Essas medidas de intervenção podem ser conceituadas, de acordo com Rajagopalan (2014), como políticas linguísticas que visam conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, as quais são

direcionadas por ações advindas de interesse público, que, por sua vez, são de extrema importância para o povo de uma nação, estado ou até mesmo de instâncias transnacionais maiores.

A vista disso, faz-se necessário apresentar o percurso histórico e os espaços ocupados pelos idiomas pelo viés das políticas linguísticas educacionais brasileiras, a fim de analisar as materialidades filiadas ao ensino de LE no Brasil, no atual cenário educacional.

Diante do exposto, descrevemos as condições de produção através da reflexão sobre o discurso materializado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB- 9394/96) no processo de inserção do ensino e aprendizagem de línguas no currículo das escolas brasileiras, e no que tange às escolhas que resultam na obrigatoriedade do ensino da língua inglesa, justificada pelos interesses políticos e econômicos, bem como a preferência da língua espanhola como estudo optativo no atual cenário educacional.

Segundo Moita Lopes (1996), referente à inserção das línguas estrangeiras (LEs) no currículo oficial, considera, como cruciais, dois aspectos. Primeiro, o “símbolo de status social” adquirido pelo inglês, apontando que, apesar de sua inegável importância como língua internacional, é preciso tomar cuidado com o perigo do monolinguismo em termos de língua estrangeira e, segundo, o fato do surgimento do Mercosul ter contribuído para as áreas de espanhol e francês disputarem espaço no currículo como segunda língua estrangeira.

Se o acesso à aprendizagem de uma língua estrangeira (LE) permite ao aluno o acesso à diversidade de formas de “pensar, criar, sentir, agir e conceber a realidade proporcionando-lhe uma formação mais sólida e abrangente” (PCN, 2002, p.148), porque priorizar

algumas línguas estrangeiras e negar outras? É válido ressaltar que: “não há línguas mais complexas ou mais simples, mais lógicas ou menos lógicas: todas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem” (Soares, 2002, p.39).

Por isso, o surgimento desta pesquisa parte também de discussões em torno das disputas no espaço educacional entre as línguas estrangeiras e as intervenções políticas na escolha da LE optativa nas escolas brasileiras, além de buscar respostas aos questionamentos: Como as escolhas de uma LE obrigatória e optativa se projeta no nosso país atualmente, uma vez que as línguas estrangeiras optativas devem ser consideradas de acordo com as condições de oferta, espaço e horário? Quais discursos circulam em torno do ensino de língua francesa no nosso país?

137

Portanto, analisar-se-ão os efeitos de sentidos projetados nos discursos contidos em documentos oficiais como exemplos, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (PCNs de LE) e a lei vigente nº 13.415, a fim de identificar os modos de circulação e as condições de produção que constituem o ensino e aprendizagem da língua francesa como língua estrangeira (LE) no Brasil. Além dos documentos oficiais, o corpus do estudo se constitui a partir do documento intitulado “Considerações dos Departamentos de Espanhol e de Francês sobre a implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Pedro II”, publicado no Rio de Janeiro em 14 de fevereiro de 2022.

2. CONCEITOS MOBILIZADOS

Tomaremos como aporte teórico a memória discursiva, entendendo-a como espaço ideológico estruturante/estruturado em que se realiza a interpretação, enquanto efeito necessário da relação simbólica estabelecida entre o sujeito e o real da língua e da história. Sendo fruto da relação da língua com a história, a memória discursiva é constitutivamente afetada pelas falhas que atravessam a língua e as contradições que estruturam a história, o que se materializa no seu caráter necessariamente lacunar e equívoco. Memória, portanto, estruturada pelo esquecimento, que funciona por uma modalidade de repetição vertical, que é ao mesmo tempo ausente e presente na série de formulações: ausente porque ela funciona sob o modo do desconhecimento, de um não sabido, não-reconhecido, que se desloca, e presente em seu efeito de retorno, de já-dito, de efeito de pré-construído, de recorrência das formulações, produzindo a estabilidade dos objetos do discurso (Zoppi-Fontana, 2021, p. 4-5).

Assim, apresentamos, portanto, as reflexões acerca da memória: se há repetição, é porque ocorre uma retomada ou regularização de uma memória que é social, mesmo que se apresente ao sujeito do discurso sob a forma do não-sabido. Em nossa visão, quando o discurso se configura no regime da repetição, essa repetição se dá dentro de práticas, de formações discursivas (FD) de caráter social. São os discursos em circulação nessas práticas que são retomados e repetidos.

Ao analisarmos o percurso traçado pela língua francesa nas escolas brasileiras, ao longo do tempo, é possível analisar como os discursos de prestígio cultural, especialmente no período colonial e no início do século XX. A língua francesa era considerada símbolo

de sofisticação e cultura elevada, associada à elite intelectual e política. Esse prestígio se refletia na presença do francês nos currículos escolares e em sua adoção como língua estrangeira prioritária no ensino formal.

A partir dos deslizamentos de sentidos nessas práticas discursivas, cabe-nos recordar o que Pêcheux nos ensinou: “um enunciado é intrinsecamente passível de se tornar outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido original e derivar para outro”. (Pêcheux, 1983/1990, p.53).

É importante frisar que uma Formação discursiva (FD) é regida por uma memória discursiva, que evoca os ecos de uma memória coletiva e social. Por outro lado, nem tudo pode ser expresso dentro de uma FD, de maneira que a memória discursiva não é completa, nem saturada, pois nem todos os sentidos têm autorização ideológica para ressoar em uma FD. Dessa forma, entende-se que, assim como a FD possui lacunas, a memória discursiva também as possui. Portanto, ao mobilizar a memória discursiva e os ecos de uma memória social na trajetória do ensino de línguas estrangeiras, em específico, a língua francesa, é importante refletirmos que:

[...] se o sentido não pode mais ser lembrado no interior de uma FD, isto não significa que este sentido simplesmente desaparece. Ao ser “apagado” de uma FD, ele não deixa de ter sido produzido e, por conseguinte, o desaparecimento de um determinado sentido de uma FD não implica o apagamento deste sentido ao nível do interdiscurso, que funciona como uma memória de todos os dizeres. Um sentido pode ser, pois, esquecido ou interditado no âmbito de uma FD, mas não pode ser apagado do interdiscurso, onde ele fica recalcado, podendo ser recuperado pela mesma FD

em outro momento, em outra conjuntura histórica, ou por outra FD (Indursky, 2017, p.8).

Além disso, o referido trabalho apoia-se no conceito de Espaço de Enunciação abordado por Guimarães (2002), o qual destaca que os espaços de enunciação são constituídos de espaços que dividem, de maneira desigual, as línguas para seus falantes, redividindo aquilo que é considerado sensível, ao buscar a identificação dos indivíduos ao serem tomados pela língua.

Por conseguinte, tomaremos a perspectiva do político como ato de contradição que instala o conflito no centro do dizer, afirmado por Guimarães (2002, p.17):

140

Ele (o político) se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.

Por isso, o reordenamento da pesquisa ocorre a partir de diálogos iniciais com os campos da Política Linguística e com a Análise do Discurso Materialista. Nessa frutífera troca, que coloca a intrínseca relação entre ciência, Estado e sociedade, uma contribuição fundamental da AD, como lembra Pfeiffer (2011), é a necessidade de se pensar e trazer o político como organizador do conhecimento linguístico, neste caso, destacam-se as políticas linguísticas, que estão intrinsecamente relacionadas ao ensino da língua materna e das línguas estrangeiras, cujo estudo é parte central deste trabalho, buscando analisar os sentidos projetados na historicidade e trajetória na

Educação Brasileira pelo viés da AD abordada por Michel Pêcheux. Assim, o ensino de línguas deve estar relacionado ao contexto histórico, devendo ser analisado, portanto, o desenvolvimento dessas línguas a partir do local em que foram estabelecidas.

3. ENSINO, POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E LUGARES DE ENUNCIÇÃO: MOVIMENTOS DE ANÁLISE

A partir de informações analisadas em documentos oficiais que circulam no âmbito educacional, é possível compreender as diversas mudanças no ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras (LEs) na história do nosso país. A exemplo, em 05 de agosto de 2005, houve a implementação da lei 11.161 que visava a implementação gradativa e obrigatória da língua espanhola nas escolas e de matrícula facultativa para o aluno. Todavia, esta lei foi revogada, passando a ser vigente a lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, interpelada pelo discurso da obrigatoriedade da língua inglesa na educação básica, e a possibilidade de ensino de outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, tendo a preferência pela língua espanhola, levando em consideração a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

Diante a tantos questionamentos, foi necessário analisar as projeções do ensino de LE's em uma escola brasileira, evidenciando as condições de oferta, local e horários. A escola Pedro II, considerada uma autarquia federal do Ministério da Educação (MEC), publicou em 14 de fevereiro de 2022, aos membros da Câmara Técnica do Novo Ensino Médio, uma carta, objetivando apresentar as suas

considerações acerca do ensino de línguas na sua instituição de ensino, posicionando-se sobre a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), e destacando ao público, o seu posicionamento com relação a aspectos desse novo modelo curricular que incidem diretamente sobre a prática docente.

3.1 AS MUDANÇAS NO ENSINO DE LÍNGUAS NO BRASIL

De acordo com a Constituição Brasileira, é direito de todos e dever do Estado e da família oferecer educação ao cidadão. Alinhada a essa ideia, ARRUDA *et.al.* (2022, p.219-220) esclarece que:

142

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a educação é um direito inalienável. Isto significa dizer que além de, na teoria, ser um bem comum a todos e a todas, ela não pode, ou não deveria ser gerenciada de acordo com interesses nem econômicos, nem políticos. Apesar disso, o que vemos na prática é que a cada mudança de governo, as legislações que orientam a educação mudam de acordo com cada inclinação política.

Ao observar o percurso do ensino de línguas no nosso país, é possível destacar a relevância do ensino de língua francesa nos séculos XIX e XX, pois além dos discursos que circulavam por esta ser uma língua de prestígio durante séculos, sendo associada à cultura refinada, o francês também passou a ser visto de natureza essencial em contextos acadêmicos e profissionais, haja vista as grandes produções em nível técnico e bibliográfico, em diversos campos do saber. Todavia, as mudanças mobilizadas no decorrer das últimas décadas do século XX acarretaram no apagamento, não só da língua

francesa como também de outras línguas clássicas e modernas, impedindo o real conhecimento da *diferença*, propósito das políticas que se dizem *democráticas*. (Rodríguez-Alcalá, 2010, p.128)

Espera-se, portanto, que a escola deva proporcionar análise e confronto de opiniões no que tange o conhecimento de modo geral e à diversidade de manifestações linguísticas e culturais, sobretudo demarcando a trajetória de séculos do ensino da língua francesa em nosso país, despertando no estudante o espírito de respeito e preservação como construções e representações “simbólicas” da diversidade social e cultural no mundo. Todavia, enxerga-se uma constante mudança ao passo das trocas de governo, modificando consequentemente as legislações que orientam a educação de acordo com as inclinações políticas demarcadas em cada transição governamental.

143

Ao refletir a trajetória das mudanças no cenário educacional, é feito interpelar-se por questionamentos em torno do ensino da língua francesa no Brasil, haja vista o seu longo curso nas políticas educacionais, como abordados anteriormente, e a sua inserção em documentos oficiais que regiam o ensino de LEs no nosso país:

[...] fazer uma análise histórica do lugar ocupado pela língua francesa nas políticas linguísticas educacionais brasileiras se faz necessário se quisermos compreender a atual situação de descaso com o ensino não apenas do francês, mas também de outras línguas estrangeiras, além da inglesa, como a italiana, a alemã e até mesmo a espanhola. (Arruda, *et.al.*, 2022, p.220)

É válido ressaltar que o interesse pela aquisição de uma língua estrangeira está atrelado às exigências sociais, políticas e econômicas, sendo imprescindível ter um constante olhar para a pluralidade do

ensino a fim de atender às necessidades da população. Este aspecto é essencial para a Análise do Discurso Materialista, que de acordo com Pêcheux (1997), compreende que “o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas ele é estruturado pelas condições materiais de produção que, por sua vez, estão imersas em relações de poder.” Sendo assim, o discurso sobre a língua e seu ensino, não é neutro e materializa-se, em grande parte, nas relações de poder e as condições materiais existentes em uma sociedade.

Portanto, o ensino de línguas não se dá apenas pelo desejo de comunicação ou de ampliação do conhecimento, mas é condicionado pela forma como as línguas e as culturas são valorizadas dentro de diversos contextos.

144

De acordo com a SEDUC, “[...] o interesse pela aquisição de uma nova língua está sempre atrelado às exigências sociais, políticas e econômicas, o que demanda também uma redefinição da organização curricular e dos métodos de ensino de uma língua estrangeira (SEDUC 2018, p. 39).

A indispensável redefinição do currículo e dos métodos de ensino está em sintonia com essas necessidades externas e reflete a forma como a sociedade e o Estado moldam os indivíduos para atender às suas exigências. Em última instância, é cabível haver a reflexão sobre a aquisição de uma nova língua, destacando o fato de que esse processo não é apenas uma escolha pessoal ou uma necessidade individual, mas está profundamente imerso em contextos sociais, políticos e econômicos que precisam estar em consonância em suas diversas instâncias.

No item a seguir, apresentamos a análise da Carta elaborada pelo Colégio Pedro II, com o objetivo de esclarecer seu posicionamento

acerca do ensino de línguas na instituição de ensino, e afirmando seu entendimento sobre a implementação do Novo Ensino Médio (NEM).

3.2 SENTIDOS PROJETADOS

Na primeira página está o brasão do Ministério da Educação, o qual, de acordo com o consultor legislativo de Cultura e Esportes do Senado, Gabriel Firme, configura-se como um dos símbolos nacionais. O brasão é composto por quatro símbolos oficiais do Brasil - a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais (ou Brasão Nacional) e o Selo Nacional, - representando portanto a nação brasileira e os fundamentos constitucionais: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

145

Fig. 1: Carta do Colégio Pedro II sobre considerações dos Departamentos de Espanhol e de Francês acerca da implementação do NEM.



Sequência discursiva 1.

Fonte: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/11380-departamentos-de-espanhol-e-franc%C3%AAs-emitem-carta-com-considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-o-nem.html

Consideraremos o recorte acima a sequência discursiva 1 – o brasão e o cabeçalho –, em que é possível refletir sobre o funcionamento institucional, pensando na definição de lugares de enunciação definidos por Zoppi-Fontana, sendo estes lugares autorizados e legitimados do dizer. A imagem carrega consigo o “espaço do Direito Oficial do Brasil”, legitimando o seu funcionamento como dispositivo normatizador da estrutura/interpretação do que é visto como sentido da ordem do jurídico, relacionando-se com a ordem do social, com o imagético coletivo e consequentemente o político.

146

Neste sentido, queremos enfatizar o funcionamento do arquivo de textos legais na formação de uma memória que trabalha como espaço de interpretação. É o efeito de reformulação parafrástica da lei se projetando dentro do arquivo, na redação de novos textos legais, e projetando-se sobre os fatos, na construção de uma jurisprudência. O arquivo jurídico funciona, então, pela produtividade do acúmulo, pela ilusão de completude, pelos efeitos de congelamento de uma escritura no tempo. Assim, o arquivo jurídico cristaliza um gesto de leitura que se caracteriza por ser acumulativo, denegativo e estratificado, no sentido de operar por camadas ou estratos sobrepostos, que estabelecem relações textuais de citação/negação e relações interdiscursivas de reformulação/apagamento (Zoppi-Fontana, 2002, p.186).

Ainda na página da carta, podemos ver o cabeçalho, abaixo do brasão, composto pelos dizeres em segundo plano: Ministério da Educação, Colégio Pedro II, Departamento de Espanhol, Departamento de Francês. A disposição das informações é afunilada com base em uma hierarquia, sendo o Ministério da Educação o que representa o macro, seguida pela instituição de ensino Colégio

Pedro II, apresentando após, em primeira instância, o departamento de Espanhol, seguido por último, o departamento do Francês. Logo abaixo, é possível identificar a data e local em que o documento foi redigido, bem como a quem foi endereçada a carta “Aos membros da Câmara Técnica do Novo Ensino Médio”.

Mesmo direcionando-se a esses indivíduos, é possível ter acesso ao arquivo em buscas de páginas de informações do próprio site do colégio, bem como ter fácil acesso através de pesquisas no Google. Todavia, nas pesquisas sobre o ensino de línguas estrangeiras, levando em consideração o ensino de LE que não seja apenas o inglês e o espanhol, é possível identificar que pouco se fala sobre a carta e sua relevância na reflexão e na relevância de se pensar em uma política linguística plural.

147

Para compreender os discursos sobre as escolhas dos idiomas no Colégio Pedro II, são apresentadas nos primeiros parágrafos do documento, as considerações dos Departamentos de Espanhol e de Francês sobre a implementação do novo Ensino Médio disposto na lei vigente 13.415 e, conseqüentemente, na própria instituição de ensino, dispostos na sequência discursiva abaixo:

Fig. 2: Carta do Colégio Pedro II sobre considerações dos Departamentos de Espanhol e de Francês acerca da implementação do NEM

Vale ressaltar que esse documento representa o primeiro grande retrocesso no ensino de línguas estrangeiras no Brasil, já que estas sequer são mencionadas. Apesar disso, no Colégio Pedro II, instituição que sempre se destacou no cenário nacional, não só foram mantidos o inglês, o francês e o espanhol, como voltaram a ser oferecidos o alemão e o italiano. Ao direcionarmos nosso olhar para um passado mais recente, notamos que, com o advento da atual LDB, em 1996, o ensino de línguas estrangeiras voltou a ser obrigatório. No entanto, atualmente, vivemos o segundo retrocesso no ensino dessas disciplinas, pois foi estabelecida pela Lei nº 13.415, de 2017, a obrigatoriedade de apenas uma língua estrangeira nos currículos escolares, conforme se lê em seu quarto parágrafo:

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

Sequência discursiva 2

Fonte: https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/225-noticias/11380-departamentos-de-espanhol-e-franc%C3%AAs-emitem-carta-com-considera%C3%A7%C3%B5es-sobre-o-nem.html

148

O trecho acima (sequência discursiva 2) apresenta a visão crítica do Colégio Pedro II, ao discorrer que o “documento representa o primeiro grande retrocesso no ensino de línguas estrangeiras no Brasil”. Além disso, há uma memória estruturada pelo esquecimento, que é ausente e presente ao mesmo tempo, ao ser evocada no trecho “já que estas sequer são mencionadas”, ou seja, outras línguas estrangeiras que não sejam, de caráter obrigatório como o inglês, ou caráter optativo, como a preferência pelo espanhol.

Portanto, o apagamento projetado na Lei nº 13.415 de 2017, que traz a obrigatoriedade do ensino de língua inglesa no ensino médio e, a disputa pela opção de outras LEs, caso tenham disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino, representa um “retrocesso” em relação à qualidade e pluralidade do ensino de línguas no Brasil, sendo assim um ato de mobilização ideológica contra a medida, questionando suas implicações.

Para Mussato e de Souza (2020, p.152), as políticas públicas que buscam uma homogeneização “forçada” no campo linguístico no território brasileiro acaba por “silenciar, apagar, destruir” a identidade nacional, além disso:

[...] tais posicionamentos promovem/propagam discursos que instituem práticas de governo, pautadas em técnicas disciplinares que reverberam/reatualizam um processo de colonização linguística que, enquanto acontecimento linguístico, desencadeia um complexo e tenso jogo entre memórias e apagamentos das representações sobre as línguas em circulação nos mais variados territórios etnoculturais/etnolinguísticos.

Por isso, ao qualificar a redução do ensino de línguas estrangeiras como um retrocesso, o discurso analisado parece sugerir que a diversidade linguística se faz necessária para abarcar as identidades linguísticas no Brasil, e não reprimi-las em favor de um sistema que privilegia a linguagem do capital global, contradizendo e ferindo os princípios apresentados na Constituição Brasileira, ao pensar na promoção de ensino que atenda a todo e qualquer cidadão brasileiro; e os dizeres abordados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.49-50):

O estabelecimento de parâmetros curriculares comuns para todo o país, ao mesmo tempo em que contribui para a construção da unidade, busca garantir o respeito à diversidade, que é marca cultural do país, por meio de adaptações que integrem as diferentes dimensões da prática educacional.

Por fim, a forma como o trecho discute o ensino de línguas estrangeiras também se insere dentro de um contexto discursivo que busca legitimar e valorizar a importância da diversificação de línguas nas instituições educacionais no Brasil, buscando implementar a pluralidade no ensino, atendendo aos direitos de uma educação plural à sociedade. Por isso, pensar em um pluralismo político, é sobretudo, pensar em um pluralismo de línguas, de saberes, de ofertas, de escolhas.

4. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

150

A língua se mantém em constante movimento, sofrendo mutações de acordo com as intervenções sociais, econômicas, culturais e políticas, além de ser elemento indispensável dentro da sociedade e em sua constituição, na qual se usufrui desta ferramenta para viabilizar acordos, interações interpessoais, em suma, a comunicação. Desta forma, compreende-se o ensino de línguas como mecanismo primordial no que se refere às relações humanas.

[...] espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. [...] a língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos (Guimarães, 2002, p.18).

Assim, o ensino de LE se torna indispensável para que haja comunicação entre pessoas de outras nacionalidades e para que

haja troca de informações e enriquecimento cultural. Diante disso, percebemos que o ensino de línguas estrangeiras tem sofrido uma limitação profunda no contexto educacional brasileiro, que não abarca opções dentro das instituições de ensino, limitando-se, em sua maioria, apenas ao ensino de um ou dois idiomas: inglês e espanhol.

Em contextos marcados pela vigência de uma política linguística de caráter monolíngue, torna-se, portanto, nítida a visão equivocada da supremacia de uma língua com relação às demais. Como salientam Silva Junior e Eres Fernández (2019, p. 192), a BNCC não menciona a importância da aprendizagem de outras LE para o aprendiz contemporâneo, como se só fosse possível acessar o chamado mundo globalizado e plural por um determinado prisma. Negligenciam-se, dessa forma, as múltiplas possibilidades que o estudo de diferentes línguas pode oferecer ao aluno. É essencial salientar, nesse sentido, que a construção de conhecimentos implicada no ensino-aprendizagem dessas disciplinas abarca o desenvolvimento de práticas linguístico-discursivas e interculturais. Sob esse viés, é fundamental não perder de vista o propósito mais amplo de contribuir para uma formação que possibilite ao aluno engajar-se, de maneira crítica e reflexiva, em práticas sociais inerentemente heterogêneas, inscritas em um universo multicultural. (Colégio Pedro II, 2022, p.1)

151

O discurso dos professores do Colégio Pedro II evidencia a construção de uma identidade profissional que se opõe à homogeneização educacional. Ao se manifestarem contra a visão restrita da BNCC, os docentes estão, de certa forma, reivindicando um espaço de atuação que considere suas experiências, conhecimentos e a realidade dos alunos. Essa luta por reconhecimento é um aspecto central da análise

do discurso abordada por Pêcheux, onde a identidade dos sujeitos é moldada pelas condições materiais e pelas práticas discursivas.

Através dos enunciados jurídicos apresentados, percebe-se que a língua espanhola, por exemplo, foi perdendo forças na trajetória do ensino-aprendizagem de LEs no Brasil, contudo, faz-se presente ainda em caráter optativo em algumas instituições de ensino. Esse ganho e perda de forças são interpelados de questionamentos não respondidos, como a exemplo: Uma vez que as línguas estrangeiras optativas devem ser consideradas de acordo com as condições de oferta, espaço e horário, como a obrigatoriedade do inglês se faz presente nas instituições sem assegurar-se nessas condições produzidas nos dizeres da lei 13.415, que são condições apresentadas para a inclusão das demais línguas estrangeiras?

152

A partir do exposto, foi constatado que o ensino de língua estrangeira no Brasil se limitou a suprir as necessidades de vínculos comerciais e políticos com outras nações, esquecendo-se das necessidades da comunidade escolar de cada Estado do País. Com o intuito de abordar o domínio das políticas linguísticas sem excluir da língua o que lhe é próprio – o político –, Orlandi (2007) apresenta uma abordagem bastante pertinente, ao nos propor pensar a política linguística enquanto política de línguas, uma vez que estas apresentam “as formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos”.

A forma como os professores do Colégio Pedro II abordam o tema do Novo Ensino Médio (NEM) e da BNCC pode ser vista como um contradiscurso acerca do ensino de LEs propostas pela lei 13.145. Ao apresentarem a importância do ensino do Espanhol

e do Francês, eles não apenas defendem suas disciplinas, mas também uma visão de educação que valoriza o plurilinguismo como um direito dos alunos, promovendo uma crítica ao que consideram uma abordagem simplificada e redutora das línguas estrangeiras.

Considerando todos esses pressupostos, percebemos a necessidade de prosseguir cada vez mais com essa pesquisa, para analisarmos quais são os discursos que circulam acerca da exclusão de outros idiomas no currículo escolar, para que se abra espaço para novos debates e projeções de políticas que venham a não apenas incluir determinadas línguas, mas a promover o direito de escolha das escolas de acordo com suas especificidades.

5. REFERÊNCIAS

153

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29/01/2024

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio. Ministério da Educação – Brasília: MEC; SEMTEC, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb>. Acesso em 29/01/2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

COLÉGIO PEDRO II. Considerações dos Departamentos de Espanhol e de Francês sobre a implementação do Novo Ensino Médio no Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 14 fev.

2022. Disponível em: <[http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2022/Marco/Carta%20dos%20Deptos%20de%20Espanhol%20e%20Franc%C3%AAs%20ao%20GT%20do%20NEM%20\(1\)%20\(1\).pdf](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2022/Marco/Carta%20dos%20Deptos%20de%20Espanhol%20e%20Franc%C3%AAs%20ao%20GT%20do%20NEM%20(1)%20(1).pdf)>. Acesso em: 29/01/2024.

FONTANA, M. G. Zoppi. Lugares de enunciação e discurso. *Revista Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 23, p. 15–24, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.199923.15-24. Disponível em: <https://seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7592>. Acesso em: 2 dez. 2024.

FONTANA, M. G. Zoppi; FERRARI, Ana Josefina. Discurso, Gênero e Resistência: processos de subjetivação contemporâneos. *Revista Leitura*, [S. l.], n. 69, p. 3–11, 2021. DOI: 10.28998/2317-9945.202169.3-11. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/12515>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005.

INDURSKY, F. *Memória, interdiscurso: limites e contrastes*. Passei direto, 8 maio 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28766524/memoria-discursiva-indursky>. Acesso em: 28 março 2025.

MUSSATO, M.S.; SOUZA, C.C. Política Social e Linguística: Reflexão Sobre o Conflito Linguístico e Identitário do Sujeito Surdo Terena. *Revista Humanidades e Inovação* v.7, n.2 - 2020. p. 140-155.

MOITA LOPES, L. P. *Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.

ORLANDI, E.P. Apresentação. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____ (org.). Política linguística no Brasil. Campinas: Pontes, 2007. p. 7-10.

ORLANDI, E.P. (org). Discursos e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso/ Eni P.Orlandi (org): Campinas, Editora RG, 2010. p 127-160.

PÊCHEUX, M. (1983). Discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: EDUNICAMP, 1997b.

PFEIFFER, C. C. Instrumentos linguísticos, ensino e políticas públicas. Uma relação na história das ideias linguísticas. In: VALENTE, A. C.; PEREIRA, M. T. G. Língua Portuguesa: descrição e ensino. São Paulo: Parábola, 2011. p. 95-106

RAJAGOPALAN, K. (2014). O professor de línguas e a suma importância do seu entrosamento na política linguística do seu país. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). Política linguística e ensino de língua. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 73-82

STURZA, E. R. Políticas Linguísticas e Políticas Universitárias: Pesquisa, Ensino e Extensão. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E.; BRUM DE PAULA, M. R. Sentido e Memória. Campinas: Pontes, 2005. p. 93-116.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. Revista Leitura, [S. l.], v. 2, n. 30, p. 175–205,

2019. DOI: 10.28998/2317-9945.200230.175-205. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7489>. Acesso em: 2 dez. 2024.

HOMEM X BANDIDO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE OS EFEITOS DE SENTIDO NO FILME *CARANDIRU*

Lienice Virgínia Silva dos Santos Pinto (UFMA)¹

Thais Ribeiro Santos (UFMA)²

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho (UFMA)³

1 Graduanda em Letras-Libras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: lienice.silva@discente.ufma.br

2 Graduada em Letras-Letras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: rsthais@gmail.com

3 Doutor em Letras, graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, e-mail: marcelo.nicomedes@ufma.br

1. ENTRE MUROS E HISTÓRIAS: RETRATOS DO CARANDIRU

O filme, dirigido por Hector Babenco e lançado em abril de 2003, narra a experiência de um médico ao trabalhar como voluntário no maior presídio da América Latina, no Complexo Penitenciário do Carandiru, em São Paulo. Enquanto coordena uma campanha de prevenção à AIDS, o médico se depara com as difíceis condições de vida dos presos e com as complexas dinâmicas sociais no presídio. Através das histórias pessoais dos detentos, o filme revela um retrato multifacetado da violência, da desigualdade e das contradições do sistema prisional brasileiro.

158

Nas cenas finais do filme, está acontecendo um jogo de futebol no presídio. Após esse momento de lazer, no pavilhão 9, inicia-se um confronto entre grupos inimigos que acaba se transformando numa rebelião. No dia 2 de outubro de 1992, a polícia, fortemente armada, invadiu a casa de detenção e matou 111 presos. No ano de 2002, aconteceu a desativação da penitenciária e os detentos sobreviventes que cumpriam pena foram transferidos para novas unidades prisionais. Segundo Mariano (2019) esse evento marcou o início do processo que culminou na implosão do presídio, dividido em duas etapas: primeira etapa da demolição abrangeu os pavilhões 6, 8 e 9 e aconteceu em 08 de dezembro de 2002, enquanto a segunda etapa foi realizada em 17 de julho de 2005, atingindo os pavilhões 2 e 5.

Após a destruição, um novo projeto urbanístico foi construído, o Parque da Juventude. De acordo com Bianchini (2018), o projeto ocorreu em três fases: em 2003, o Parque Esportivo, com pistas e quadras; em 2004, o Parque Central, com área verde e estruturas

integradas à vegetação; e, em 2005, o Parque Institucional, com a biblioteca São Paulo, escolas profissionalizantes e acesso ao metrô Carandiru. No entanto, a transformação física do local não elimina as marcas da história.

Prisioneiros e funcionários carregam memórias que vão além dos muros concretos: histórias de resistência, dor, solidariedade e sobrevivência. A vivência pessoal é elevada ao patamar de história social. Nesse contexto, a memória não é somente o ato de lembrar, mas também de narrar, reconstruir e reinterpretar. O testemunho, nesse caso, torna-se um ato político, capaz de ressignificar um espaço de exclusão em um campo de reflexão sobre direitos humanos, justiça social e a falência de um sistema punitivo que prioriza a aposentadoria em detrimento da reabilitação.

159

A pergunta discursiva que norteia esta análise é: de que maneira a dicotomia homem x bandido no filme simplifica as representações dos personagens, reforçando estereótipos e obscurecendo as complexidades raciais, históricas e culturais ligadas à criminalidade e ao sistema prisional? Dessa forma, a justificativa deste trabalho se dá à luz de compreender como os discursos irão contribuir para a construção de sentidos em torno da criminalidade, da justiça e da humanidade no sistema prisional brasileiro, além de analisar que efeitos de sentido são formulados a partir da imagem dos detentos discutindo, também, sobre a constituição do sujeito oriundo do sistema prisional e seus desdobramentos a partir dessa relação. *A posteriori*, é importante considerar a apresentação de um panorama sobre a subjetivação do sujeito na produção fílmica e, de forma mais profunda, analisar os dizeres pertencentes aos personagens e quais efeitos de sentido são produzidos a partir da dicotomia homem x bandido.

A metodologia adotada para esta pesquisa é qualitativa, ancorada principalmente nos estudos de Pêcheux (2014) sobre a circulação dos discursos e a formação de identidades sociais, pois ele propõe uma leitura crítica dos discursos demonstrando como eles comunicam, constroem e mantêm posições de sujeito na sociedade. Juntamente com Orlandi (2005) que introduz a ideologia como instrumento de manipulação e que abre espaço para a contemplação do teórico Althusser (1985) sobre os aparelhos ideológicos e repressivos, que contribui para compreender como as ideologias dominantes são perpetuadas através de instituições.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

160

A presente análise tomará como base os estudos pecheutianos, sendo assim, se faz necessário compreender toda teoria que comporá o gesto analítico. A análise do discurso consiste em uma prática movimentada tendo como seu ponto de partida o texto sob uma visada que considera os discursos em sua dimensão histórica, ideológica e social, na estratégia de buscar emissividade nos contextos de impactos vivenciados, proporcionando a compreensão de como os fatores externos e internos (social) influenciam nos hábitos, pensamentos e comportamentos de um indivíduo, como afirma Orlandi (2005, p.15):

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática

de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

Para o ponto de partida, deve-se tentar compreender as influências discursivas do sujeito, analisando suas posições sujeitos que representam posições de classe e como essas posições se relacionam com os movimentos da história e desses sujeitos imersos nela. Segundo Pêcheux apud Orlandi (2005, p.17), “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” Logo, tem-se três elementos essenciais para compor o discurso, que é língua, sujeito e história.

É de grande valia entender em relação à ideologia, já que está sempre presente na produção de sentidos, uma vez que permeia todos os aspectos das práticas discursivas. Chauí (1982) define a ideologia como o ocultamento da realidade, já que disfarça as contradições sociais e as apresenta como naturais ou imutáveis, criando a impressão de que a ordem social vigente é a única possível. Na AD pecheutiana a ideologia é:

Em outros termos, enquanto “as ideologias têm uma história própria”, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a Ideologia em geral não tem história”, na medida em que ela se caracteriza por “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura é este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o Manifesto define a história como ‘história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe (Pêcheux, 1995, p.151).

No que tange a perspectiva analítica do filme, os aparelhos repressivos do estado mais enfáticos abordados são a *Polícia e Prisões*, que desempenham um papel de repressão que tem como prática a violência e regressividade como mediador para a mudança do indivíduo, que através do “experimento” da punição passará como julgador de caráter social, ou seja, pensará em suas atitudes perante a tentativa de não voltar ao sofrimento de punições, sejam elas retenção ou violência em abordagens.

Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão «funciona pela violência», — pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas) (Althusser, 1980. p.43).

162

A distinção entre aparelho repressivo de estado e aparelho ideológico do estado, proposto por Althusser (1980) é possível observar seu funcionamento no filme em questão quando se percebe a dinâmica entre as ações policiais, que exemplificam o uso da violência e os discursos de normalização que permeiam o sistema prisional. O aparelho repressivo do estado está explicitado no Massacre do Carandiru, quando a polícia, em um ato de repressão brutal, invade o presídio e mata 111 presos, demonstrando a força coercitiva empregada para manter a “ordem”.

As atividades religiosas, esportivas e educativas realizadas no pátio refletem esta tentativa de inserir os presos em um sistema ideológico que os interpele como sujeitos passíveis de reabilitação em uma estrutura moral específica. No entanto, o filme também

expõe a falência dessa ideologia, ao mostrar que tais práticas são insuficientes frente às condições desumanas do cárcere, como superlotação, a violência entre os próprios detentos e a falta de políticas efetivas de ressocialização.

A relação entre repressão e controle ideológico no sistema prisional revela como essas duas formas ideológicas coexistem. A violência policial impõe uma ordem imediata e visível, enquanto os discursos normativos atuam de maneira mais sutil, perpetuando a ideia de que a culpa e a responsabilidade pelos atos criminais são individuais. Esse enfoque oculta as causas estruturais da desigualdade e da marginalização, que conduzem muitos ao encarceramento. Dessa forma, surge o questionamento: a ideologia realmente promove justiça ou ela é combinada com a repressão para que haja o reforço para as desigualdades e a exclusão social continuarem existindo?

163

Assim, todo discurso está inevitavelmente conectado a uma ou mais formações ideológicas, que por sua vez, incluem ou regulam as formações discursivas, determinando o que pode e deve ser dito dentro de um contexto específico. O discurso é delimitado pelas posições ocupadas pelos sujeitos dentro de uma conjuntura histórica e social, o que significa que não é livre, mas condicionado pelas relações ideológicas representadas nos aparelhos ideológicos nos quais está inserido, como afirma Pêcheux e Fuchs (1990, p. 166-7):

se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e

deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico.

Os presos do complexo penitenciário filiam-se em um discurso que questiona as formações ideológicas hegemônicas. Por meio de suas histórias pessoais, eles revelam as injustiças e desigualdades estruturais que os levaram à prisão, desafiando o discurso punitivista dominante. As autoridades, como a polícia e o sistema jurídico, são representadas como veículos do discurso repressivo, ao reproduzirem a ideologia que legitima a violência como meio de controle.

A mídia, enquanto aparelho ideológico, molda o discurso sobre o sistema prisional e os presos, pois narrativas simplistas sobre criminalidade reforçam estereótipos e ocultam as contradições e complexidades da vida do cárcere. O discurso midiático, dessa forma, ajuda a perpetuar a visão de que a violência e o encarceramento são respostas naturais e necessárias para lidar com a criminalidade.

3. HOMEM X BANDIDO: A LINHA TÊNUE DA JUSTIÇA NO CÁRCERE

A ação e o discurso ocupam um lugar de muita relevância na vida do ser humano; esses elementos refletem a presença física e, também, a essência como seres humanos que vivem na relação com os outros. Dessa forma, são meios práticos pelos quais é exercido a liberdade e se forma um sentido à existência, sem eles, não há humanidade; há apenas corpos existindo no vazio, privados da riqueza de viver entre os homens, como afirma Arendt (2007, p. 189):

Essa distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; A ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens [...] por outro lado, a vida sem discurso e sem ação — único modo de vida em que há, sincera renúncia de toda vaidade e aparência na acepção bíblica da palavra - está literalmente morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. E com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano: e esta inserção é como um segundo nascimento, não qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original.

Nessa perspectiva, os presos que estavam neste presídio estavam em uma situação abaixo do que é considerado humano, uma vez que é um ambiente opressor e incapaz de oferecer um espaço de desenvolvimento de identidade. E essas questões são muito bem mostradas no filme, como: os doentes com tuberculose dividem o mesmo espaço com outros não doentes, o lazer acontecia no pátio com grupos de oração, capoeira, musculação, etc. Assim, cada um buscava se ocupar com alguma dessas atividades.

A privação desses elementos fundamentais da condição humana leva a uma desumanização, onde os indivíduos perdem sua capacidade de se afirmar, não apenas como sujeitos, mas como seres que coexistem com os outros no mundo. O desafio, portanto, é restaurar essas condições de humanidade, oferecendo espaços para os indivíduos poderem agir e falar, reafirmando sua dignidade e sua inserção no mundo dos homens.

3.1 DEUSDETE

O personagem Deusdete, um homem branco, de cabelos pretos e ondulados, interpretado por Caio Blat, chega à casa de detenção (aos 29 minutos e 14 segundos do filme), em busca de um lugar para ficar. Lá, ele encontra uma cela e começa a dividi-la com seu amigo de infância, Zico. Aos 54 minutos e 38 segundos, Deusdete revela o motivo de sua prisão: certa noite, sua irmã Francineide chegou em casa aos prantos, contando que havia sido vítima de agressões físicas e sexuais cometidas por dois homens.

Ainda relatando o ocorrido, aos 56 minutos e 06 segundos, Deusdete procura Zico e relata o ocorrido, informando que havia denunciado os agressores à delegacia. Contudo, Zico reage com ceticismo, perguntando se ele realmente acredita que a polícia resolverá algo. Preocupado, Deusdete revela que os homens já sabem da denúncia e estão à sua procura. Temendo por sua segurança, ele pede uma arma a Zico para se defender, e Zico prontamente a entrega.

Aos 57 minutos e 58 segundos, Deusdete é encontrado pelos dois homens que o estavam procurando, cada um armado com uma barra de ferro. Um deles provoca Deusdete, dizendo que fará com ele o mesmo “carinho” que fez com sua irmã. Em um ato de desespero, Deusdete atira no homem, matando-o. Em seguida, inicia uma perseguição ao segundo agressor, que também acaba morto por ele.

No presídio, aos 1 hora 35 minutos e 52 segundos, Zico está tendo alucinações, em posse de uma faca, aponta para Deusdete. Este, então, consegue tomar a faca de seu amigo e implora para que ele pare de consumir entorpecentes. Em 1 hora, 37 minutos e 2

segundos, Zico aparece fervendo água em uma panela e mata seu amigo de infância, Deusdete.

A história deste personagem ilustra muito bem como a linha entre o “homem” e o “bandido” pode ser tênue e facilmente transposta dependendo da situação. Inicialmente, Deusdete é apresentado como um “homem” comum, motivado pela proteção de sua irmã, após ela ser vítima de agressões. Sua tentativa de recorrer ao sistema de justiça, denunciando os agressores à polícia reflete a ideia de um indivíduo buscando os seus direitos nos limites legais.

À medida que a narrativa avança, Deusdete se vê confrontado com a necessidade de defender sua vida e sua honra de maneira violenta, ultrapassando a linha que o separa do bandido. Quando ele mata um dos agressores e persegue o outro, sua ação, embora motivada por um desejo legítimo de proteção, coloca-o em uma posição na qual a sociedade o rotularia como crime. Essa transição demonstra como a categoria de “bandido” não é apenas sobre as transgressões da lei, mas também sobre a interpretação das motivações por trás das ações.

O discurso que transforma o personagem de homem em bandido é discursivo, uma vez que depende como sua ação é interpretada por outros personagens, pela sociedade e pelo próprio sistema penal. Ele não é um bandido intrinsecamente, mas torna-se um devido à resposta ideológica que sua ação gera dentro da formação discursiva dominante. Segundo Eni Orlandi (2010, p. 43-44):

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando,

pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória.

A cruz, símbolo central do cristianismo, representa valores como perdão, compaixão e reconciliação. Quando Deusdete olha para a cruz na cena do filme, ele parece buscar um momento de introspecção ou uma resposta espiritual para sua ação iminente. No entanto, ao tomar a decisão de matar, ele entra em conflito direto com os princípios de não violência e perdão que a cruz simboliza. Nesse momento, perdão e pecado se encontram no mesmo lugar, evidenciando a complexidade de suas motivações e de seu dilema moral.

168

Esse ato contraditório revela a dificuldade de conciliar os ideais religiosos com as exigências práticas de autopreservação e justiça pessoal em uma situação de extrema violência. Deusdete busca, talvez, uma espécie de absolvição ou legitimação espiritual para sua decisão, mas sua ação final nega, na prática, os valores que a cruz representa. Essa tensão ressalta como ele está dividido entre o que acredita ser moralmente correto e o que sente ser necessário para garantir sua sobrevivência e preservar sua honra diante da ameaça que enfrenta.

Essa cena também exemplifica a contradição discursiva presente na trajetória de Deusdete, que transita entre as categorias de “homem” e “bandido”. Ao olhar para a cruz, ele reafirma sua humanidade, sua condição de sujeito moralmente consciente, que reconhece a gravidade do que está prestes a fazer. Contudo, ao decidir matar, ele cruza a linha para o que o discurso dominante irá rotular como “bandido”.

Segundo Gadet e Hak (1997) Pêcheux em sua Análise Automática do Discurso (AAD), o discurso é suscetível de intervir

como uma força ideológica em confronto com outras forças, dentro da conjuntura ideológica característica de uma formação social em determinado momento. Assim, o discurso não deve ser visto como algo neutro ou isento de interesses, mas como uma arena de disputas onde diferentes grupos sociais, com suas próprias posições e ideologias, se enfrentam para garantir a hegemonia de suas representações do mundo.

No entanto, quando a análise exclui esse contexto, a ação de Deusdete é reduzida a um ato isolado de tirar a vida de outra pessoa. Sob essa perspectiva, ele é automaticamente posicionado como criminoso, pois o ato de matar é avaliado apenas em termos de sua conformidade ou não com a lei, sem considerar as circunstâncias que o levaram a agir.

169

3.2 EZEQUIEL

Em 2003, o grande ator Lázaro Ramos deu vida ao personagem Ezequiel no longa-metragem *Carandiru*, um extremo sucesso nacional e internacional. Ezequiel era um surfista nato, filho de um pescador, morava com sua mãe, irmã e sobrinhos. Após uma confusão envolvendo um primo e seu cunhado (da qual Ezequiel não tinha nenhuma culpa), além dos problemas de seu pai com o álcool, o personagem se muda para São Paulo com a mãe, irmã e os sobrinhos. Na cidade de São Paulo, para ajudar em casa, Ezequiel trabalha como entregador em sua moto, porém, infelizmente, usa o veículo para realizar furtos, em um desses episódios, uma de suas vítimas é um amigo do passado, que ele não reconhece no primeiro momento.

Após o roubo, Ezequiel entra em contato com a vítima para realizar a troca do relógio roubado por uma quantia em dinheiro. Eles se encontram e o antigo amigo o reconhece, convidando-o a entrar em seu apartamento. Após conversarem, o amigo o convence a roubar 200 mil dólares de seu padrasto, simulando um arrombamento na casa, para dividirem a quantia posteriormente para que ninguém desconfiasse dele. Porém, o plano não sai como esperado e, ao tentar sair do condomínio, Ezequiel acaba sendo preso e é levado ao Carandiru.⁴

Referente aos momentos de Ezequiel no filme, ele é posto em cena aos 30 minutos e 11 segundos, em cima de sua prancha, extremamente feliz, fingindo estar surfando. Apesar do bom humor e do sorriso sempre no rosto, aos 45 minutos e 42 segundos do filme, ele vai até a cela de Zico, amigo de infância de Deusdete, para trocar a sua prancha de surfe, como garantia de uma dívida em aberto e mais uma “pedrinha” de crack. A partir dessa cena, é sabido que, assim como muitos outros detentos, Ezequiel é viciado em drogas e esse vício se iniciou dentro da cadeia.

Por conta desse vício e das dívidas dentro do Carandiru, a vida de Ezequiel é ameaçada. Ele vê uma saída em sua família e dessa forma oferece a irmã como moeda de troca para saldar seu débito com os companheiros de cela. A troca acaba não acontecendo, Ezequiel é perdoado, mas é mandado para outro setor da prisão.

A escolha dos personagens para serem analisados aqui não fora feita de modo aleatório. A história de Deusdete e Ezequiel

4 Essas informações foram coletadas do aplicativo *youtube*, onde há um episódio de uma série de vídeos intitulados: Carandiru e outras histórias. São cenas colocadas naquele local para que fosse entendido o que houve após o massacre. A do personagem em questão se chama Ezequiel, o azarado.

se entrelaça através do assassinato de Deusdete. Como citado no tópico anterior, Zico, sob o efeito do crack, sofre alucinações e mata Deusdete covardemente. Os outros detentos precisam dar um jeito de reorganizar o sistema próprio deles, pois alguém só poderia ser morto diante de um motivo plausível. A maneira dos presos de reorganizar o sistema deles é matando Zico, entretanto, eles precisam de alguém para levar a culpa e esse alguém é Ezequiel.

Em torno de 1 hora, 41 minutos e 11 segundos de filme, um dos responsáveis pela morte de Zico, vai até a nova cela de Ezequiel e o manipula, colocando Zico como culpado pelos momentos ruins que Ezequiel vinha passando na cadeia, ele concorda, mas adiciona que “a vida de Ezequiel sempre foi cheia de desgraça.” O detento continua com a manipulação afirmando que o Ezequiel matou Zico e que ele está com AIDS e por isso, ao assumir a culpa, terá mais 20 anos no cárcere, uma cela somente para ele, devido à AIDS psicológica e, é claro, muita pedra para “fumar”. O personagem aceita o seu destino de preso lagarto.⁵

171

Os momentos finais de Ezequiel, passam em 2 horas, 7 minutos e 57 segundos, durante o auge do massacre, o mesmo se esconde atrás de um beliche, o policial o vê e diz que ele iria ficar vivo para contar a história, o policial sai, Ezequiel aparece, porém, o policial volta diz que havia mudado de ideia e alveja Ezequiel.

Após a apresentação do personagem em questão, surge uma reflexão sobre o contexto social de Ezequiel no filme. A partir da explanação de todos os fatos que o levaram até o Carandiru, o

5 Preso “lagarto” é um termo usado pelos detentos para denominar um companheiro que é escolhido para levar a culpa por crimes que ele não cometeu.

personagem, de forma simples ou não, para o espectador, recebe um papel já conhecido na cultura brasileira. Ezequiel representa um homem na qual a sua posição-sujeito já o coloca como um estereótipo de detento. A ideologia tem um forte papel nisso pois, segundo Orlandi (2005), o trabalho da ideologia é o de produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

A ideologia cria uma sensação de evidências e/ou verdades que parecem naturalmente óbvias para as pessoas, todavia, essas evidências, são, na verdade construções sociais e culturais aceitas como verdadeiras, muitas vezes sem o menor questionamento, Ezequiel é uma dessas pessoas afetadas pela ideologia dominante, ao cair no sistema, ele se deixa levar pela falsa sensação de liberdade que lhe é oferecida.

De acordo com Pêcheux (2014) uma característica comum da ideologia é a de dissimular sua existência no seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas” que afetam como o sujeito se constitui. Relacionando com o personagem, nesse processo característico da ideologia, Ezequiel ao ser preso, não teve somente os seus hábitos modificados, teve também a sua própria existência ocultada, apagada como ser humano, e isso engloba o termo **homem x bandido**. O apagamento traz à tona a face de **bandido** e massacra o **homem**. Muitas de suas memórias construídas ao longo de sua vida, pouco a pouco foram deixadas para trás, pois a vida na cadeia, depois de algum tempo, era a única que ele reconhecia, isso significa que a ideologia se manifesta de maneira tão natural e integrada ao cotidiano que as pessoas não percebem sua influência direta.

Com o tempo, o mesmo já havia aceitado aquilo como destino e infelizmente, nem todos que são detidos criam forças para questionar

o sistema ou se voltar contra ele. A realidade de Ezequiel mostra a necessidade de somente sobreviver até o final de sua pena, e o que existe dentro da cadeia, é criado e realizado por outras pessoas que também são influenciadas pelos aparelhos ideológicos do estado.

Segundo Althusser (1980):

Todos os aparelhos de Estado funcionam pela repressão e pela ideologia ao mesmo tempo, com a diferença de que o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona de maciça e predominantemente pela repressão, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia.

Durante o massacre, o Aparelho Repressivo de Estado estava em vigor absoluto, tendo em vista que ele consiste em garantir, através da violência física ou de outra natureza, que a ordem não seja perturbada diante de qualquer ameaça, assegurando que as condições necessárias para a reprodução das relações de produção capitalistas sejam preservadas. E isso inclui a manutenção das desigualdades e das relações de poder que favorecem a classe dominante.

Ezequiel, assim como muitos outros detentos, é objeto de uma contradição desse sistema, pois a partir do momento em que ele é preso, o Estado se torna responsável por ele, entretanto, por ser assassinado por um policial dentro do presídio, ele é afetado por um sistema que não apenas marginaliza, mas pune com violência e morte. A sua dependência química como característica atribuída ao personagem mostra como o sistema carcerário pode agravar a situação dos indivíduos, mantendo-os presos em um ciclo de repressão e exclusão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme *Carandiru*, ao retratar a realidade do sistema prisional brasileiro, vai além de um simples relato de eventos históricos, como o Massacre do Carandiru. É uma obra cinematográfica que propõe reflexão profunda sobre as dinâmicas de poder, ideologia e repressão que perpassam a experiência dos detentos. O confronto entre os presos, a violência da polícia e a desumanização do cárcere são elementos que, juntos, formam um retrato complexo das contradições do sistema penitenciário e da sociedade brasileira.

O filme revela como a construção da identidade do sujeito no contexto prisional é marcada pela intersecção entre a ideologia dominante e as práticas de violência, que transformam o indivíduo em objeto de punição, negando-lhe a possibilidade de ressignificação e reintegração social. Sendo assim, A análise discursiva, fundamentada em autores como Pêcheux, Althusser e Orlandi, permite perceber como o discurso oficial, veiculado pelo Estado e pela mídia, perpetua a dicotomia entre “homem” e “bandido”, simplificando as complexas histórias dos presos e obscurecendo as questões estruturais que alimentam a criminalidade e a exclusão social.

Essa dicotomia é especialmente evidenciada na trajetória do personagem Deusdete, que, inicialmente apresentado como um homem comum, é progressivamente rotulado como “bandido” em virtude de suas ações, sendo interpretadas à luz de uma lógica punitiva e ideológica. Ao mesmo tempo, o filme expõe a fragilidade do sistema punitivo, que, embora tente operar sob uma lógica de reabilitação e recuperação dos presos, falha em oferecer condições adequadas para a reintegração social.

A violência e a superlotação, aliadas à ausência de políticas públicas eficazes, perpetuam a marginalização dos detentos e reforçam a falência de um sistema baseado na punição em detrimento da reabilitação. Além disso, a relação entre o aparelho repressivo do Estado e os discursos ideológicos são cruciais para entender como as práticas de violência no sistema prisional são legitimadas. A polícia, como um dos principais instrumentos de repressão, e as instituições que sustentam o sistema penal, como as prisões, atuam de maneira coordenada para garantir a manutenção da ordem social, mas, ao fazê-lo, contribuem para a exclusão e desumanização dos sujeitos marginalizados.

As reflexões sobre o personagem Ezequiel em “Carandiru” revelam a complexidade das relações entre identidade, ideologia e sistema carcerário no Brasil. A trajetória do personagem não é só uma narrativa isolada, mas um reflexo de um contexto social e histórico que marginaliza determinados grupos e os empurra para condições de vulnerabilidade e exclusão.

175

Ezequiel é apresentado como um homem de origem humilde, com sonhos e expectativas sistematicamente destruídos por um ambiente que não lhe oferece alternativas reais de ascensão social. Sua prisão não apenas o distancia da sociedade, mas o insere em um círculo de violência e dependência química, elementos que reforçam sua condição de marginalidade.

A análise da trajetória de Ezequiel sob a perspectiva da ideologia, conforme discutido por Orlandi (2005), Pêcheux (1995) e Althusser (1980), demonstra como as estruturas de poder operam para naturalizar desigualdades e reforçar estereótipos que justificam a violência institucional. A ideologia dominante constrói e perpetua

uma imagem do indivíduo marginalizado como um “destinado” à criminalidade, tornando invisíveis os fatores sociais e históricos que condicionam suas escolhas e trajetórias.

No contexto do massacre do Carandiru, Ezequiel se torna um exemplo emblemático de como o Aparelho Repressivo de Estado age de forma brutal para manter a ordem social estabelecida, eliminando aqueles que considera ameaças. Assim, sua história nos convida a refletir sobre a necessidade de reformas estruturais no sistema carcerário e na sociedade como um todo, buscando alternativas que não apenas punam, mas ofereçam condições reais de transformação e dignidade para aqueles que são historicamente marginalizados.

5. REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**: tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. - 10.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BIANCHINI, D. A. **Do Carandiru ao Parque da Juventude: reconstrução da paisagem urbana**. 2018. 107f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. Produção: Hector Babenco. São Paulo: HB Filmes, 2003. 1 DVD (145 min), son., color. Legendado. (Drama)

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARIANO, Daniel. **A disper(segui)ção da memória em Carandiru**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/11939>.

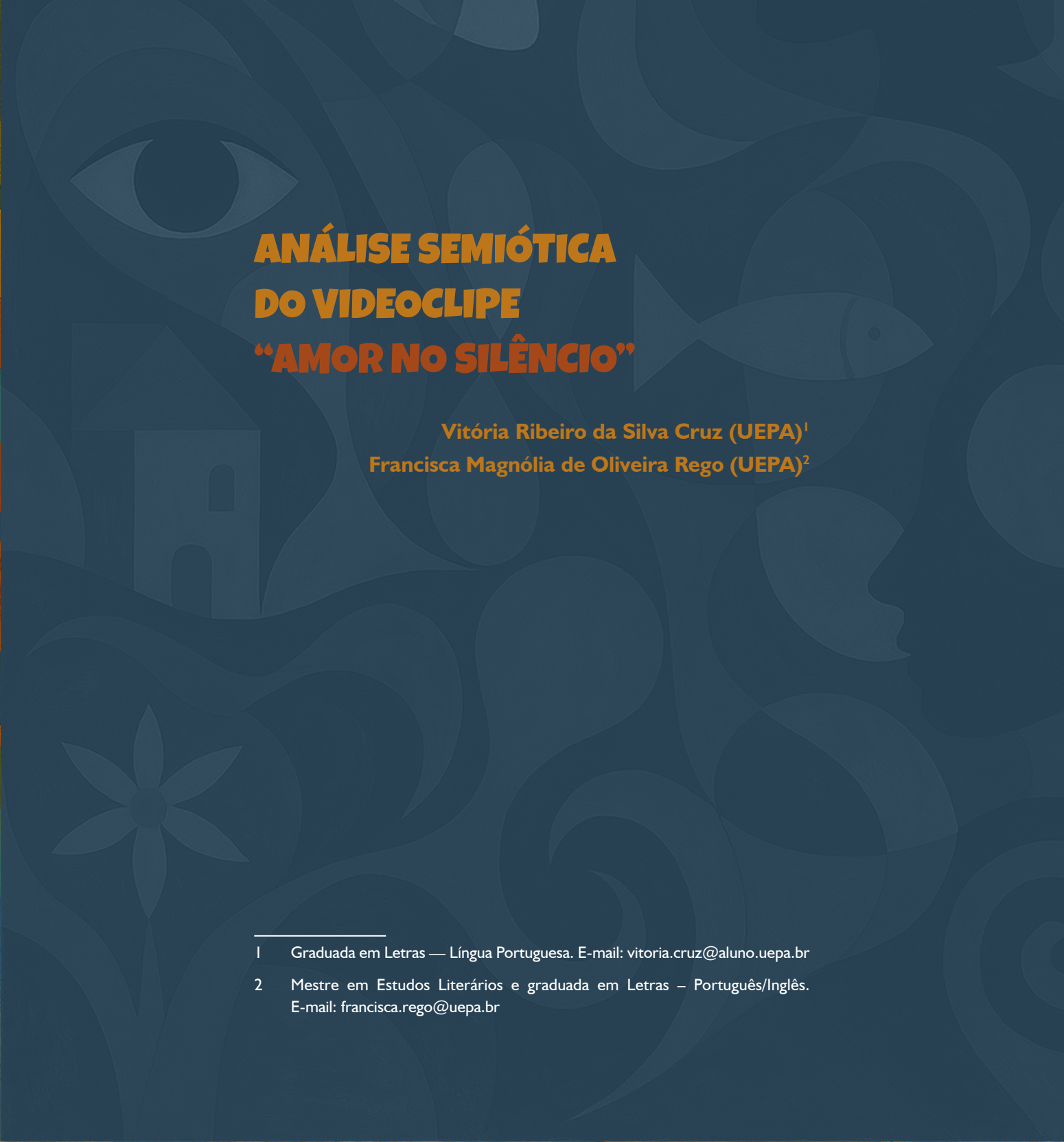
ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine (1975). **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, Françoise. & HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso** Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1995.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani et al. 3. ed. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 1997.



ANÁLISE SEMIÓTICA DO VIDEOCLÍPE “AMOR NO SILÊNCIO”

Vitória Ribeiro da Silva Cruz (UEPA)¹
Francisca Magnólia de Oliveira Rego (UEPA)²

¹ Graduada em Letras — Língua Portuguesa. E-mail: vitoria.cruz@aluno.uepa.br

² Mestre em Estudos Literários e graduada em Letras – Português/Inglês.
E-mail: francisca.rego@uepa.br

1. PRIMEIRAS PALAVRAS

O videoclipe “Amor no silêncio”, lançado em junho de 2022, na plataforma de vídeos do *YouTube*, foi gravado em Novo Airão, em Manaus (AM) e é composto majoritariamente por um cenário típico nortista, isto é, coloca em evidência o Rio Negro e elementos próprios da Região Amazônica. Além disso, a produção conta ainda com o apoio da Orquestra Sinfônica Villa Lobos, presente ao longo de toda performance musical, ainda que não apareça visualmente no videoclipe. O clipe oficial em questão é sobre o *single* homônimo e aborda questões relacionadas a um relacionamento amoroso marcado pela solidão de uma das partes, devido à ausência da outra. Atualmente, encontra-se com mais de 1,8 milhões de visualizações na plataforma de vídeos do canal oficial da cantora. Abaixo, uma imagem da abertura do videoclipe:

179

Figura 1 – Abertura do videoclipe com o título da música



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

O objetivo do presente trabalho é discorrer acerca de como obras como este videoclipe podem funcionar como uma importante

ferramenta de comunicação utilizada pela indústria fonográfica para elevar seus lucros e propagar a imagem do artista. Isso porque o uso de elementos naturais, como no caso do vídeo, e escolhas de cenário e composição de imagens do clipe podem funcionar como mecanismo que se destina à venda de uma ideia de identificação cultural e, consequentemente, de maior alcance midiático e financeiro.

Para isso, tendo em vista a importância dos elementos semióticos presentes no vídeo e como eles auxiliam na comunicação entre público e artista, além de ajudar na narrativa, serão utilizados os estudos semióticos de Peirce (2015), em que se pode verificar a produção de sentidos em relação aos signos, trazendo um maior entendimento sobre como os elementos chamados de ícones, índices e símbolos manifestam-se na obra a ser analisada. Essa escolha ocorre devido ao objetivo que se pretende alcançar, ou seja, analisar não apenas a finalidade do videoclipe, mas também os elementos que permitem o entendimento desta e constroem a mensagem desejada pela marca e pela artista.

2. A PERSPECTIVA PEIRCEANA COMO NORTEADORA DE ANÁLISE SEMIÓTICA

Para melhor fundamentação da análise do videoclipe, é necessário também compreender os principais elementos que compõem essa obra e constituem a análise que será elaborada, como o conceito de signo. Seguindo as premissas de Peirce define-se que:

Um signo tem uma materialidade que percebemos com um ou vários de nossos sentidos. É possível vê-lo (um objeto, uma cor, um gesto), ouvi-lo (linguagem articulada, grito, música, ruído), senti-lo (vários odores: perfume, fumaça), tocá-lo ou ainda saboreá-lo. É essa coisa que se percebe que está no lugar de outra. Esta é a particularidade essencial do signo: estar ali, presente, para designar ou significar outra coisa ausente, concreta ou abstrata (Fernandes, 2011, p.162).

Logo, compreende-se que o signo pode ser entendido e sentido, porém, sua manifestação e efeitos vão além do seu aspecto físico, gerando significados. Para Peirce (2015), a relação entre o signo está ligada a uma tríade, a qual é composta por signo, objeto e interpretante.

181

Nessa perspectiva, elencam-se os conceitos de ícone, índice e símbolo para a compreensão da natureza do signo, já que essas diferentes manifestações de signo estão presentes na realidade e também dentro da obra escolhida para a análise. O conceito de ícone pode ser remetido a uma relação de semelhança entre signo e objeto, assim, refere-se a “Qualquer coisa, seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei, é Ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo (sic)” (Peirce, 2015, p. 52 *apud* Mazzei et al, 2018, p. 162).

A concepção de índice também é válida para esse estudo, pois representa uma relação de conexão causal entre signo e objeto, isto é, não há uma similaridade assim como no primeiro caso, mas um indício de um objeto.

Fernandes afirma que índice é um

signo que se refere ao Objeto designado em virtude de ser realmente afetado por ele. Tendo alguma qualidade em comum com o objeto, envolve também uma espécie de ícone, mas é o fato de sua ligação direta com o objeto que o caracteriza como índice, e não os traços de semelhança (Fernandes, 2011, p.177).

Por último, é basilar a compreensão da noção de símbolo, o qual se conecta a uma associação arbitrária, ou seja, a vinculação entre signo e objeto é definida socialmente a partir de uma determinação, muitas vezes, cultural. Assim, define-se símbolo como “[...] um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto” (Peirce, 2015, p. 52 apud Mazzei et al, 2018, p. 163).

Diante disso, é mister apontar o quão evidente é que os estudos de Peirce (2015), em relação aos diferentes tipos de signos, são de suma importância para os estudos semióticos, pois permitem o entendimento do comportamento destes dentro de variados cenários, como também a determinação de sentidos que permeiam diferentes situações.

3. A SEMIÓTICA NA COMUNICAÇÃO

A comunicação, sob a perspectiva da semiótica e especialmente na visão de Santaella (2004), é compreendida como um fenômeno dinâmico e em constante evolução, cujas manifestações empíricas transformam-se rapidamente, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Essa fluidez e multiplicidade de formas tornam difícil estabelecer um consenso sobre a natureza ou delimitação de

um objeto específico de estudo da comunicação. Em vez de enxergar a comunicação como algo fixo ou previamente definido, ela deve ser entendida como um campo em construção, em que o próprio objeto de estudo emerge da construção do conhecimento científico.

Segundo Santaella (2004, p.34), “A diversidade, multidimensionalidade e complexidade crescentes da comunicação resultam de uma série de fatores que operam simultaneamente,

conforme foram levantados por Miège (Santaella, 2004, p.20)”. Essa visão enfatiza que a comunicação não se limita a um conjunto pré-determinado de práticas ou meios, mas abrange um processo amplo de interação e produção de sentidos, ancorado na troca de signos e símbolos. Assim, estudar a comunicação implica reconhecer sua complexidade e abrangência, compreendendo-a como uma dimensão fundamental da experiência humana, que transcende as formas e estruturas específicas pelas quais se manifesta em diferentes contextos históricos e culturais.

No campo semiótico, a comunicação exerce um papel fundamental para a construção de novas ideias. Santaella (2004, p. 160) destaca que a comunicação só existe “quando algo é intercambiado de um lugar a outro”, ou seja, o processo comunicativo ocorre a partir de uma relação entre dois ou mais sujeitos ou objetos, pois se necessita de um signo que seja compreendido, o que gera a relação de produção de signos e significados a serem interpretados. Nessa concepção, para a comunicação, o signo funciona como um mediador, isto é, ao representar um objeto, atua como vetor de uma ideia.

Há, portanto, uma complexidade na atuação do signo dentro do processo comunicativo, o que a autora assegura que está em constante movimento nas mídias, seja na televisão, seja nos jornais, o

que pode também ser vinculado, neste caso, à produção fonográfica. Assim, a semiótica desempenha um papel crucial na análise da comunicação, pois oferece ferramentas para compreender como os significados são criados, negociados e interpretados em diferentes contextos. Desse modo, a comunicação é concebida como um campo dinâmico e multidisciplinar, que responde continuamente às transformações sociais, culturais e tecnológicas.

4. VIDEOCLÍPE E INDÚSTRIA FONOGRÁFICA

O videoclipe surgiu como uma maneira de expressar elementos do audiovisual associada à indústria fonográfica, possuindo como foco a promoção e a comercialização de músicas e artistas. O início dessas produções está atrelado às décadas de 1950 e 1960, quando cineastas e músicos começaram a experimentar a combinação de imagens e músicas em curtas-metragens musicais. No entanto, foi na década de 1980 que os videoclipes ganharam grande popularidade e consolidaram-se como um elemento central da cultura *pop*. A partir dessa década o termo passou a ser empregado com mais frequência, segundo Corrêa (2007, p.2).

O objetivo primordial dos videoclipes sempre esteve atrelado à divulgação de artistas e ao aumento das vendas de discos e, posteriormente, de outros formatos de distribuição musical. Nesse sentido, o impacto comercial dos videoclipes intensificou-se à medida que o audiovisual passou a ser uma das principais formas de consumir entretenimento, permitindo que os artistas atingissem um público mais amplo por meio da televisão e, posteriormente, da internet. Além do aspecto mercadológico, os videoclipes tornaram-se um

lugar para experimentações estéticas e narrativas, influenciando áreas além do espaço fonográfico, como a moda e a vida social.

Diante disso, com a ascensão das plataformas digitais, em especial o *YouTube*, os videoclipes passaram a ter um papel crucial na indústria da música, devido ao resultado alcançado por meio de monetização e aumento do engajamento do público consumidor. Assim, os videoclipes atuam também reforçando a identidade visual dos artistas, contribuindo para a construção de suas imagens no imaginário coletivo. Daí por que os videoclipes tornaram-se uma ferramenta essencial no mercado musical. Segundo Corrêa (2007, p.2), “O videoclipe surge para vender um pacote completo: música e imagem do artista. Como ferramenta de apelo mercadológico, o videoclipe também influencia comportamentos e dita moda.”

185

Nesse cenário, com base nos fundamentos da semiótica, a análise de videoclipes serve para compreender a mensagem de determinados signos e os elementos que compõem tais construções. A esse respeito afirma Corrêa:

Nem sempre o que é dito na música é visto na imagem, a tradução intersemiótica não é uma obrigação nem uma tradução fiel da música. Tradução intersemiótica, por tradição pensada como interpretação de signos verbais por meio de outros signos não verbais, passou a ser também tradução generalizada de um sistema de signos a outro (Corrêa, 2007, p. 2).

Logo, a compreensão desse instrumento do audiovisual faz-se necessária para entendermos como ele pode utilizar elementos específicos para gerar identificação cultural, a fim de ampliar o lucro da indústria fonográfica.

5. ANÁLISE SEMIÓTICA DO VIDEOCLÍPE “AMOR NO SILÊNCIO”

O videoclipe é composto por inúmeros elementos que remetem à Amazônia, uma vez que o cenário é permeado pela natureza da Região Norte e por animais próprios dela. Essa composição atua como pano de fundo para a construção da história contada na música, a qual exprime sentimentos intensos de amor e de solidão, em que a protagonista do clipe, a cantora Joelma, aparece sozinha em vários momentos cercada por extensas águas do Rio Negro em planos abertos.

A escolha do videoclipe justifica-se devido à sua relevância e contribuição como suporte de comunicação que veicula a expressão regional e sociocultural da Amazônia, a qual é significativa na formação da identidade brasileira. Diante desse fato, considera-se que ninguém melhor que a cantora Joelma - notável na esfera artística para além dos limites do Pará – a qual, nascida às margens do Rio Amazonas, faz questão de trazer nas suas apresentações figurinos, performances musicais e decorações que exibem traços identitários de sua terra natal. Foi assim que, nos idos de 1999, a cantora apresentou o Calypso, um ritmo que deixou os brasileiros em estado febril e que também revelou traços culturais do país.

Ademais, o material possibilita uma abrangência de análise ampla, a qual considera aspectos culturais muito próximos da realidade, o que permite um estudo mais aprofundado dos símbolos e das estratégias discursivas usadas pela indústria fonográfica. A letra da canção aborda principalmente os temas destacados e também se alinha aos elementos utilizados no fundo, isto é, a natureza amazônica, o que demonstra que todos os objetos selecionados conectam-se e

que nenhuma escolha foi aleatória na composição da obra. Prova disso é o início do vídeo, em que se pode ver um barco isolado no meio do rio (Figura 2), o que pode ser lido como um índice, segundo a perspectiva peirceana, já que a escolha dessa representação indica a ausência de pessoas e, por conseguinte, a solidão que será retratada ao longo de todo o videoclipe.

Figura 2 – Início do videoclipe



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

Para além do desejo de conectar-se com o público, por meio da letra da música, que narra o sofrimento de uma pessoa que sofre por se sentir sozinha, o vídeo já inicia com uma imagem característica da Região Amazônica, buscando a atenção e o sentimento de pertencimento³ de um universo de fãs da cantora que, em sua maioria, reside na mesma região.

3 Termo definido pela psicóloga Miriam Debieux Rosa (professora titular do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política da USP), como aquela percepção de alguém fazer parte de uma comunidade, de uma família, de um grupo, de uma nação..

Essa composição expõe uma metáfora do sentimento de solidão, a qual se repete ao longo do videoclipe, e vai intensificando à medida em que é acompanhada pela letra, “Amor no silêncio”, que pode representar um relacionamento que está encaminhando-se para a finitude. Esse pensamento pode ser ilustrado pelas estrofes da canção:

Eu tô sozinha nesse amor
A gente não terminou, mas já acabou
Nós dois sorrindo, mas debaixo desse teto ninguém tá feliz
As bocas tão perto, mas o beijo tão distante igual Pará a Paris.
(Amor no silêncio, 2022, 3 min 43 s).

188

A natureza, a qual pode ser enxergada, em um primeiro momento, como um ícone, pois no videoclipe há imagens reais da Amazônia, é evidente ao longo de toda a extensão do vídeo e também auxilia na construção desse senso de identificação com a música, uma vez que o público-alvo pode sentir-se mais próximo do contexto retratado, não apenas pelo fato da situação descrita ser comum a muitos relacionamentos, mas, especialmente, devido ao fato de a maioria dos sujeitos, possivelmente, enxergarem-se nesse cenário.

Esse aspecto icônico não se restringe somente à reprodução visual da paisagem amazônica, mas atua como um meio de evocação sensível. Nesse sentido, o ícone não apenas reflete a realidade, mas abre espaço para múltiplas interpretações, operando em um nível de significação que vai além da semelhança perceptiva.

Para Peirce (2010), essa relação de iconicidade pode ser expressa da seguinte forma: “Um signo, ou Representamen, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal com um Segundo,

denominado seu Objeto, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado seu Interpretante” (Peirce, 2010, p. 63). A presença da Amazônia como um ícone descreve o pensamento do autor, as imagens da floresta funcionam como *representamen* porque possuem semelhança visual com o objeto real, ou seja, a própria Amazônia. Esse objeto, por sua vez, ganha força à medida em que é interpretado pelo público, o qual pode associá-lo a sentimentos de pertencimento e identidade.

A relação triádica, portanto, é fundamental para a construção de significado, pois o sentido do signo não se acaba na relação direta entre a imagem da floresta e a floresta real. Essa relação concretiza-se na forma como essa imagem é interpretada, o que evidencia que a iconicidade vai além da mera representação visual, ou seja, faz parte de um processo ativo de significação que depende da interação contínua entre *representamen*, objeto e interpretante, como abordado por Peirce.

Por outro lado, essa mesma floresta atua como símbolo da cultura da região norte, por isso, a escolha de representá-la no videoclipe é extremamente bem pensada e acertada pela indústria fonográfica.

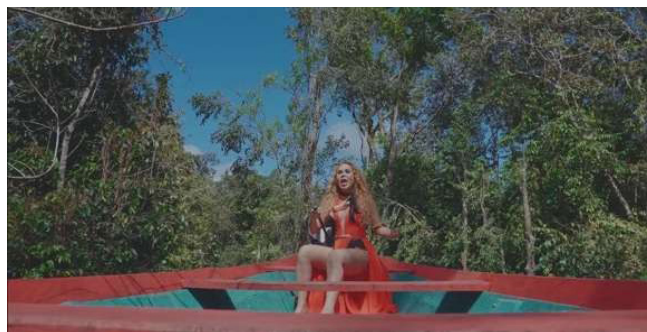
Tendo isso em vista, é mister que a análise também seja direcionada para a questão da relação dessa construção artística e seu objetivo mercadológico. Para isso, serão analisadas as seguintes imagens:

Figura 3 – Joelma dentro da canoa em pé



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

Figura 4 – Joelma na canoa passeando pela floresta



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

Nas duas imagens acima é perceptível o uso de elementos próprios da cultura amazônica, em especial a cor vermelha da vestimenta da cantora que é muito utilizada nas pinturas e acessórios usados por povos originários da Amazônia, o que pode ser descrito, a princípio numa relação de primeiridade, como um ícone, por assemelhar-se a elementos da cultura amazônica. Essa cor também é

comumente associada à paixão e à intensidade, o que demonstra que a personagem do vídeo é uma pessoa envolvida por esses sentimentos, ainda que sozinha e aparentemente não correspondida.

Por outro lado, é possível relacionar essa cor a um símbolo - definido socialmente como um signo e, por isso mesmo, passível a alterações conforme a cultura do grupo em que for usado - representativo da cultura dos amazônidas, tendo em vista a relação estabelecida pela cor da roupa usada pela artista e a conexão que se estabelece entre Joelma, os sentimentos traduzidos pela música e as pessoas que, assim como a cantora, são da mesma região.

Ademais, é observada a presença de ícones em relação aos acessórios que possuem ligação com a cultura dos povos originários, como a pulseira no braço e as franjas do *short*, que são compostas por miçangas; a pintura no rosto da artista, que também faz referência à cultura desse povo e, por último, o tucano - que já aparece nos primeiros minutos do vídeo - agora representado na vestimenta, que também remete à ambientação com a Região Amazônica.

Na figura 4, além da cantora usar o mesmo vestido, é possível observar a floresta tomando o cenário ao fundo, enquanto Joelma passeia de canoa e canta. Esse destaque maior à floresta, ao contrário da figura 3, que destaca mais o rio, permite também a construção de uma identidade. Esse foco dado ao ambiente permite-nos perceber a exaltação a um símbolo da Região Amazônica: a floresta, uma das maiores referências quando se trata dessa região do país.

Essa escolha por destacar não mais a cantora, mas o rio e a floresta, especialmente na figura 3, apela para o sentimento de pertencimento, mais uma vez, com a finalidade de persuadir a atenção e o consumo do público-alvo, o qual é levado a sentir a imersão da

cantora naquele ambiente, totalmente ambientada e integrada a elementos característicos de seu “*habitat*” natural. Esse cenário é reforçado pela aparição de animais típicos da região, os quais também funcionam como elo entre o possível objetivo de gerar identificação e aproximar o telespectador da obra, além de evocar a natureza que é exaltada durante todo tempo no vídeo.

Figura 5 – Arara



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

Figura 6 – Onça



193

Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

Ainda é possível identificar no vídeo o índice peirceano, como bem ilustra a figura 7, que exhibe não somente a solidão e introspecção da cantora no interior da casa, mas, também, o efeito de isolamento e abandono, o que é ratificado pela imagem da cantora sozinha na canoa (figuras 3 e 4).

É válido destacar a casa-cenário, em forma de palafita - um tipo de habitação sustentada por estacas às margens de um rio ou qualquer outra área alagadiça. Essa imagem dialoga diretamente com a realidade vivida pelas pessoas que habitam nessa região, as quais dependem do meio de transporte aquático, conforme destacado no vídeo, ou seja, a observação desses detalhes faz-nos percebê-las como símbolos, na medida em que representam situações comuns e, por que não dizer, pitorescas do cotidiano dos amazônidas.

Figura 7 – Casa de madeira



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

194

Figura 8 – Representação de planta nativa da região



Fonte: AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min)

Por fim, há que se destacar a figura 8, em que se percebe uma relação de iconicidade com uma planta famosa da Região Amazônica, a vitória-régia. A disposição dos elementos que compõem a imagem, a partir do vestido espalhado no formato redondo, como também da sua

coloração (semelhante à da flor da planta), e do piso verde (semelhante à folha da planta), representam essa planta-símbolo, típica da região.

À luz da semiótica peirceana, foi possível perceber o conjunto que compõe o videoclipe da Joelma, o qual - na busca por cumprir sua função sociocomunicativa, segundo os propósitos da indústria fonográfica, apontados ao longo deste trabalho - explora visivelmente variados elementos linguísticos traduzidos por meio de signos capazes de proporcionar ao telespectador o reconhecimento de sua cultura e identidade, reforçando a memória afetiva, por meio dos ícones, índices e símbolos amazônicos, à medida em que produz a arte da cantora paraense.

6. PALAVRAS FINAIS

195

A análise semiótica minuciosa dos elementos presentes no videoclipe “Amor no silêncio” revela uma estratégia sofisticada que faz o uso de diversos elementos regionais em múltiplas linguagens (sonora e visual, por exemplo), a fim de criar uma identificação imediata do telespectador com a cultura amazônica.

A imagem do Rio Negro, a vitória-régia, a floresta, a canoa, entre outros elementos característicos da região amazônica estão presentes no videoclipe e foram cuidadosamente escolhidos para evocar uma imagem idealizada e quase mítica da Amazônia. Os elementos semióticos, como índice, ícone e símbolo funcionam como ferramentas que propagam representações diretas e reconhecíveis, as quais auxiliam a formação de uma narrativa visual poderosa, por meio da qual o telespectador é convidado a se ver refletido. Logo, não se trata de escolhas aleatórias, pois todos eles carregam uma carga cultural

e emocional que visa criar uma conexão afetiva instantânea com o público que consome o trabalho da cantora.

Sob essa ótica, os índices focam diretamente para a realidade concreta da região amazônica, reforçam essa tentativa de criar uma sensação de autenticidade. A presença da natureza exuberante, das construções típicas e dos costumes locais sugere uma tentativa de capturar e transpassar a essência da vida amazônica. Nesse cenário, o que parecia ser pano de fundo para a construção da narrativa romântica da música, pode ser enxergado como uma estratégia de comunicação com o objetivo de oferecer ao público uma experiência sensorial que parece genuína.

196

Todavia, ao inspecionar o uso repetido e quase excessivo desses signos, é evidente que a finalidade não é somente celebrar a cultura amazônica, mas manipular esses elementos a fim de que o telespectador sinta-se emocionalmente envolvido e, portanto, mais propenso a aceitar e consumir o produto final.

Ao aprofundar a análise, é notório que essa criação fonográfica está estritamente direcionada a fins comerciais. A ideia de fazer com que o público se enxergue nas cenas, identificando traços de sua cultura e de seu cotidiano, funciona como um instrumento de *marketing*, o qual objetiva aumentar a atratividade do vídeo e, por consequência, maximizar o retorno financeiro.

Portanto, é inegável que essa construção perpetua a ideia de transformar a cultura amazônica em uma mercadoria, reduzindo sua riqueza e complexidade a elementos naturais ligados à floresta e às águas, como se esta se resumisse apenas a isso. Dito isso, apesar da cantora Joelma ser oriunda da região, é perceptível que a finalidade da obra não é contribuir para a valorização e a preservação dessa

cultura, mas vender seu produto, visto que se apropria de maneira superficial desses elementos regionais, usando-os como um atrativo exótico para o público consumidor.

7. REFERÊNCIAS

AMOR no silêncio. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3OQ-hxCk8I>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CORRÊA, Laura Josani Andrade. **Breve história do videoclipe.** In: 8º. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Centro-Oeste Cuiabá: Intercom Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

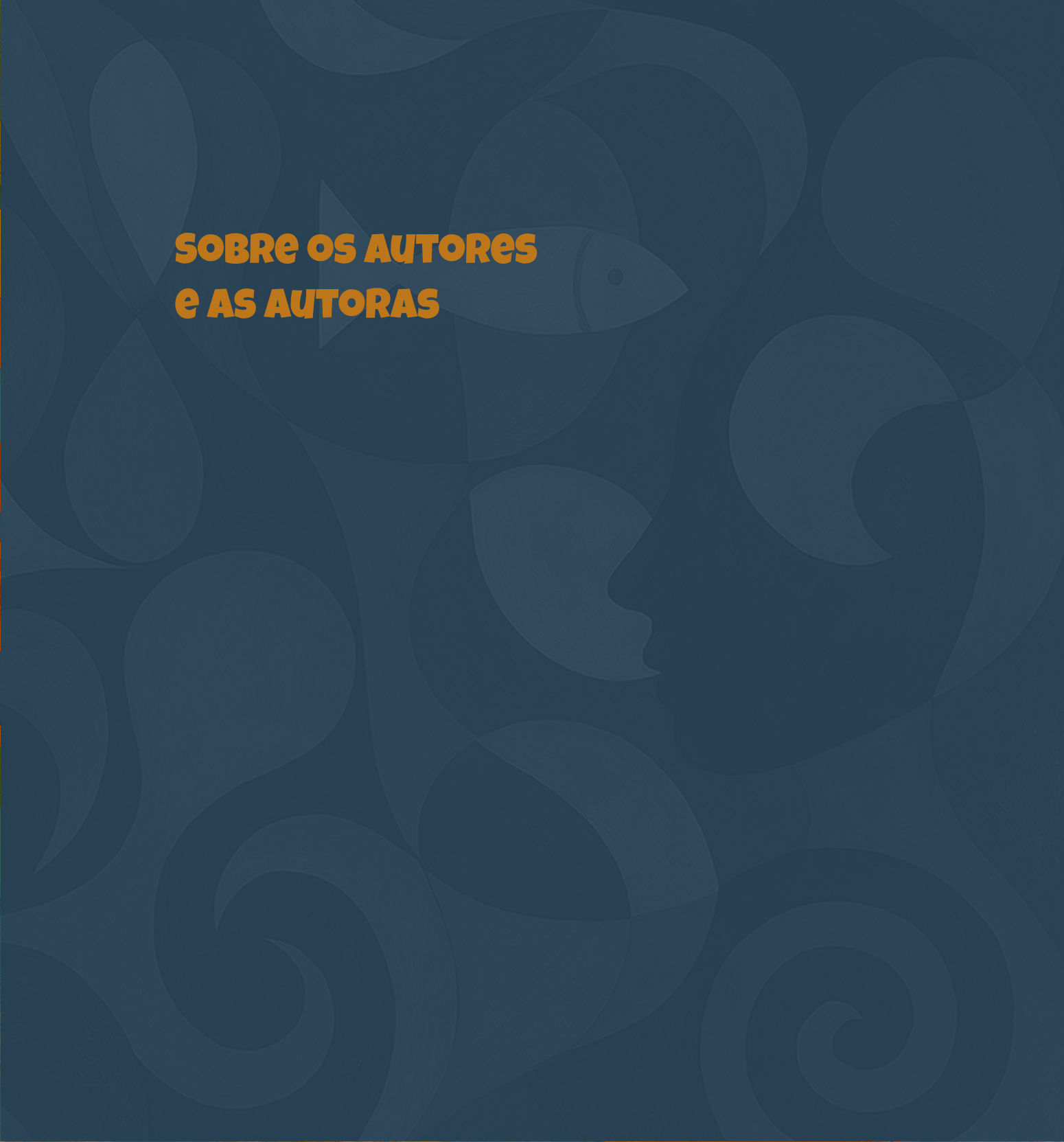
FERNANDES, José Davi Campos. **Introdução à Semiótica.** In: ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa; LEITE, Jan Edson Rodrigues (Orgs.). **LINGUAGENS: Usos e Reflexões.** v. 8. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

MAZZEI, V. R. et al. **Análise semiótica do vídeo “assim é ser criança”: o papel do jogo de faz-de-conta no protagonismo e autoria das crianças.** *Motrivivência*, 30(56), 155–172 (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n56p155>.

PEIRCE, C.S. **Semiótica.** São Paulo: Perspectiva, 2010.

ROSA, Miriam Debieux: **depoimento** [abr. 2023]. Entrevistadora: Júlia Estanislau. São Paulo: Jornal da USP, 2023.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica.** São Paulo: Hacker Editores, 2004.

The background is a dark blue field filled with various organic, flowing shapes in lighter shades of blue. A fish is subtly visible in the upper center, and a profile of a person's head is on the right side. The text is positioned in the upper left area.

SOBRE OS AUTORES e AS AUTORAS

Ana Maria Sá Martins:

Professora Adjunta do Departamento de Letras na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e professora na Rede Municipal de Ensino, na UEB Santa Clara. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Linguística, Língua e Literatura. É membro do Grupo de Pesquisa Multiletramentos no Ensino de Línguas (MELP/UEMA) e do Grupo de Pesquisa TECER.

Ednan Moreira Pereira:

Graduando em Letras Língua Portuguesa e Língua Estrangeira (Francês) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente é professor de língua portuguesa do ensino fundamental. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. Desenvolve pesquisa voltada à Análise do Discurso, com enfoque nas relações entre sexualidade, corpo, desejo e exclusão no ambiente digital, tema central de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

199

Fabiana Corrêa da Conceição:

Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Literatura e Ensino e graduada em Letras licenciatura em língua portuguesa, ambos pela Universidade Estadual do Maranhão (2021). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Letras, atuando principalmente nas áreas de linguísticas, planejamento e pesquisa. Trabalha no ensino integral pela base de língua portuguesa e na parte diversificada no novo ensino médio.

Francisca Magnólia de Oliveira Rego:

Graduação em Letras Português/Inglês, pela UNAMA-Universidade da Amazônia (2002). Especialização em Língua Portuguesa e Análise Literária, pela UEPA-Universidade do Estado do Pará (2004). Formada em Inglês pelo Instituto de Idiomas Yázigí (1991). Mestrado em Estudos Literários, pela UFPA-Universidade Federal do Pará-UFPA (2009). Experiência em docência nos ensinos fundamental e médio, no superior e na Pós-Graduação, nas modalidades presencial, a distância e remota (PARFOR, UAB e FORMA PARÁ). Atualmente, atua como professora substituta na Universidade do Estado do Pará - UE.

200

Glória França:

Professora Adjunta do Departamento de Letras, e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLB-Bacabal), da Universidade Federal do Maranhão (2015). Possui doutorado (2018) em cotutela de tese UNICAMP/PARIS 13: Doutorado em Linguística, pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, com bolsa FAPESP) e Doutorado em Ciências da Linguagem, pela École Doctorale Erasme, Laboratório Pléiade, da Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité (Bolsa CAPES/PDSE - Programa de doutorado sanduíche no exterior.) É Mestra em Ciências da Linguagem/Linguística, Linguagem, Línguas e Fala: teorias e práticas, pelo Institut de Linguistique et Phonétique Générales et Appliquées, ILPGA, pela Universidade Paris 3 - Sorbonne Nouvelle (2012). Possui graduação em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa e Francesa, Linguística e Literatura Portuguesa,

Brasileira e Francófona), pela Universidade Federal do Maranhão (2008). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/CNPq), com um projeto de pesquisa em curso (20213-2025) “CULTURA, MEMÓRIA E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO: leituras materialistas, interseccionais e decoloniais”, agraciado pelo edital universal do CNPq. Integra o grupo de pesquisas Mulheres em Discurso/CNPq, coordenado pela prof. Dr. Monica Zoppi-Fontana, com enfoque na articulação teórica Análise do Discurso e Estudos de Gênero. Atuou como coordenadora de Mobilidade, acolhimento e proficiência da Diretoria de Internacionalização/ AGEUFMA (2020). Desenvolve e orienta pesquisas no campo da Linguística, com enfoque na articulação entre Análise do Discurso (em sua vertente materialista) e Estudos interseccionais e epistemologia decolonial. Semântica, Ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras, Políticas linguísticas; História das Ideias Linguísticas. É coordenadora de estágio obrigatório Letras/ Francês e coordenadora pedagógica no projeto de extensão NCL/ UFMA.

201

Lienice Virgínia Silva dos Santos Pinto:

Graduanda em Letras-Libras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Atualmente realiza pesquisas na área de Libras com enfoque no ensino de Libras para ouvintes e Análise do Discurso com enfoque no sujeito surdo e análises discursivas de textos literários. Integrante do grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade. (GEDISS/UFMA).

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho:

Doutor em Letras - Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Mestre em Educação pelo programa de pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília - UCB, Especialista em Informática na Educação pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa pela Faculdade Atenas Maranhense FAMA, Especialização em Libras e Educação Especial Faculdade Serra Geral, FSG, Graduado em Letras Pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade - GEDiSS, segundo líder do grupo de Pesquisa de Linguagens, Cultura e Identidades - GPLICI da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, integra o NUPESDD - Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos, Dialetológicos e Discursivos da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS e o CEPAD - O Centro de Pesquisa em Análise do Discurso da mesma Universidade. Editor adjunto da Revista Sociodialeto (Qualis B2) do Mestrado em Letras da UEMS.

Mônica da Silva Cruz:

Doutorado e Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Araraquara). Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professora associada IV, do Departamento de Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

Foi coordenadora local do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-UFT/UFMA/UFSC). Integra o Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CIDADI), Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal da Paraíba, coordenado pela Profa. Dra. Regina Baracuh. Lidera o Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD/CNPq), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Maranhão. É vice-coordenadora do Projeto de Extensão Entretextos (Deler/UFMA).

Ramon de Almeida Miranda:

Graduando em Letras Licenciatura em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista PIBIC/FAPEMA com experiência em pesquisas nas áreas de Análise de Discurso Crítica (ADC) e Gramática do Design Visual (GDV). É membro do Grupo de Pesquisa Multiletramentos no Ensino de Línguas (MELP/UEMA).

203

Rayanna Mendonça Martins Beckman:

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras), Especialista em Linguística Aplicada ao ensino de línguas materna e estrangeira e Graduada em Letras línguas portuguesa e francesa pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Discurso, Interseccionalidade e Subjetivações (GEPEDIS/UFMA/CNPQ). Professora de língua francesa e atualmente bolsista Fapema, atuando como auxiliar técnico/pedagógica na coordenação do PGLetras – UFMA.

Samia Rafaela Sales Rodrigues:

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras -São Luís) da Universidade Federal do Maranhão (2024). Graduada em Letras com habilitação em Língua Francesa pela Universidade Federal do Maranhão (2023). Atualmente, é professora de Língua Portuguesa e Produção Textual no ensino básico, além de professora de Língua Francesa no Núcleo de Cultura Linguística (NCL). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) com pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2017-2018). É integrante dos grupos de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas em Discursos, Interseccionalidades e Subjetivações (GEPEDIS/UFMA).

Tayane Cristina Sousa Araujo:

Bolsista de Iniciação Científica PIBIC CNPq no período de 2023-2024. Bolsista de iniciação científica PIBIC CNPQ. Bolsista PIBIC- FAPEMA no período de 2022 - 2023. Graduanda em Letras-Francês pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Bolsista de Iniciação Científica vinculada a BIC/UEMA no período de 2011 a 2012 e BIC/ FAPEMA em 2013. Fez parte do grupo de pesquisa “Mnemosyne” - Laboratório de História Antiga e Medieval do Maranhão/UEMA). Fez parte do grupo de pesquisa em tradução literária Versa (UFMA). Tem interesse em Linguística e Análise do discurso de vertente foucaultiana, a luta feminina por habitação em São Luís, estudos do Sujeito e Direito à cidade e moradia.

Thais Ribeiro Santos:

Graduada em Letras Libras pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante do Grupo Estudos e Pesquisa em Discurso, Sociolinguística e Sociedade (GEDISS UFMA CNPq). Desenvolve pesquisa de iniciação científica sobre as relações discursivas envolvendo discurso de ódio em ambientes virtuais, discursos e minorias.

Vitória Ribeiro da Silva Cruz:

É graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), realizando pesquisas de forma independente na área da Linguística, com ênfase em Análise do Discurso e Sociolinguística, bem como nas áreas de Literatura e Ensino e aprendizagem. Faz parte do GRUPO DE ESTUDOS EM LINGUAGENS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS DA AMAZÔNIA (GELPEA), atuando ativamente na linha 2 - Estudos do Discurso, e na linha 4 - Estudos sobre Ensino de Línguas e Letramentos.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO: DISCURSOS, LÍNGUA(GENS) E SUBJETIVIDADES

ORGANIZADORES Mônica da Silva Cruz
Rayanna Mendonça Martins Beckman

SUPORTE Digital

PROJETO GRÁFICO E CAPA Francisco Batista Freire Filho

PÁGINAS 205

TIPOGRAFIA Adobe Garamond Pro | CORPO
Balham e Aquiline Two | TÍTULOS



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

